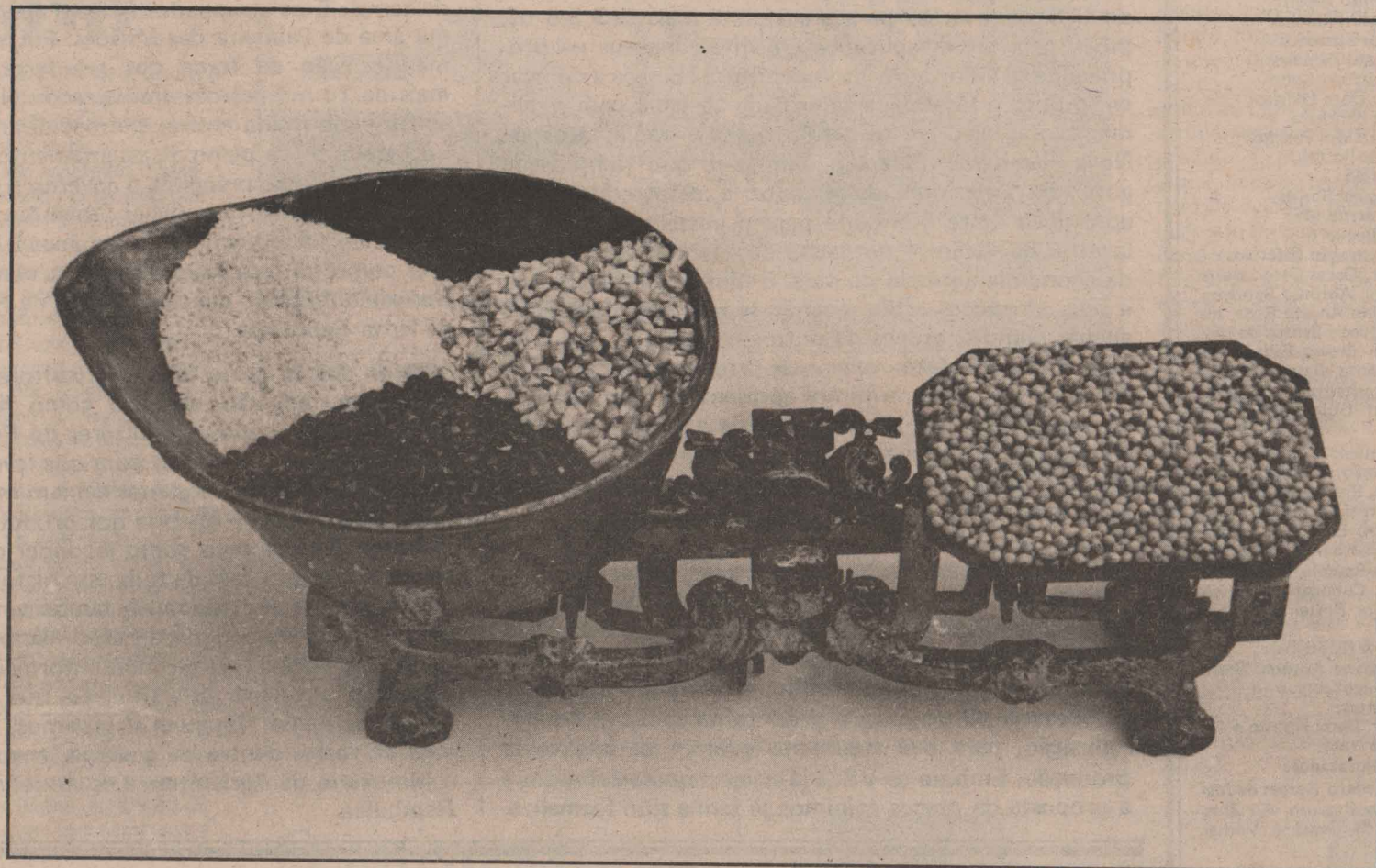




Muda o custeio. Pode estar iniciando a virada em favor dos produtos básicos

O PESO DOS ALIMENTOS

Páginas 4 e 13

EMERGÊNCIA

Dívidas de custeio prorrogadas por até três anos

Página 6



Mais de 10 mil pessoas acamparam em Palmeira das Missões. Páginas 9 e 10

Sem-terra pede a reforma já

PARTICIPAÇÃO

Mulheres e jovens não querem saber de enrolação

Páginas 14 e 15

COOPERATIVA REGIONAL TRITICOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, 1513 Cx. Postal 111
Ijuí, RS - Fone: PABX (055) 332-2400
Telex: 0552199
CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRAN 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:
Oswaldo Olmiro Meotti
Vice-presidente/Pioneira:
Celso Bolívar Sperotto
Superintendente/Pioneira:
Antoninho Bojarski Lopes
Vice-presidente/Dom Pedrito:
Tânio José Bandeira
Superintendente/Dom Pedrito:
Valter José Pötter
Vice/MS:
Nedy Rodrigues Borges
Superintendente/MS:
Lotário Beckert

Conselho de Administração (Efetivos):
Luiz Neri Berschorner, Oscar Otto Hoerle,
Euclides Marino Gabbi, Antônio Bandeira,
Ido Max Weiller, Paulino Angelo Rosa, Ira-
ni dos Santos Amaral, João Santos da Luz,
Luiz Parizotto, Remi Bruno Eidt, Krijn
Wielemaker, Ivo Vicente Basso, Paulino
Stragliotto, Vagner Monteiro Sá, Oscar Vi-
cente Silva, Suleiman Guimarães Hias e
Ademar Luiz Comin.

Suplentes:
José Ataídes Conceição, Pedro Giotto,
Cláudio Luiz de Jesus, Emílio Uhde, Jorge
Alberto Sperotto, Protasio Lottermann,
Alvaro Rutili, Aquilino Bavaresco, Arnal-
do Hermann, João Eberhardt, Mário Al-
berto Krüger, Cláudio Pradela, Noé da Sil-
veira Peixoto, Omar Cunegatti, Flávio
Barreto, Leonildo Anor Potter e Cândido
de Godoi Dias.

Conselho Fiscal (Efetivos):
Antenor Vione, Frederico Antônio Stefa-
nello e Ruy Adelino Raguzzoni.

Suplentes:
Valter Luiz Driemeyer, Darci Aléssio e An-
tônio Cândido da Silva Neto.

Diretores contratados:
Rui Polidoro Pinto, Renato Borges de Me-
deiros, Romeu Orlando Etgeton, Ari Zim-
pel, Clóvis Roratto de Jesus e Vilmar
Hendges.

Capacidade em Armazenagem:

LOCAL	INSTALADA
Ijuí	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto - Sede	77.000 t
Sto. Augusto - Esq. Umbu	50.000 t
Ten. Portela	60.800 t
Jóia	67.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	91.000 t
Maracaju - Sede	65.000 t
Maracaju - Vista Alegre	17.000 t
Sidrolândia	52.000 t
Rio Brilhante	29.000 t
Dourados - Sede	82.000 t
Itaum (Dourados)	25.000 t
Indápolis (Dourados)	17.000 t
Douradina	17.000 t
Caarapó	17.000 t
Ponta Porã - Posto Gualba	42.500 t
Ponta Porã	29.000 t
Itaporã - Montese	17.000 t
Campo Grande - Anhanduí	17.000 t
Aral Moreira - Tagi	17.000 t
Bonito	17.000 t



COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao quadro so-
cial, autoridades, universidades e técnicos
do setor, no país e exterior.

Nossa tiragem: 18.500 exemplares

Associado
da ABERJE



Associado da

AJOCOOP
Associação dos Jornalistas e Revistas do Cooperativismo

Registrado no Cartório de Títulos e Docu-
mentos do município de Ijuí, sob número 9.
Certificado de marca de propriedade indus-
trial M/C11 número 022.775 de 13.11.73
e figurativa M/C11 número 022.776, de
13.11.73.

REDAÇÃO:

Dária C. Lemos de Brum Lucchese
Moisés Mendes

Composto no Jornal da Manhã de Ijuí e
impresso no Jornal do Comércio, em
Porto Alegre.

AO LEITOR

O arroz, o feijão, o milho e a mandioca, produtos voltados para o mercado interno, estão recebendo Valores Básicos de Custeio superiores ao da soja e algodão, produtos essencialmente exportáveis. Os pequenos produtores que incrementarem o plantio de qualquer um desses produtos ainda serão beneficiados com 100 por cento do total do financiamento. Em outras pala-
vras, isto quer dizer que nessa safra o governo estará fi-
nanciando todas as despesas efetivas gastas com o plan-
tio. Com essas mudanças e a aprovação de uma verba
de Cr\$ 24 trilhões para o custeio e mais Cr\$ 3,6 tri-
lhões para serem aplicados em investimentos na pro-
priedade, o Ministério da Agricultura começa a colocar
em prática a tão falada prioridade agrícola para os ali-
mentos básicos, em discussão desde a implantação da
Nova República. Para um Ministério que vinha desde
governos anteriores desgastado e desacreditado, a
aprovação desse montante para o custeio da próxima
lavoura de verão é um passo decisivo na recuperação
da economia agrícola do país. O Ministro Pedro Simon
e seus assessores estão mostrando que não pretendem
apenas cumprir ordens de outros ministérios, mas tam-
bém discutir e fazer valer suas propostas. Os VBCs, a
proposta de preços mínimos apresentada pelo Ministro
da Agricultura e a prorrogação das dívidas de custeio
em até três anos para aqueles produtores que não con-
seguiram pagar seus débitos com os ganhos da colheita
estão nas páginas 4 e 6.

Todos os anos, nessa mesma época, o setor de Cos-
tos do Departamento Agrotécnico da Cotrijuí reali-
za um levantamento de custos da lavoura de verão. No
mesmo trabalho é apresentada uma sugestão de VBCs
necessários para a soja, o milho e o feijão e o preço a
que deveria ser vendido o produto na época da comer-
cialização, para que realmente cubram os custos de
produção. Embora os VBCs já estejam quase definidos e
a proposta de preços mínimos já tenha sido formaliza-

da, vale a pena o produtor conferir o quanto irá gastar
no plantio, por exemplo, de um hectare de soja. A ma-
téria está na página 5.

No Paraná e em Santa Catarina, há mais de mês os
governos estaduais, com a ajuda de Brasília, vêm
tentando lidar com grandes acampamentos de sem-ter-
ra e invasões. No Rio Grande do Sul, entre o final de
julho e o início de agosto, o Sul do país teve o maior
de todos esses acampamentos. Mas não houve invasão
de terras. E os acampados ficaram apenas três dias, nu-
ma área de Palmeira das Missões. Foi, na verdade, uma
manifestação de força dos sem-terra, que reuniram
mais de 10 mil pessoas em barracos. No final desse en-
contro, sob muita chuva, eles decidiram: querem terra
no Estado e um plano de assentamento até o dia 20 de
setembro. O que preocupa o governo é que os trabalha-
dores rurais ameçam iniciar "invasões pacíficas", se o
prazo não for atendido. Nas páginas 9, 10 e 11 conta-
mos como foi esse acampamento, e como os proprietá-
rios estão reagindo diante do Plano de Reforma Agrária
da Nova República.

Por que os protestos de agricultores gaúchos desa-
pareceram tão depressa como haviam surgido?
Por que os pequenos agricultores do Estado não aderi-
ram facilmente aos apelos para que levassem máquinas
para as ruas? Essas perguntas deixam muita gente intri-
gada, mesmo que a maioria dos produtores saiba dar a
resposta. Não há mais como esconder que há um jogo
de interesses por trás de toda essa história de máquinas
nas estradas e nas cidades. E também não há como es-
conder que a Fecotrig e a Farsul não pensam a mesma
coisa. Na página 12, algumas informações que talvez
ajudem a esclarecer essa situação, que não é tão nova
quanto se pensa. Também abordamos, na página 13, o
jogo de forças dentro do governo, envolvendo no caso
o Ministério da Agricultura e os conservadores da Nova
República.

Hortigranjeiros, uma opção

Hélio Pohlmann

Os produtos hortigranjeiros fre-
quentemente alcançam destaque no noti-
ciário nacional. Isto ocorre devido a vá-
rios fatores, como momentânea escassez
de um produto e vertiginosa alta no seu
preço, sendo então acusados de causado-
res de inflação; ou quando há um excesso
de produção e os produtores são levados à
medida extrema de destruir o produto. E
também o caso de programas de produção
ou abastecimento mal elaborados, que le-
vam à frustração produtores e consumi-
dores, com prejuízos a médio prazo para
ambas as partes.

Afinal, os hortigranjeiros reúnem
um conjunto muito grande de produtos
como batata, cebola, alho, aipim, melan-
cia, abóbora, tomate, repolho, alface, ce-
noura, couves, laranja, pêssego, ovos e
outros que se caracterizam pela sua pere-
cibilidade e dinamismo de mercado. Es-
tes produtos são importantes para a dieta
alimentar e estão profundamente incorpo-
rados ao hábito alimentar do povo brasi-
leiro, ainda que frequentemente afastados
de suas mesas em função de seu custo.

O Brasil apresenta excelentes condi-
ções para seu cultivo em qualquer época
do ano, obedecendo-se a sucessão solidá-
ria de safras das culturas mais expressivas
como alho, batata e cebola, e uso de cul-
turas substitutivas nas espécies de consu-
mo em menor volume. Por exemplo, o
valor nutricional do chuchu é semelhante
ao do tomate, e assim um pode substituir
o outro, desde que a população conheça e
aceite esta situação. Assim como a cidade
muitas outras combinações são viáveis e
benéficas a produtores e consumidores.

A produção de hortigranjeiros não é
difícil e se viabiliza sem o uso intensivo
de agrotóxicos, tantas vezes apregoados
como essenciais à obtenção de produtos
de qualidade. A experiência acumulada,

nestes oito anos que a Cotrijuí acompa-
nha a produção de hortaliças e frutas, tem
demonstrado que algumas práticas cultu-
rais simples são significativamente respon-
sáveis pela qualidade do produto final,
onde o agrotóxico pode ser usado somen-
te como medida extrema e com racional-
idade, diminuindo seu risco e prejuízo ao
produto.

Este período também comprovou,
uma vez mais, que as pequenas unidades
de produção são mais eficientes na produ-
ção de hortaliças, pelo maior uso de mão-
de-obra, maior capacidade de sobrevivên-
cia em condições adversas de mercado
e pela continuidade que oferecem ao
abastecimento por não serem sujeitas ao
interesse especulativo que acompanha os
grandes investimentos em qualquer ativi-
dade.

O Brasil, como um todo, apresenta
uma razoável estrutura de produção e
abastecimento de hortigranjeiros, a qual,
todavia, esconde do dia a dia dos consu-
midores, muito embora se reflita o seu
orçamento familiar uma perdulária rede
de "turismo" de produtos. Este "passeio"
apresenta prejuízos para os produtores,
que não recebem a justa remuneração na
sua atividade, e para os consumidores,
que restringem o consumo e têm castiga-
do seu orçamento doméstico.

Assim se torna necessário que cada
Estado, região e município organize a
produção visando o seu abastecimento.
E neste particular é essencial que a nível
regional os programas observem a produ-
ção de outros programas similares em exe-
cução, pois é comum nestas circunstân-
cias, o pensamento de se estar só na pro-
dução e abastecimento, o que não é ver-
dadeiro, acontecendo então colisão de
oferta com risco de prejudicar o futuro e

a sobrevivência de uma idéia necessária
e útil a uma região.

Estas considerações buscam enfati-
zar a importância econômica e social que
os hortigranjeiros representam a uma re-
gião, pois não se pode menosprezar pro-
dutos que alcançam produtividade como
a do alho, com 3000 kg/ha, cebola -
15.000 kg/ha, batata - 12.000 kg/ha,
laranja - 30.000 kg/ha, e de grande im-
portância social, como o alho que ocupa
2 homens/dia para cada kg de semente
plantada, ou seja, 800 jornadas de traba-
lho por hectare.

As observações aqui juntadas evi-
denciam que as hortaliças e frutas, além
de serem grandes fornecedoras de alimen-
to por unidade de área, apresentam boa
perspectiva comercial, boa expectativa
de remuneração ao produtor, desde que
acompanhadas de uma programação ra-
cional e eficiente, sem pontos de estran-
gulamentos, sem penalização a qualquer
das partes e onde até por princípios dog-
máticos o sistema cooperativo deverá de-
sempehar um papel cada vez mais impor-
tante e decisivo para a consolidação desta
importante área da atividade agrícola.



Hélio Pohlmann
é agrônomo,
coordenador
da assistência
técnica no
setor de
hortigranjeiros,
na Região
Pioneira da
Cotrijuí

Setembro, um mês decisivo

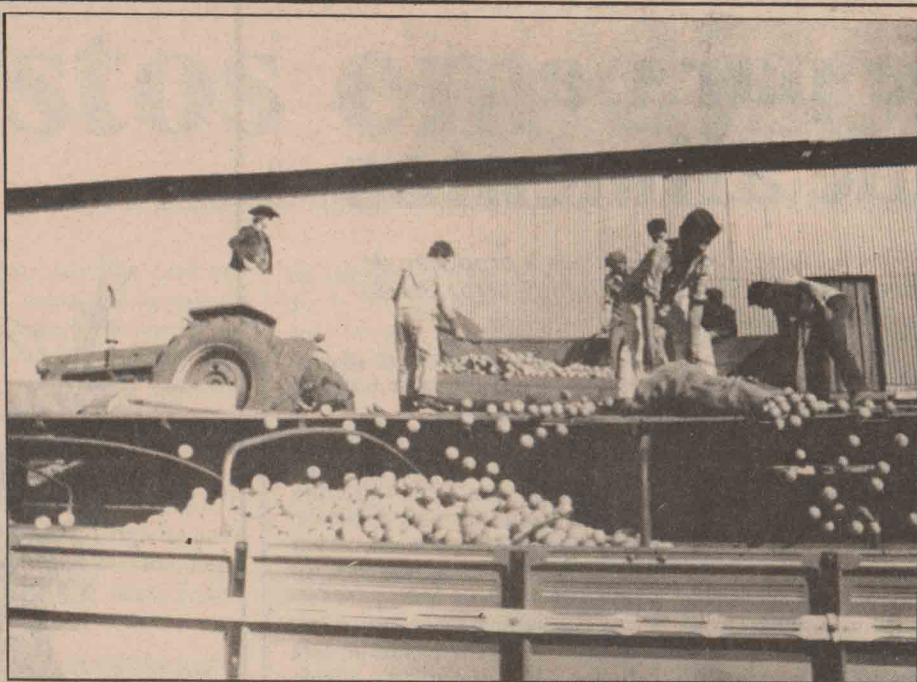
O mês de setembro terá um teste decisivo para o governo. No dia 20 daquele mês, deverá estar pronto o Plano Nacional de Reforma Agrária, com todas as reformulações que são esperadas. Essas mudanças deverão conter propostas das diversas entidades que encaminharam sugestões a Brasília, de acordo com a própria intenção do governo. O Plano, afinal, nunca foi um documento definitivo, e as sugestões poderão ser feitas até o dia 20 de agosto. Acontece que as reações, favoráveis e contrárias à Reforma Agrária, não ficam só nisso, não se resumem apenas à apresentação de propostas ao ministro Nelson Ribeiro. Já se sabe que há muita gente armada, em vários cantos do país, e que, além das invasões que já aconteceram, outras estão sendo anunciadas. Os dois lados, que lutam contra e a favor da Reforma, aguardam setembro, para saber das reais intenções do governo. E as perguntas mais ouvidas no momento são estas: como ficará o Plano, com tantas opiniões conflitantes? Como o governo poderá conciliar os interesses dos sem-terra e dos proprietários num único programa? O que acontecerá depois da divulgação do Plano definitivo? O jeito é esperar, para se saber o que irá acontecer depois do dia 20 de setembro. O agricultor, que deseja ver a Reforma não só no papel, sabe que, além de esperar, é preciso mais. É preciso estar organizado para que possa fiscalizar o governo e reagir contra as tentativas de adiamento da Reforma. É bom que se diga que essa empreitada tem o apoio de todas as entidades e pessoas comprometidas com mudanças, justiça social e democracia. Sem a Reforma Agrária, a Nova República será capenga e muito parecida com aquela que a maioria da população quer ver sepultada.

Raimundo quer voltar a ljuí e conhecer a soja na lavoura



Voltou sem ver a soja

"Eu nunca vi um pé de soja". O jornalista Raimundo Pereira repetiu essa frase várias vezes, durante a visita que fez a ljuí, em julho. Ele é dos nomes mais respeitados da imprensa brasileira, e durante os piores anos da repressão viu muitas de suas reportagens serem cortadas pela censura. Raimundo fundou e dirigiu a revista Realidade e os jornais Opinião e Movimento, e hoje está escrevendo um livro em que aborda a intromissão dos interesses estrangeiros no cooperativismo. Em ljuí, onde deu palestras na Cotrijui e na Fidene, o jornalista ficou impressionado com os projetos de diversificação incentivados pela Cooperativa. E se espantou ao ver porcos pastando no CTC. Mas, como veio à região no inverno, voltou para São Paulo, onde mora, sem conhecer um pé de soja.



A safra deste ano passou em 300 toneladas à do ano passado na Pioneira

Laranja: novo recorde

Os associados da Cotrijui conseguiram bater o recorde na entrega de laranja este ano, superando a marca do ano passado, que havia ficado em torno de mil toneladas. O recebimento da fruta, para indústria, foi encerrado dia 6 de agosto, e o entreposto de hortigranjeiros, em ljuí, somou a comercialização de cerca de mil e 300 toneladas. A laranja foi vendida à indústria Suvalan, de Bento Gonçalves.

E mais uma vez, este ano, a região de Tenente Portela foi a que entregou o maior volume, com 415 toneladas, ficando o restante com os demais municípios da Região Pioneira. O produtor recebeu 200 cruzeiros pelo quilo da fruta, contra os 70 cruzeiros que haviam sido pagos em 1984. Todo o ano o volume entregue vem crescendo, e é provável que o recorde seja batido de novo em 1986.

O aniversário do Cotrijornal

Recebemos e agradecemos felicitações pelo 12º aniversário do Cotrijornal (que aconteceu dia 20 de julho), enviadas pelas seguintes pessoas e entidades: Paulo Sérgio Weirich, coordenador da Assessoria de Comunicação Social do RS; Francisco Salzano V. da Cunha, Secretário de Estado da Educação e Cultura; deputado Matheus Schmidt; Deputado Nelson Marchesan; deputado Pedro Américo Leal; deputado Horst Volk, presidente da Comissão de Finanças e Planejamento; deputado Hélio Musskopf; deputado Alceu Martins; Orlando Kanitz e Darly Buchholz de Oliveira, prefeito e vice de Ibirubá; deputado Telmo Kirst, Secretário dos Transportes; Alberto André, Presidente da Associação Riograndense de Imprensa; Mukesh Chandra, Diretor Superintendente do Hotel Laje de Pedra A.S.; Remy Gorga, filho, Chefe da Representação do Governo do Estado do RS no Rio de Janeiro; Jorn. D. R. Martins Mano, da Assessoria de Comunicação Social; Lademiro Dors, prefeito de Sobradinho; deputado Oly Fachin; Ari Alfredo Costa, prefeito de Tavares; dr. Cláudio José Allgayer, do Grupo Hospitalar Conceição; deputado Antônio Lorenzi; Horácio Bauce Machado, da Caixa Econômica Federal; eng. José Luiz Rocha Paiva, diretor superintendente da Metroplan; Jorn. Luiz Carlos Vaz, depto. regional de comunicação social da Rede Ferroviária Federal S.A.; Dr. Rubens Dario Porciúncula, superintendente regional da Rede Ferroviária Federal S.A.; Vilson João Cignachi; deputado Cesar Schirmer; Luiz Carlos Costa; Cláudio Strassburger, vice-governador do Estado; Ney Cardoso Azevedo, prefeito de Tavares do Sul; deputado Antenor Ferrari; deputado Orlando Burmann e eng. Cesar Burmann; e Elmar Wagner e Antônio D'Amico, de Capão Novo.



Erino Porazzi, Oldemar Eberle, Ari Noronha e Eduardo Schreiber

Um prêmio aos que tratam bem do solo

Os prêmios concedidos pelo governo a produtores, como reconhecimento à produtividade, deixarão aos poucos de beneficiar apenas os que aplicam alta tecnologia na propriedade. Com a nova orientação do Ministério da Agricultura, o importante será o cuidado com o solo, conjugado, é claro, com a diversificação. Em ljuí, quatro produtores foram premiados em função deste cuidado que têm com a terra e com a produção. Erino Porazzi, da Linha 11 Norte; Eduardo Schreiber, de Povoado Santana; Oldemar Eberle, de Coronel Barros; e Ari Joel Noronha venceram a etapa municipal do Prêmio Produtividade Rural e Conservação do Solo, concedido pelo

Ao lado do produtor

A pesquisa séria e feita em benefício do produtor está sendo atacada por todos os lados, mas não vai cair facilmente. Há pouco, os agrônomos Carlos Alberto Romero e Valdocir Roman, de Passo Fundo, foram parar na Justiça, acusados de terem difamado uma empresa fabricante de fertilizantes com carvão. A indústria Carbohumus achou que os agrônomos estavam tentando prejudicar o produto, ao publicarem uma nota num jornal, onde esclarecem que o custo da unidade de NPK, num adubo de carvão, é mais alto do que nos fertilizantes sem carvão. No fim, a pretora Edith Nepomuceno deu a palavra da Justiça: os agrônomos não difamaram ninguém, pois apenas cumpriram com sua função, de esclarecer o produtor. Pois agora, a Associação Nacional dos Defensivos Agrícolas também ataca o pessoal da área técnica, através de seu presidente, Marcus Peçanha. Segundo ele, o produtor está sendo enrolado, ao pensar que pode controlar pragas apenas com métodos biológicos. Peçanha, é claro, defende o uso de agrotóxicos, "de forma integrada", e diz que há muita gente fazendo campanha contra as indústrias químicas. A preocupação tem motivo, pois o produtor já descobriu que muito veneno pode ser deixado de lado, se fizer rotação, se cuidar do solo e se utilizar o controle biológico. Entre o produtor e as indústrias, os técnicos devem ficar com quem?

INCRA. Dia 10 de julho, na Prefeitura, eles receberam títulos e medalhas, em solenidade prestigiada pelo prefeito Wanderley Burmann e outras autoridades, além de representantes de entidades sindicais. Os quatro homenageados são produtores modelos em suas localidades, e muitas das práticas que utilizam na lavoura vêm servindo de exemplo à vizinhança. Eles foram escolhidos por uma comissão de técnicos de vários órgãos do município, e concorreram ao título com outros 25 agricultores.

Dentro de pouco tempo, com a adesão cada vez maior de produtores à diversificação, ficará difícil esta escolha.

Prioridade para a produção de alimentos

O ministro da Agricultura, Pedro Simon, decidiu dar prioridade à produção de alimentos básicos beneficiando os pequenos produtores de milho, arroz, feijão e mandioca com 100 por cento do valor de financiamento.

O anúncio dos percentuais de reajustes dos novos Valores Básicos de Custeio e do volume de crédito destinado para a próxima lavoura de verão, serviram, certamente, para tirar as dúvidas de quem ainda não estava levando a sério a proposta do ministro da Agricultura, Pedro Simon, de já a partir desta safra, dar início ao que vem chamando de princípios básicos para a implantação de uma política agrícola no país. O próprio ministro da Agricultura, reforçando a idéia da necessidade de uma política definida para o setor, já havia afirmado várias vezes que a agricultura brasileira vinha sendo gerida por "práticas agrícolas". Elas orientavam a safra e a comercialização, mas mudavam todos os anos, sempre de acordo com as incertezas dos governos anteriores.

Depois da divulgação dos percentuais de reajustes dos VBCs, não restam mais dúvidas de que a prioridade para a produção agrícola de alimentos básicos, muito em discussão pelos políticos da Nova República, começa a ser colocada em prática. Produtos como o milho, o feijão, o arroz e a mandioca, todos voltados para o mercado interno, tiveram percentuais de reajustes maiores do que a soja e o algodão, que são produtos de exportação. Outras mudanças ainda estão por acontecer, como a proposta apresentada para a definição dos preços mínimos, ou então com a já anunciada prorrogação por até três anos das dívidas de custeio. Essas medidas, segundo o próprio Ministro têm apenas uma intenção: dar garantias e segurança ao produtor.

NAS MÃOS DO PRESIDENTE

O passo decisivo para a recuperação da agricultura brasileira foi dado a partir da destinação de Cr\$ 24 trilhões para o custeio da safra 85/86. A definição do limite de financiamento não foi das tarefas mais fáceis e levou o ministro Pedro Simon e o seu secretário geral, Ruben Ilgenfritz da Silva a sérios desentendimentos com seus colegas dos ministérios do Planejamento e da Fazenda. Pedro Simon vinha reivindicando em torno de Cr\$ 28 trilhões para o custeio e mais Cr\$ 6,5 trilhões para serem aplicados em investimentos. A proposta do Ministro da Agricultura tinha por base as necessidades reais dos produtores, descapitalizados e endividados. O ministro Francisco Dornelles, da Fazenda, por sua vez, não queria saber de soltar tanto dinheiro nas mãos da Agricultura. A sua proposta ficava em Cr\$ 22 trilhões para o custeio da safra e nada de dinheiro para investimento.

Como os ministros não chegavam a nenhum acordo, a decisão final foi parar nas mãos do presidente José Sarney, que preferiu confirmar o seu apoio à

agricultura, aprovando Cr\$ 24,735 trilhões para o custeio e mais Cr\$ 3,6 trilhões para que os produtores possam comprar máquinas e implementos.

O volume de recursos aprovados pelo governo para o custeio vai permitir que os pequenos produtores, mais voltados para a produção de alimentos básicos, como o feijão, o arroz, o milho e a mandioca, possam receber 100 por cento do total do financiamento. Assim, ao se voltar para a produção de alimentos, o Ministério da Agricultura, também estará dispensando maior atenção para os pequenos produtores. Os médios e grandes produtores, também serão beneficiados com a nova política agrícola, já que contarão com uma parcela maior de recursos para a implantação das lavouras.

CORREÇÃO

Os Valores Básicos de Custeio tiveram, em média, uma correção entre 240 a 250 por cento. A lavoura de algodão foi a mais castigada pelas medidas na nova política do governo com um reajuste de apenas 167 por cento diante de um crescimento de 310 por cento para os financiamentos destinados aos produtores de arroz. O custeio destinado a lavoura de arroz de sequeiro teve um reajuste de 374,7 por cento, enquanto o do feijão teve um reajuste de 303 por cento. O custeio para a lavoura de milho foi reajustado em 355,2 por cento; o da mandioca em 371 por cento e o da soja em 281 por cento.

Com essa distribuição dos financiamentos, as autoridades governamentais ligadas ao setor agrícola pretendem fazer com que a produção de arroz irrigado tenha um aumento de área de plantio de três por cento e a lavoura de arroz sequeiro de cinco por cento. A lavoura de feijão deverá crescer em 2,5 por cento e as de milho e mandioca em cinco por cento. Já a lavoura de algodão deverá apresentar uma redução de área de mais ou menos 20 por cento e a da soja de cinco por cento.

MUDARAM AS FAIXAS

Dentro da nova política o governo também mexeu nas faixas de financiamentos. Os pequenos produtores de arroz de sequeiro e de milho terão 100 por cento do Valor de Custeio para fazer um hectare de lavoura; os médios 90 por cento do VBC e os grandes produtores 80 por cento. Os pequenos produtores de feijão e de mandioca também serão beneficiados com 100 por cento do VBC e os médios e grandes, com 90 por cento como limite de financiamento. Todos os produtores de arroz irrigado serão beneficiados com 80 por cento do VBC, sem distinção de categoria. Os pequenos e médios produtores de soja contarão com 60 por cento do

VBC e os grandes com apenas 50 por cento do valor total do custeio.

Os limites de financiamento para o custeio da lavoura de algodão fixados pelo governo, são realmente os mais rigorosos. O pequeno produtor vai contar nessa safra com apenas 60 por cento do total do VBC para formar um hectare de lavoura de algodão. O médio produtor terá direito a 50 por cento e o grande a 40 por cento como limite de financiamento.

A política do Ministério da Agricultura também modificou os critérios de classificação para fins de enquadramento dos produtores. De agora em diante serão considerados pequenos e minis aqueles produtores que tiverem uma renda bruta anual de até 600 MVRs ou seja, Cr\$ 33 milhões — pela classificação anterior eram considerados minis aqueles produtores com renda bruta anual de até 200 MVRs. Produtores com renda bruta anual de 600 a 3.000 MVRs (Maior Valor de Referência) serão classificados como médios e grandes se a renda bruta ultrapassar os 3.000 MVRs.

O ministro da Agricultura continua brigando junto à área econômica do governo para que os pequenos produtores de arroz, feijão, milho e mandioca sejam beneficiados com um subsídio de 20 por cento da ORTN no crédito e mais três por cento de juro ao ano. Essa era a proposta inicial do Ministério da Agricultura, e que não foi aceita. Segundo Ruben Ilgenfritz da Silva, o ministro Simon ainda continua insistindo para que o governo aprove uma linha de crédito para o custeio e investimento na pequena propriedade, com base em 80 por cento da ORTN e mais três por cento de juro ao ano.

PREÇOS MÍNIMOS EM DISCUSSÃO

A definição dos preços mínimos para a próxima safra é outro assunto que deverá trazer muita discussão. O ministro Pedro Simon encaminhou no final da semana aos ministros da área econômica a sua proposta de reajuste para os preços mínimos, que têm previsão de serem definidos até o final de agosto.

Os preços mínimos propostos pelo Ministério da Agricultura estão apresentando incrementos variados. O reajuste médio dos preços ficou em 230 por cento, embora o Ministério da Fazenda seja a favor de um reajuste médio de 190 por cento, com a justificativa de que os alimentos não devem subir nos mesmos níveis da inflação. O Ministério da Agricultura tem uma posição diferente e acha que os produtos agrícolas não devem ser os únicos castigados pela política de controle da inflação. O ministro Simon até já deixou bem claro aos seus colegas dos

ministérios da Fazenda e Planejamento que só seria a favor destes reajustes propostos pela área econômica, se também os demais reajustes de preços ficassem dentro dos mesmos limites.

Outro ponto divergente entre a Agricultura e a Fazenda diz respeito aos critérios de correção dos preços até a época da colheita. Enquanto o Ministério da Agricultura vem defendendo reajustes através da ORTN, com limite até abril, e também os preços dos insumos subindo na mesma proporção, o Ministério da Fazenda quer correção só até o mês de fevereiro. Caso novamente os ministros não cheguem a uma solução, a definição dos novos preços mínimos irá parar outra vez nas mãos do presidente José Sarney.

O critério usado para fixar os índices de reajustes foi o de

elevação de custos de produção. O Ministério ainda considerou a evolução do índice geral dos preços e as perspectivas dos mercados interno e externo. A mandioca teve o reajuste mais elevado, 261 por cento, já que a intenção do Ministro é incentivar a sua produção, tanto para o mercado interno como externo. O arroz de sequeiro e o milho tiveram reajustes nos mesmos níveis da inflação, 217,9 por cento, enquanto o arroz irrigado e o feijão tiveram reajustes de 212 e 206,3 por cento respectivamente. A soja teve um reajuste de 217 por cento.

Com essa proposta a ser definida pelo governo até o final do mês, o ministro Simon acredita que atenderá as prioridades dadas, sem comprometer as metas de redução da inflação que vem sendo pregada pelo presidente Sarney.

Tabela de preços-base para os produtos da safra de verão 1985/86

Produtos	Un.	Preço-base Anterior (84/85)	Preço-base Proposto (85/86)	Incremento (%)	Período de correção (variação das ORTN)
Arroz em casca					
sequeiro	.60 kg	21.600	68.666	217,9	Ago/84-Abr/85
Irrigado.	.50 kg	21.400	66.778	212,0	Ago/84-Abr/85
Feijão.	.60 kg	54.200	166.000	206,3	Ago/84-Dez/84
Milho.	.60 kg	13.000	41.327	217,9	Ago/84-Abr/85
Soja.	.60 kg	20.000	63.580	217,0	Ago/84-Abr/85
Mandioca.	.1 T	51.800	187.000	261,0	Ago/84-Abr/85
Amendoim em casca	.25 kg	15.000	39.000		
Sorgo.	.60 kg	11.000	34.969	217,9	Ago/84-Abr/85
Girassol.	.40 kg	12.000	36.000	200,0	Ago/84-Dez/84
Trigo					
Mourisco.	.1 kg	244	732	200,0	Ago/84-Dez/84
Batata-semente	.30 kg	15.000	51.000	240,0	Ago/84-Nov/84



Os custos em disparada

Para formar um hectare de soja o produtor irá gastar 281 por cento a mais do que gastou na safra anterior

O custo de formação de apenas um hectare de lavoura de soja da próxima safra deverá ficar ao redor dos Cr\$ 5.329.776, considerando para tanto, uma produtividade média de 30 sacos por hectare. Os custos financeiros, a exemplo do que vem ocorrendo nas últimas safras, terão, neste ano, um peso ainda maior. Apenas para a lavoura de soja da próxima safra, as despesas financeiras terão uma participação de 51,11 por cento do total dos custos, enquanto na última lavoura de soja as despesas financeiras tiveram uma participação de 39,88 por cento. Mas mesmo que os custos financeiros tenham ficado mais altos, os produtores precisam ficar alertas, pois essa participação pode crescer ainda mais, caso se confirmem as especulações de que o dinheiro pego para a formação das lavouras fique mais caro com uma elevação das taxas de juros.

Todos os cálculos envolvendo custos de produção foram feitos pelo Luís Juliani, técnico em administração rural, responsável pela área de Custos da Diretoria Agrotécnica da Cotrijui na Região Pioneira. O Luís Juliani também fez uma previsão dos VCBs necessários tanto para a formação da lavoura de soja como de milho.

O CUSTO DE UM SACO DE SOJA

O custo de produção para a formação de um hectare de soja e que hoje anda em Cr\$ 5.329.776, representou um acréscimo de 281 por cento em relação ao custo levantado na mesma época, no ano passado, que era de Cr\$ 1.397.306. Desta forma, o custo de produção de apenas um saco de 60 quilos de soja para o mês de abril de 86 ficará em Cr\$ 183.785. Considerando os 30 por cento da lucratividade, conforme assegura o Estatuto da Terra e uma produtividade média de 30 sacos por hectare, o saco de soja teria que ser vendido por um preço equivalente a Cr\$ 212.863.

O custo de produção de um hectare de milho, na época do plantio, será de Cr\$ 5.567.304. O acréscimo em relação ao custo levantado no ano passado, nessa mesma época do ano, é de 298 por cento. Consi-

derando uma produtividade média de 55 sacos por hectare, o custo de produção de apenas um saco deverá ser de Cr\$ 101.223. O preço do produto, estimado para março de 86, deverá ser de Cr\$ 119.891. Para formar um hectare de feijão, o produtor vai necessitar de Cr\$ 5.577.131. O custo por saco, considerando aqui que a produtividade média é de 17 sacos por hectare, será de Cr\$ 328.113.

OS VBCs NECESSÁRIOS

Para formar estas lavouras o Luís Juliani calcula que será preciso um Valor Básico de Custo de Cr\$ 1.668.370 por hectare na época de plantio da soja; Cr\$ 1.653.247 para o milho e Cr\$ 1.747.120 para o feijão. Em comparação com os VBCs liberados pelo Governo na safra passada, isto representa 3.09,92 por cento a mais no caso da soja — que teve um VBC oficial de Cr\$ 407.000 para a faixa de produtividade de 1.751 a 2.000 quilos por hectare; e de 307,2 por cento para o milho — o VBC foi de Cr\$ 406.000 na faixa considerada de 3.001 a 3.500 quilos por hectare e de 288,25 por cento para o feijão, considerando que o custeio da safra anterior foi de Cr\$ 450.000 na faixa de 801 a 1.000 quilos por hectare. Os VBCs deverão cobrir as despesas consideradas efetivas, tais como gastos com sementes, fertilizantes, combustíveis, lubrificantes, peças e reparos e mão-de-obra.

Na elaboração dos custos o Luís Juliani considerou dois itens, o dos custos variáveis e dos custos fixos. Como custos variáveis são computados gastos com máquinas e equipamentos — conservação, reparos, combustíveis, lubrificantes e filtros — construção, insumos — sementes, fertilizantes e defensivos —, transporte, Funrural, despesas financeiras e Proagro. Dos custos fixos fazem parte as despesas com depreciação de construções, Imposto Territorial Rural, mão-de-obra, remuneração da terra, avaliação do capital e melhoramentos nos solos — despesas com terraceamento e correção.

O CUSTO DO DINHEIRO

No custo total de formação de lavoura de soja, as despe-

sas financeiras estão representando 51,11 por cento, considerando 100 por cento da correção monetária e mais três por cento de juro ao ano, para um valor financiado de 60 por cento. O restante, de 40 por cento, terá uma correção monetária de 100 por cento ao ano e mais 24 por cento de juro. Os custos variáveis — semente, fertilizantes, custo financeiro, combustíveis, entre outros — participam com 77,46 por cento do custo total. Dentro deste item, apenas as despesas financeiras tem uma participação de 65,97 por cento do total dos gastos. Os custos fixos têm um peso de 22,54 por cento.

No caso da cultura do milho, as despesas financeiras representam dentro dos custos totais de formação da lavoura,

52,08 por cento. O item custos variáveis representa 77,90 por cento, com as despesas financeiras somando, isoladas, 66,86 por cento. Os custos fixos representam 28,10 por cento.

PROPRIEDADE REPRESENTATIVA

O custo por unidade está baseado numa produtividade de 30 sacos por hectare para a soja, 55 sacos por hectare para o milho e 17 sacos por hectare para o feijão. Como o custo de produção por unidade está diretamente relacionado com a produtividade, quanto maior for esta, menor deverá ser o custo de produção.

Já para a formação do custo de produção o Luís Juliani se baseou numa propriedade de 50 hectares, considerada como re-

presentativa na Região Pioneira para a exploração destas culturas. Os custos foram rateados sempre levando em conta as horas trabalhadas com cada cultura. No inverno são computados os trabalhos com o plantio, tratos culturais e colheita do trigo, aveia, linho e colza. No levantamento de custos das culturas de verão, são considerados apenas os trabalhos com a soja, o milho, o feijão e mais as culturas de subsistência. Os coeficientes técnicos, como tempo gasto nas operações agrícolas, foram baseados em trabalhos realizados no Centro de Treinamento da Cotrijui. Os preços das máquinas, implementos e insumos foram levantados no comércio de Ijuí e também no setor de Consumo da Cooperativa.



**MAIOR PRODUÇÃO
MELHOR QUALIDADE
MENOR CUSTO
MAIOR SEGURANÇA**

TECTO 450
Controla a Ciperela e a Sclerotinia

MSD AGVET
DIVISÃO DE MERCK SHARP & DOHME
SÃO PAULO - Av. Eng. Faria Lima, 1815 - 2º andar - Cap. 01451 - Tel. (011) 211-7811 - SP

AC-08/84 *Marca Registrada (B)A-TT-22/84

HOSPITAL BOM PASTOR S/A.

Av. David José Martins, 1.376 - IJUÍ - RS - Fone 332-2690

ESTÁ ABERTO A TODA A COMUNIDADE

- Internações em caráter: PARTICULAR, IPE, UNIMED, INPS e FUNRURAL
- Atendimento médico nas áreas de: CLÍNICA MÉDICA, CIRURGIA, PEDIATRIA, GINECOLOGIA e OBSTETRÍCIA, TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA.
- Serviço de ENDOSCOPIA E ENDOFOTOGRAFIA DIGESTIVA
- PLANTÃO MÉDICO: Consultas nas 24 horas do dia, inclusive sábados, domingos e feriados.

Prorrogação das dívidas de custeio

Os produtores de soja que não conseguiram pagar suas dívidas de custeio da última safra junto aos bancos em razão dos baixíssimos preços pagos pelo produto, terão agora um prazo maior para saldar tal compromisso. O governo decidiu prorrogar o débito dos sojicultores até três anos, com correção monetária plena e mais três por cento de juro ao ano. Essa foi a solução encontrada pelo governo da Nova República até como forma de garantir a sobrevivência do setor, ameaçado pelo endividamento dos produtores. Muitas reivindicações com sugestões para o problema foram levadas pelos próprios produtores até o governo, mas a solução só foi definida a partir da formação de uma comissão integrada pelos ministros da Agricultura, Planejamento e Fazenda. Essa medida de prorrogação dos débitos por até três anos, segundo Ruben Ilgenfritz da Silva, secretário geral do Ministério da Agricultura deverá beneficiar a maioria dos produtores.

De acordo com as instruções do Banco Central, os pedidos de composição das dívidas deverão ser examinados caso a caso. Só será permitido a prorrogação depois que o produtor comprovar que suas dificuldades financeiras são realmente decorrentes de aplicações na atividade rural. Para a aprovação ou não, os bancos também deverão levar em conta a capacidade de pagamento do produtor para então poder definir exatamente o prazo de pagamento da dívida. A composição dos débitos, deverá incluir todas as operações de custeio e também as prestações de investimentos realizados na lavoura, como por exemplo, melhorias do solo.

QUEM SERÁ BENEFICIADO

A prorrogação só vai beneficiar aqueles produtores de soja que conseguirem provar que realmente estão em situação financeira crítica. Aqueles produtores que conseguirem provar junto ao banco onde foi contraído o custeio, de que tiveram dificuldades na comercialização e não puderam pagar suas dívidas com o ganho da colheita, ou seja, não conseguiram cobrir os custos de produção, não só terão direito a fazer a recomposição de seus débitos, como também sofrerão uma taxa de 100 por cento da ORTN e mais três por cento de juro ao ano. No entanto, os produtores que tiveram dificuldades financeiras resultante da aplicação de investimentos na compra de máquinas ou implementos agrícolas, sofrerão uma taxa de 24 por cento de juro ao ano e mais a correção plena. Mas os produtores que utilizaram a verba de custeio em outros investimentos, como compras de terras, por exemplo, não terão direito a prorrogação dos débitos.

Os produtores beneficiados com a recomposição de suas dívidas de custeio, continuarão tendo acesso ao crédito de financiamento para a próxima lavoura de verão, mesmo que continuem sendo devedores do banco.

A recomposição das dívidas de custeio dos produtores de soja, com pagamento em até três

anos, está sendo considerada pelos representantes do setor como uma medida boa, embora menos abrangente do que as reivindicações que vinham sendo feitas pela classe produtora de soja. Jarbas Pires Machado, presidente da Fecotriga acha que realmente a prorrogação das dívidas vem desafogar um pouco a situação, mas teme pelos entraves burocráticos que poderão tomar a

medida até sem efeito. Ele ainda acha que o crédito de emergência de Cr\$ 500 mil por hectare, que vinha sendo proposto pela Fecotriga, seria uma alternativa que possibilitaria o produtor a pagar sua dívida em qualquer banco, mas reconhece que a medida adotada pelo governo tem a vantagem de não impor limites de valores para a dívida.

Amario Mombach, gerente

da agência do Banco do Brasil em Ijuí acha que muito poucos produtores da região terão direito a recomposição de suas dívidas de custeio. "No máximo cinco por cento dos produtores da região serão considerados aptos para fazerem a recomposição de seus débitos", explica ele, garantindo que o endividamento que existe entre os produtores é em função de compras de terra e

não decorrentes de aplicações na atividade agrícola.

Os produtores interessados em prorrogar seus débitos de custeio deverão procurar o banco, onde foi contraída a dívida munido dos comprovantes de comercialização da safra ou de um outro documento que prove a origem de seu endividamento.

De duas, uma:

A melhor maneira de combater as doenças do trigo é usar BENLATE® e MANZATE®. MANZATE® é o mais econômico e tem amplo espectro para doenças foliares (ferrugens, helmintosporiose e septorioses). BENLATE® é mais eficiente para doenças da espiga. Todo o mundo sabe. BENLATE® e MANZATE®

juntos controlam a giberela e a septoriose da gluma, mesmo nos anos com condições climáticas favoráveis a maior ocorrência destas doenças. Proteja o seu trigo e lucre mais com BENLATE® e MANZATE® da DU PONT.

A melhor maneira de combater as doenças do trigo é usar DELSENE® e MANZATE®. MANZATE® é para as doenças foliares (ferrugens, helmintosporiose e septorioses) e DELSENE® é para as doenças da espiga. DELSENE® é novo. É tão eficiente quanto o BENLATE®. DELSENE® e MANZATE®

juntos controlam a giberela e a septoriose da gluma, mesmo nos anos com condições climáticas favoráveis a maior ocorrência destas doenças. Proteja o seu trigo e lucre mais com DELSENE® e MANZATE® da DU PONT.



A DU PONT oferece mais um fungicida, tão eficiente quanto BENLATE®: DELSENE®. Com DELSENE® ou BENLATE®, você ganha sempre.

ou você ganha,

ou você ganha.

DELSENE® BENLATE® MANZATE®



LEIA E SIGA CORRETAMENTE AS INSTRUÇÕES DO RÓTULO.



O produtor terá de buscar saídas na diversificação

Até quando haverá consumo para a soja na Europa? Que influências esse consumo terá sobre o mercado da carne? Estas questões foram levantadas por Argemiro Luís Brum ao fazer uma análise do comportamento dos países europeus frente as importações de soja aos associados da Cotrijui na Região Pioneira, Mato Grosso e Dom Pedrito. Em todas as palestras ficou o alerta de que o mercado internacional da soja não é mais o mesmo, correndo desfavorável aos produtores brasileiros. A saída para a crise está na diversificação da produção e na abertura de mercados internos que absorva essa produção. Argemiro Luís Brum é professor na Unijuí e há mais de um ano encontra-se na França realizando estudos sobre os mercados consumidores de farelo de soja.

Tudo o que vem ocorrendo com a soja, segundo Argemiro Luís Brum, precisa ser analisado por dois lados, o da concorrência e o do consumo. Ele lembra que a competição vem se tornando mais difícil a partir da entrada do Brasil e da Argentina no mercado internacional, ao lado dos Estados Unidos. Apenas o Brasil produziu nessa safra em torno de 17 milhões de toneladas de soja e a Argentina sete milhões, enquanto os Estados Unidos sozinhos tiveram uma produção de 60 milhões de toneladas. Desta forma, a concorrência vai ficando cada vez mais difícil a medida em que a produção continua crescendo, mas o consumo começa a diminuir.

Entre os países produtores de soja, o Brasil é o grande exportador de farelo, graças ao alto percentual de suas proteínas — em torno de 48 por cento — que faz com que o produto seja o mais procurado. O volume de exportações brasileira de grãos de soja mal chega a oito milhões de toneladas. Enquanto o Brasil conseguiu garantir sua fatia no mercado do farelo de soja, transformando-se no maior exportador, os Estados Unidos se voltaram mais para a exportação de grãos, hoje por volta de 25 milhões de toneladas. A Argentina que até pouco tempo vinha atuando quase que apenas no mercado de grãos, já começa a abocanhar fatias do mercado do farelo, acirrando ainda mais a competição a nível internacional.

Com uma boa oferta de produto e poucos consumidores a nível internacional, o que poderia acontecer? Justamente o que estamos vendo hoje, diz Argemiro Luís Brum. Os preços da soja caíram a níveis tão baixos que nem chegaram a cobrir os custos de produção. Esta situação de mercado vem se agravando de tal forma, que os Estados Unidos, tentando encontrar saídas, lançaram um programa o qual denominaram biceps — força muscular —. Através desse programa os Estados Unidos deixam de subvencionar a produção de grãos, co-

mo fez em 1983, quando pagou aos produtores para que não plantassem soja, e passam a subvencionar a comercialização. A intenção do governo americano é entrar no mercado para derubar seus concorrentes. Deixa produzir soja livremente, e comercializa a produção por um preço mais baixo. Aliás, há pouco mais de um mês, os Estados Unidos deram mostras de que realmente não estão brincando, ao vender um milhão de toneladas de trigo para a Argélia, um país africano e ex-colônia da França. Foi uma fatia do mercado para o trigo que a França tinha garantido que os Estados Unidos levaram em pouco tempo.

PODE FICAR PIOR

Se os Estados Unidos utilizarem esse mesmo estratagemma no mercado da soja, o Brasil e a Argentina serão atingidos. A possibilidade de que realmente o governo americano utilize essa tática, segundo Argemiro Luís Brum é bastante grande, ainda mais, que mesmo enfrentando preços tão baixos, continua mantendo a produção de soja nos mesmos níveis de anos anteriores. Ele acredita que essa política de manter a produção não seria adotada pelos Estados Unidos caso não pretendessem colocar em prática também para a soja o programa biceps, pois os 5,50 dólares por bushell praticados pela Bolsa de Chicago são baixíssimos se comparado com os custos de produção da soja, que são elevadíssimos. Se realmente os Estados Unidos tentarem subvencionar a exportação de soja em grãos, vendendo a preços mais baratos na intenção de conquistar novos mercados, a situação do Brasil ainda vai ficar mais crítica.

O CONSUMO DE FARELO

Mas como o Brasil conseguiu entrar no mercado do farelo de soja? Essa fatia o Brasil ganhou a partir de 1973 e tem no meio um boicote do governo americano às exportações de grãos para o Mercado Comum Europeu. Os europeus, alguns anos atrás, incentivaram a pro-

dução de carnes — gado bovino, suínos e aves — e também a produção de leite. Como o inverno europeu é muito rigoroso eles adotaram o sistema de criação de gado estabulado. Esse sistema exige grande quantidade de matéria energética e proteicas na alimentação dos animais. E como a soja entrava na Europa a preços baixíssimos em função de um acordo entre os países do Mercado Comum Europeu e os Estados Unidos, permitindo a venda de carne e leite a preços subvencionados, desde que a Comunidade europeia admitisse a entrada de oleaginosas sem taxaço, ela passou a ser utilizada como ração para os animais. Esse mecanismo funcionou muito bem entre o Mercado Comum Europeu e os Estados Unidos até 1973. Justamente nesse ano o Brasil entra no mercado em razão do boicote feito pelo governo americano Richard Nixon. Durante uma semana, os Estados Unidos suspenderam a venda de grãos de soja para a Comunidade europeia.

Sem como produzir alimentos para os animais, os países integrantes da Comunidade europeia (França, Itália, Alemanha, Bélgica, Grã-Bretanha, Dinamarca, Holanda, entre outros) saíram em busca de outros mercados, onde entra o Brasil. É nessa época que acontece o boom da soja no Brasil. Desde então, cerca de 72 por cento do farelo de soja comprado pela França é brasileiro.

Também é a partir de 1973 que a França começa a desenvolver produção de oleaginosas, sempre na tentativa de diminuir sua dependência de proteínas. Ela já chegou a produzir, embora também tenha constatado que substituir proteínas não é fácil, principalmente a da soja, em torno de 1,3 milhão de toneladas de colza; 900 toneladas de girassol e 600 mil toneladas de ervilha.

A PRODUÇÃO DE CARNE E LEITE

Na verdade o principal motivo, responsável pela queda no consumo de farelo de soja



Argemiro Brum falou aos produtores de Dom Pedrito sobre a crise na economia europeia e a superprodução de alimentos.

pela França, o maior importador do Brasil, diz respeito muito mais a crise econômica pela qual passam os países europeus, do que pela simples substituição da soja por outras oleaginosas. Hoje há uma superprodução de carne na Europa, enquanto o consumo estagnou em 95 quilos por pessoa ao ano. Apenas o Mercado Comum Europeu tem estocado 675 mil toneladas de carne e a França 200 mil.

Mas não é só a carne que está sobrando na Europa. Também existe superprodução de leite, queijos, manteigas, vinhos. Como a estocagem de qualquer destes produtos é muito cara, o Mercado Comum Europeu decidiu tomar algumas medidas. No caso do leite, ele resolveu cortar a produção, e desde o dia 1º de abril do ano passado, aquele produtor que produzir 100 litros de leite, recebe apenas por 80 litros. Os reflexos dessa medida foram violentos para os produtores. Aqueles que recém estavam se estabelecendo e procurando investir na atividade, foram obrigados a vender as matrizes e muitos as propriedades. Os produtores já estabelecidos procuraram outras saídas para reajustar a produção. Uma destas foi diminuir a alimentação de concentrados, substituindo-os por alimentos mais tradicionais como as pastagens. Outra saída foi abater matrizes como forma de diminuir o plantel. Só no ano passado foram abatidas em torno de 3,5 milhões de vacas nos países que integram a comunidade europeia, originando um excesso de produção de carne.

Mesmo com produção excedente, o Mercado Comum Europeu se vê na obrigação de continuar importando carne, claro que em volumes menores, na intenção de manter alguns canais abertos, pois é certo que por volta de 1990 começa a faltar carne na Europa.

A crise econômica e a superprodução de alimentos como o leite e a carne, gerando altos custos de estocagem, são os responsáveis diretos pela redução do consumo da soja na Europa, já que são justamente os países europeus os maiores consumi-

dores. A situação ainda se torna mais crítica em função da concorrência pelos mercados que ainda consomem soja em grãos e farelo.

A SAÍDA

Para o Argemiro Luís Brum o famoso ciclo da euforia da soja terminou, embora acredite que a soja continuará sendo um produto de exportação. Ele acha que o produtor precisa ter bem claro na sua cabeça toda a situação que está ocorrendo, pois o que tem se percebido ainda hoje é que nunca se discutiu até onde se queria chegar com a produção de soja. A produção cresceu em função da área e não da produtividade, resultando num aumento de custos. De agora em diante, o produtor, na hora de plantar, terá que levar em conta os custos de produção e as dificuldades de mercados.

A saída para a situação terá que ser encontrada pelo próprio produtor, através de uma produção diversificada, sem tanta dependência do mercado externo. Será preciso abrir mercado interno para essa produção diversificada, já que não se pode mais contar com os grandes compradores de fora. Também sugere que se aumentem as condições de produtividade, tanto a nível de lavoura como de rebanho, como forma de baixar custos. E como exemplo de baixa produtividade, o Argemiro Luís Brum cita o caso da soja, que vem produzindo no Brasil há 15 anos os mesmos 1.500 quilos por hectare.





EXPOSIÇÃO - FEIRA

**COMÉRCIO
INDÚSTRIA
ARTESANATO
AGROPECUÁRIA**

12 A 20 DE OUTUBRO DE 1985

PARQUE REGIONAL DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES ASSIS BRASIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IJUÍ

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL

IJUÍ-RS



O JOGO DE FORÇAS



Nos barracos, muitas crianças

"Já estamos sentindo o cheiro da terra". Essa frase, do agricultor Darci Domingos Gehn, dita na assembléia do último dia do acampamento dos sem-terra, em Palmeira das Missões, resume bem o que foi a mobilização do pessoal que exige logo a Reforma Agrária. Darci, morador de Catuêpe, estava entre mais de 10 mil pessoas que formaram o acampamento, numa área ao lado do Parque de Exposições de Palmeira, de 30 de julho a 1º de agosto. Os acampados voltaram às suas casas depois de encaminhar um documento ao governo e de demonstrar que estão de fato organizados para pressionar o pessoal de Brasília.

A manifestação foi organizada pela comissão estadual do Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra, e atraiu gente de todo lado, mas especialmente do Planalto Médio, Missões e Alto Uruguai. Durante três dias, eles ficaram em barracos, na área à margem da BR-468, ouviram muito discurso e tomaram muita chuva. O acampamento, segundo os agricultores, era o que faltava no Rio Grande do Sul, para que também aqui os sem-terra pudessem mostrar, como aconteceu no Paraná e em Santa Catarina, que ninguém pretende esperar muito pela Reforma.

UM PRAZO

A mais importante das decisões tomadas pelos acampados é a de que o governo deve, até o dia 20 de setembro, definir um plano de emergência para assentamento das 5 mil famílias que estiveram em Palmeira. Eles querem também — conforme consta do documento — que os assentamentos aconteçam no Rio Grande do Sul, e de preferência em terras do Alto Uruguai, Planalto Médio e Missões e também em áreas de Santa Maria. Os sem-terra a serem beneficiados por este plano de emergência serão indicados pelo Movimento, que pretende realizar outro acampamento, durante a Semana da Pátria, de frente a sede do INCRA em Porto Alegre.

Essa decisão dos acampados, de pedir pressa do governo, meio que assustou o representante do INCRA que esteve em Palmeira, o advogado Luiz Edson Faccin, que é procurador geral do órgão. Faccin lembrou que o prazo para discussão do Plano proposto pelo governo será encerrado dia 20 de agosto. Depois, as sugestões serão juntadas, e é provável que o Plano final somente fique pronto dia 20 de setembro. Este Plano definitivo seria então encaminhado ao presidente José Sarney, a quem cabe sancionar a lei implantando a Reforma Agrária. Depois disso é que serão elaborados os planos regionais, por Estado.



Mais de 10 mil pessoas ficaram acampadas durante três dias, sob muita chuva, em Palmeira das Missões

Sem-terra dá prazo

Acampados pedem um plano de emergência até 20 de setembro

LEVANTAMENTO

A pressa dos sem-terra preocupa o INCRA, porque não existe ainda no Rio Grande do Sul um levantamento das áreas que poderão ser desapropriadas. A situação no Estado é confusa, em função da existência de muitas empresas rurais "fantasmas", que são na verdade latifúndios. E, para complicar, o delegado do INCRA, Erani Müller, ficou pouco tempo no cargo (veja o quadro abaixo). Mesmo assim, Faccin prometeu encaminhar as reivindicações dos acampados ao presidente do INCRA, José Gomes da Silva.

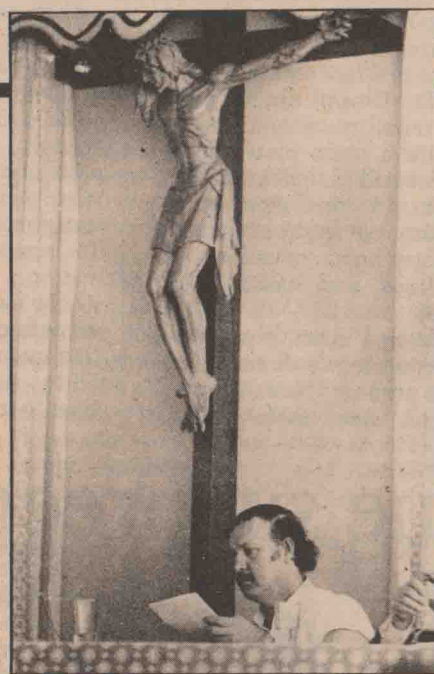
O delegado durou pouco

O advogado Erani Müller ocupou por pouco mais de duas semanas o cargo de delegado do INCRA no Estado. Ele tomou posse no dia 11 de julho, e no dia 26 era demitido pelo presidente do Instituto, José Gomes da Silva. O motivo de seu afastamento foi um só: o constrangimento criado por suas declarações, de que a reforma agrária deveria ser iniciada no Estado com a desapropriação de terras do governo. Müller pretendia assentar 300 ou 400 famílias em 8 mil hectares do Rincão da Coudelaria, uma área do Exército localizada em São Borja, e atualmente cedida — segundo ele — a grandes arrendatários.

Suas declarações desgostaram o ministro Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, e foi certamente por interferência direta do general que a demissão do delegado terminou ocorrendo. A posição de Müller, divulgada muitas vezes pela imprensa, chegou inclusive ao conhecimento do presidente José Sarney. No dia 23 de julho, o advogado participou, juntamente com os outros delegados regionais, de um encontro em Brasília, com o ministro Nelson Ribeiro. Todos foram aconselhados a falar menos e a evitar questões polêmicas.

Erani Müller saiu dessa reunião e voltou a insistir na utilização das terras de São Borja. "Minhas declarações foram usadas de forma distorcida, por setores que não querem a reforma agrária", disse ele depois de ser demitido. O ex-delegado do INCRA chegou, no pouco tempo em que ocupou o cargo, a percorrer o Estado, ouvindo sugestões de sem-terra, e visitou inclusive Carazinho, quando da for-

mação do PUR. Sua decisão, de fazer a reforma nas terras do Exército, tinha o apoio de Orgênio Roth, vice-presidente da Fetag.



Erani acha que não falou demais

Müller foi radialista e jornalista, em Ijuí e Santa Rosa, e passa agora a ocupar uma cadeira de deputado na bancada do PMDB na Câmara Federal. A vaga foi aberta com a decisão de Sinval Guazzelli de assumir a presidência do Banco Meridional. O primeiro suplente, Harry Sauer, preferiu continuar como diretor do BNH no Rio, e a cadeira é ocupada por Müller, como segundo suplente da bancada gaúcha. No dia 1º de agosto, durante a concentração dos sem-terra, em Palmeira das Missões, Müller estava presente e foi aplaudido quando alguém citou seu nome num dos discursos. Mas não conseguiu falar aos acampados. "Aqui, político não fala", diziam os organizadores da concentração. Até o início de agosto não havia sido designado seu substituto no INCRA.

Mas os acampados disseram a Faccin que não estão dispostos a esperar muito. Darci Maschio, coordenador do acampamento, lembrou que o governo deve atender a reivindicação, "ou serão iniciadas as ocupações pacíficas de áreas no Estado". Maschio afirmou, durante uma entrevista coletiva: "O INCRA pediu que nós segurássemos o povo, e é isso o que estamos fazendo. Mas não dá pra segurar tanta gente por muito tempo. As paciências estão se esgotando".

"Os colonos não está brincando", disse Maschio, que garante a existência de um mapeamento com todas as terras que poderão ser ocupadas nas regiões consideradas preferenciais. Mas é claro que ele não diz onde estão essas áreas. Seriam invadidas pelos sem-terra as propriedades que possuem parcelas ociosas, sem aproveitamento. "É a ocupação — disse ele — será de massa, e não aos poucos. Vamos ocupar tudo de uma vez só".

As ameaças feitas em nome dos acampados podem criar um clima de confronto no Estado, principalmente em função do prazo para assentamentos — até 20 de setembro — que o governo dificilmente poderá cumprir. Mas há até quem duvide que essas ocupações realmente aconteçam. Assim, os agricultores sem-terra estariam apenas exercendo pressões, para equilibrar um pouco as reações contrárias à Reforma Agrária. O prazo e o anúncio dos assentamentos "por conta" seriam uma forma de apressar o Plano e impedir recuos do governo.

CONSTITUINTE

O certo é que os sem-terra já contam com o apoio da Igreja, de sindicatos, de associações profissionais, dos partidos, Ordem dos advogados do Brasil e muitas outras entidades. Esse apoio já foi manifestado quando da criação do Comitê Gaúcho de Defesa da Reforma Agrária, dia 25 de julho, em Porto Alegre. Esse Comitê, integrado por dezenas de entidades, se dispõe a apressar a implantação da Reforma e fiscalizar a ação do governo.

A organização dos sem-terra chegou ao ponto de fazer com que a discussão entre eles leve em conta até mesmo a questão da Constituinte. A executiva estadual do Movimento Nacional dos Sem-Terra já está estudando o lançamento de nomes de candidatos à Constituinte. Afinal, como disse Darci Maschio, "tudo se decide politicamente, e nós precisamos ter o nosso representante no Congresso, principalmente agora, quando vão fazer as novas leis do país".



O JOGO DE FORÇAS

A esperança dos agregados



Dona Sebastiana e a família. Ela quer ficar por perto, para não ver os filhos extraviados

Os acampados de Palmeira das Missões enfrentaram frio e chuva amontoados em barracas feitas com lonas, plásticos e sacos de adubo. Ouviram muitos discursos, reforçaram o número dos sem-terra com mais duas crianças nascidas no local, e foram embora, na tarde do dia 1º de agosto, com uma certeza: conseguiram provar que estão organizados. Viajaram de ônibus e na carroceria de caminhões. Alguns, até levaram fogões. Passaram trabalho e comeram muito mal, mas poucos devem ter se arrependido dessa empreitada.

"Se for preciso, nós vamos acampar em Porto Alegre", dizia dona Sebastiana Correa da Silva, enquanto providenciava na mudança de volta para Erval Seco. Ela, o marido, Valdomiro, de 63 anos, e mais sete adultos e 6

crianças da família, foram de ônibus para Palmeira. Ficaram todos dentro de uma barraca, convencidos de que poderia estar iniciando ali o fim da peregrinação como agregados.

TUDO REPARTIDO

Valdomiro e Sebastiana moram há 15 anos dentro de uma fazenda em Erval Seco, mas a vida está ficando cada vez mais apertada. "Nós plantamos em tiras de terra, mas o dono vem recolhendo a nossa parte", conta dona Sebastiana, que acredita estar com 58 anos. A parte dos agregados vai sendo reduzida e deve estar hoje, somando todos os pedaços, com menos de um hectare.

Mesmo assim, o proprietário quer a metade de tudo o que o casal produz. "Nessa safra nós colhemos cinco sacos de soja,

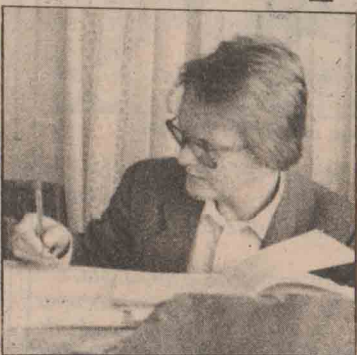
duas carroças de milho e quatro sacos de feijão. Mas tudo foi repartido com ele", diz dona Sebastiana. Os nove filhos do casal também são agregados, em outras propriedades da região. E ela se preocupa é com esse "extravio" da família, por não ter terra própria para plantar.

"Se Deus quiser e Jesus me ajudar, eu ganho terra", diz ela, que não sabe por quanto tempo ainda poderá ficar na propriedade onde, apesar do pequeno espaço que ocupam, tudo é repartido "de meia". Dona Sebastiana tem a mesma opinião da maioria dos sem-terra, e quer terra aqui mesmo, no Estado, e de preferência na região. Ela diz: "Não me interessa ir pra muito longe. Não quero sair daqui e deixar os filhos ainda mais extraviados. Quanto mais perto, melhor".

Reações que surpreendem

"Todo o empresário agrícola moderno e inteligente não tem motivo para se posicionar contra a reforma agrária". Quem diz isso é o sociólogo Telmo Frantz, pró-reitor de Extensão e Pesquisa da Universidade de Ijuí, que representou a Fecotriga — como assessor da Federação — num debate realizado em Santa Rosa, dia 19 de julho, por iniciativa da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Noroeste do Estado. Frantz abordou o alvo-roço provocado pelo Plano do Governo, e disse estar surpreso com certas reações.

Ele explicou que a reforma agrária é uma necessidade para o capitalismo não só porque poderá contornar desigualdades sociais, mas também por ter um caráter econômico. Ela servirá para que este modelo se recicle, através da multiplicação de propriedades rurais, da abertura de um novo mercado consumidor e da modernização, enfim, de uma estrutura fundiária envelhecida.



Telmo: inteligentes apoiam

É assim que poderá ser retomada a reprodução ampliada do capital, com um mínimo de justiça social.

INTELIGÊNCIA

"Todo o empresário agrícola moderno e inteligente não tem motivo para ser contra a reforma", garante Telmo, se considerar que ela é decisiva para o fortalecimento da propriedade privada. "O surpreendente — disse ele durante o debate — é que determinados segmentos empresariais,

industriais e agrícolas se manifestem até emocionalmente contra o Plano do governo". Afinal, a reforma deve interessar não só aos sem-terra e aos minifundiários, mas também ao empresário rural moderno e à indústria e ao comércio.

"A Fecotriga — afirmou — acredita na inteligência do setor empresarial e na sua disposição para discutir propostas democráticas". Para Telmo Frantz, esse empresariado deve se aliar na luta contra o latifúndio, porque este sim representa um obstáculo à modernização e à própria democracia. "O latifúndio é base de poder — disse ele — e enquanto existir será uma ameaça à democracia que começa a ser construída". Frantz lembrou que a Fecotriga defende a reforma agrária desde o Grito do Campo, em outubro de 84, e aposta numa aliança entre minifundiários posseiros, arrendatários e empresários rurais de formação recente, para que ela de fato se realize.

Maschio:

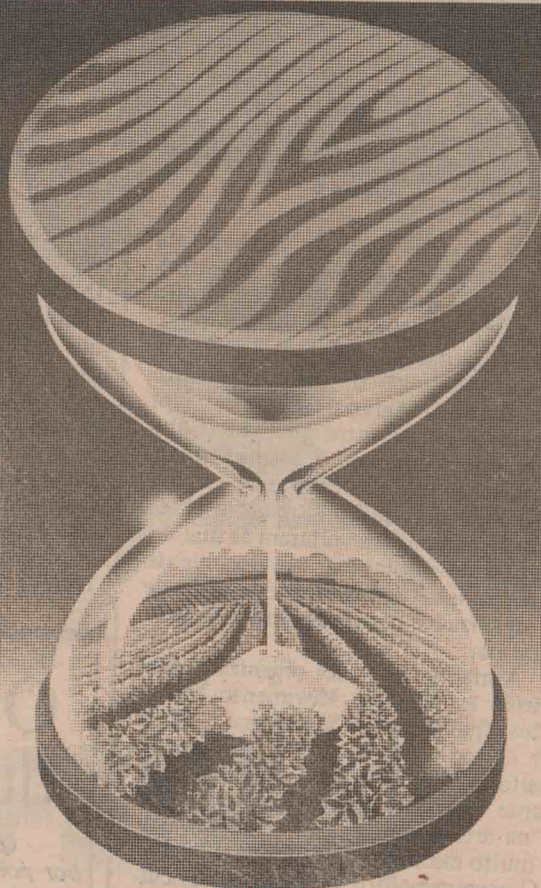
"É SÓ DAR UM GRITO E O POVO APARECE"



"Não nos ajoelhamos mais"

O coordenador da mobilização que resultou no acampamento em Palmeira das Missões tem 28 anos, mora em Três Passos, é solteiro e estudou até o 5º ano do antigo primário. Darci Maschio é um dos novos líderes do meio rural surgidos no Estado. Integra as executivas estadual e nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, não gosta de ver os partidos políticos tentando se aproximar dos agricultores e não acredita que existam muitas entidades e pessoas, fora do meio rural, realmente comprometidas com esta luta. "Desde criança eu ouço esta história de que 'nós estamos do lado de vocês', mas na hora, na prática, poucos apare-

cem". O pai de Darci, Carmelindo, tem oito filhos e é dono de 3 hectares na Linha Fátima, em Três Passos. Na adolescência, Darci já era líder de um núcleo da Igreja Católica. Desde 1983 ele vem se empenhando na organização dos sem-terra, e garante: "Hoje nós não nos ajoelhamos na frente de qualquer um". Para conseguir reunir tanta gente, Maschio garante que não é preciso muito esforço: "Não precisamos nem mandar fazer cartaz. É só dar um grito e o povo aparece".



FILLER TREVO

O fino do calcário.

Finalmente moído, reage imediatamente no solo, fazendo uma correção perfeita. O FILLER TREVO, além de elevar o pH e eliminar a acidez nociva na linha de plantio, fornece ao solo dois macronutrientes, Cálcio e Magnésio, indispensáveis à nutrição das plantas. Na hora de fazer a aplicação de FILLER TREVO, consulte os Engenheiros Agrônomos da TREVO, ou os de sua região, para receber as instruções de uso.



ADUBOS TREVO
ADUBOS TREVO S.A. - GRUPO LUXMA



O JOGO DE FORÇAS

Quem está na dianteira?

Proprietários também se organizam para que o governo recue

Enquanto os sem-terra exigem pressa e um plano de Reforma Agrária bem mais avançado do que o proposto pelo governo, os grandes proprietários do país pedem exatamente o contrário. Já ficou bem claro, desde o lançamento do programa oficial, dia 25 de maio em Brasília, que as reações contra a implantação da Reforma serão tão fortes quanto as manifestações a seu favor, ou até mesmo mais radicais. E nesse jogo de braço, de contrários e favoráveis, fica difícil de se saber quem tomou a dianteira para impedir ou estimular a implantação do Plano.

Uma das reações mais surpreendentes surgiu no Rio Grande do Sul, na primeira quinzena de julho, quando se formou, em Carazinho, o tal de PUR — Pacto de Unidade e Resposta Rural. O PUR, que teria sido criado para integrar fazendeiros do Estado, estimulando o uso de armas e guardas contra invasões, ganhou destaque em todo o país. O coordenador do Pacto, Vali Albrecht, presidente do Sindicato Rural de Carazinho, passou então a convocar proprietários, e criou um alvoroço tão grande que até o governo do Estado decidiu intervir.

No dia 26 de julho, o governador Jair Soares mandou a Carazinho os secretários da Segurança Pública, Augusto Berthier, e da Agricultura, João Jardim, para que desfizessem o clima de guerra civil que se armava na região. Berthier pediu calma aos produtores, e o PUR recuou um pouco, mas sem deixar de existir. O que se descobriu é que essa reação radical ficou mais no alarma, pois o secretário não precisou desarmar ninguém.

Mesmo assim, a organização dos grandes proprietários contra a Reforma Agrária vai se alastrando, e já se sabe até que a velha TFP — Tradição, Família e Propriedade, decidiu entrar nessa briga. A TFP é uma entidade ultra-conservadora, que defende inclusive a volta da monarquia. Ela se encarregou, durante os anos de ditadura no Brasil, de fazer a pregação contra a ameaça comunista. Agora, esse discurso estaria de volta, e já teria conquistado inclusive pequenos agricultores.

VOLTA A TFP

No dia 23 de julho, durante o Congresso Estadual de Produtores Rurais, rea-



Gomes da Silva, do Incra, e o ministro Ribeiro enfrentam grandes pressões

lizado em Santa Maria, a TFP não se fez de rogada e mandou um representante, o advogado e fazendeiro paulista Plínio Xavier da Silveira. Plínio condenou a Igreja, disse que o Plano de Reforma Agrária é coisa de comunistas, e provocou constrangimentos. Afinal, com sua presença no encontro, promovido pela Farsul, ficaria parecendo que a TFP foi convidada para o Congresso, e que os fazendeiros contariam com sua ajuda para repudiar o Plano.

Cerca de 800 pessoas participaram dessa reunião, e a conclusão a que chegaram era a esperada: a proposta de Reforma Agrária do governo deve ser rejeitada. Os grandes proprietários querem que o governo cumpra com o Estatuto da Terra, mas sem realizar desapropriações. Em síntese, o que eles pedem é que o latifúndio improdutivo seja taxado com altos impostos. A Farsul ficou encarregada de propor alterações ao Plano oficial, mas já se sabe, por antecipação, que essas sugestões deixam de lado, é claro, as desapropriações.

"DIFAMADOR"

No encontro de Santa Maria, o presidente da Farsul, Ary Marimon, repetiu o que já havia dito num debate realizado

dia 19 de julho em Santa Rosa, pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Noroeste do Estado. Nesse debate, com a participação de Orgênio Roth, vice-presidente da Fetag; Vergílio Périus, superintendente da Ocergs (Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul); Telmo Frantz, assessor da Fecotrig; e o então delegado do INCRA, Erani Müller, Marimon foi o único a condenar o Plano.

O presidente da Farsul disse não ser contra a Reforma Agrária, mas condenou o programa oficial. Marimon garantiu que o Plano do governo era "difamador", por tentar jogar os proprietários contra a opinião pública, mas não chegou a apresentar suas propostas. Para ele, a Reforma Agrária deve, de qualquer forma, vir depois de uma política agrícola. "É preciso — disse ele — que o empolamento seja substituído pelo realismo e pelo patriotismo".

PALAVRAS BONITAS

Vergílio Périus, da Ocergs, deu uma sugestão, durante os debates: "Se todos são realmente a favor da Reforma, não vamos então utilizar o Plano do governo para combatê-la". Périus disse mais: "Se o Plano não serve, vamos então simbolicamente jogá-lo no lixo. O que não pode-

mos é jogar a Reforma Agrária fora". Telmo Frantz, por sua vez, lembrou que os ataques ao Plano são uma forma de adiar a implantação da Reforma (veja na página ao lado).



Orgênio Roth



Vergílio Périus

O vice-presidente da Fetag, Orgênio Roth, citou números sobre a concentração da propriedade de terra no Estado (veja Cotri-jornal de junho).

combateu os fazendeiros ligados ao PUR, e fez um apelo: "Não interessa se o Plano tem ou não tem defeitos. O que interessa, ao que parece, é que todos querem a Reforma. Então, vamos lutar para que ela aconteça". Roth lembrou que "há muita gente disposta a perturbar a implantação da Reforma, e estas pessoas somente usam palavras bonitas quando participam de debates".

O dirigente da Fetag foi aplaudido pelas 150 pessoas que estavam na capela do Colégio Dom Bosco, enquanto Marimon era vaiado. Nesse mesmo debate, Erani Müller anunciou que já estava elaborando um plano piloto de Reforma Agrária para o Rio Grande do Sul, pois haveria "uma grande ansiedade entre os trabalhadores sem-terra". Müller também condenou as campanhas contra a Reforma, que estavam atemorizando inclusive pequenos proprietários do Rio Grande do Sul.

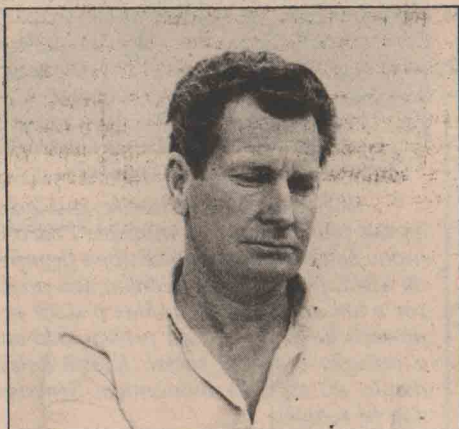
RIBEIRO NA MIRA

Essas campanhas não se localizam apenas no Rio Grande do Sul, mas proliferam em todo o país. Faz parte dessa mobilização contra a intenção do governo, de mexer na estrutura fundiária do país, a derrubada inclusive do ministro Nelson Ribeiro, e do presidente do INCRA, José Gomes da Silva. Ribeiro chegou a pedir demissão ao presidente Sarney, diante dessas pressões, mas deve ser mantido no cargo.

"Pacto" terá núcleos regionais

Egon Eickhoff, vice-presidente do Sindicato Rural Patronal de Ijuí, participou da reunião do dia 26 de julho, em Carazinho, quando houve uma mudança nas propostas iniciais do PUR — o Pacto de Unidade e Resposta Rural. Neste encontro, com os secretários de Segurança, Augusto Berthier, e da Agricultura, João Jardim, os proprietários assumiram o compromisso de que o PUR não mais incentivaria o armamento dos proprietários para impedir invasões. O Pacto continuou existindo, mas apenas como entidade para a "troca de idéias".

Eickhoff, que possui 50 hectares na localidade de Floresta, em Ijuí, acha que a imprensa deu muito alarde ao PUR. "Ninguém comprou armas para defender propriedades, como os jornais andaram anunciando", conta o agricultor. Ele pôde constatar, em Carazinho, que há de qualquer forma muito temor entre grandes proprietários, diante das ameaças de invasões. "Mas ninguém — afirma Eickhoff — é contra a reforma agrária. O que eles desejam é que primeiro o governo apoie



Egon: a imprensa fez muito alarde

quem está na atividade, e depois distribua terras".

O PUR será reformulado, quanto às suas propostas, e poderá ter núcleos regionais, integrando empregadores rurais de vários municípios. É o que pode acontecer em Ijuí, onde um núcleo abrangeria localidades vizinhas, conforme sugestão apresentada em Carazinho. Assim, segun-

do Eickhoff, não haveria o envolvimento direto dos sindicatos rurais no assunto, e a coordenação do debate em torno da reforma agrária, entre médios e grandes produtores, seria conduzida pelos núcleos.

Eickhoff participou também, no dia 23 de julho, em Santa Maria, do Congresso Estadual de Produtores Rurais, promovido pela Farsul. Ele lembra que nesse encontro os produtores condenaram a ação da Igreja, "na incitação às invasões de terras, por entenderem que os bispos devem se preocupar mais com os problemas urbanos". Outro aspecto lembrado por Eickhoff é o de que devem ser tomados cuidados quando do alistamento de agricultores sem-terra, para que se cadastre "somente quem seja mesmo do meio rural".

Ele observa que seu filho, Edilson, de 18 anos, foi convidado a alistar-se como sem-terra, mas rejeitou o convite. Edilson ganhou 10 hectares do pai, adquiridos em junho, e quando tiver idade para cuidar sozinho da terra poderá, segundo Eickhoff, se iniciar como agricultor. O rapaz é o único filho homem do vice-presi-

dente do Sindicato Rural de Ijuí, que tem ainda duas filhas estudando na cidade. Eickhoff fala da família e comenta que "o Brasil precisa de um planejamento familiar, para que se contenha o aumento da população. Para que isso aconteça — diz ele —, a Igreja, que é contrária ao controle da natalidade, também precisa mudar de idéia".

PARA O MELHOR CHIMARRÃO

A Erva Mate Genuína é a seiva verde dos melhores ervais da região. Genuína é feita com folhas selecionadas, e tem a tradição de quem gosta e conhece.



ERVA MATE GENUÍNA
Irmãos Fajardo
Vila Doméstica - Ijuí - Fone 09 - Ijuí.



O JOGO DE FORÇAS

O movimento dos agricultores gaúchos, deflagrado no dia 13 de junho, teve por pouco tempo a unidade pregada e ficou diante de um impasse. Ao mesmo tempo em que reivindicavam ajuda de emergência, depois do fracasso na comercialização da soja, os produtores, liderados então pela Fecotrigo, pretendiam fortalecer o Ministério da Agricultura. A pressão exercida com manifestações nas cidades, que mobilizaram milhares de agricultores, tentava fazer valer o ponto de vista de que já estava na hora da área econômica do governo reconhecer os planos do ministro Pedro Simon, não só para questões imediatas, mas para a própria definição de uma nova política para o setor.

A verdade é que os produtores gaúchos se encontram hoje pensando coisas diferentes, de acordo com os interesses que estão em jogo. A Fecotrigo decidiu deixar de lado os protestos de rua e passou a apostar fundo na discussão de uma proposta concreta para a agricultura. Do outro lado, a Farsul (Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul), que congrega criadores e médios e grandes produtores, continuou investindo nas manifestações públicas, que pouco a pouco foram ficando escassas, a partir da segunda quinzena de julho.

Afinal, por que isso ocorreu, se tanto a Federação das Cooperativas de Trigo e Soja como a Farsul se dispõem a defender os produtores? Mais ainda: por que divergir, se a idéia básica do movimento iniciado a 13 de junho era a de fortalecer o Ministério da Agricultura? O próprio produtor, que parou para pensar, terminou descobrindo, logo depois das primeiras manifestações, que não deve se preocupar apenas com o ministro Francisco Dornelles, da Fazenda (veja na página ao lado). Ele não conspira sozinho contra a intenção de Simon e de seu secretário geral, Ruben Ilgenfritz da Silva, de dar prioridade ao mercado interno, com crédito mais barato ao pequeno agricultor que produzir milho, feijão, batata, mandioca. É o que veremos mais adiante.

RESPALDO POLÍTICO

A prioridade ao pequeno produtor e aos alimentos para consumo da população brasileira, defendida por Simon e Ruben de forma tão clara desde o início, precisava de fato do apoio da Fecotrigo, para que tivesse respaldo político. Saindo às ruas, com a intenção de reivindicar crédito de emergência e, ao mesmo tempo, uma nova política agrícola estável, os associados de cooperativas ligadas à Federação estariam "esquentando as costas" do ministro. Assim, se buscava neutralizar os boicotes dos conservadores do governo ao projeto agrícola da Nova República.

A Farsul passou a integrar o movimento, com a mesma reivindicação imediata da ajuda de emergência, e chegou a anunciar que no dia 13 de julho as estradas gaúchas seriam bloqueadas por máquinas e tratores. Isso ocorreu, de fato, em alguns municípios, mas sem a adesão esperada. Mesmo assim, a Federação da Agricultura, presidida por Ary Marimon, insistiu com os protestos, que aconteceram, pela última vez, no dia 17 de julho, em Brasília, quando 250 sojicultores se postaram diante do Ministério da Agricultura, com faixas e cartazes.

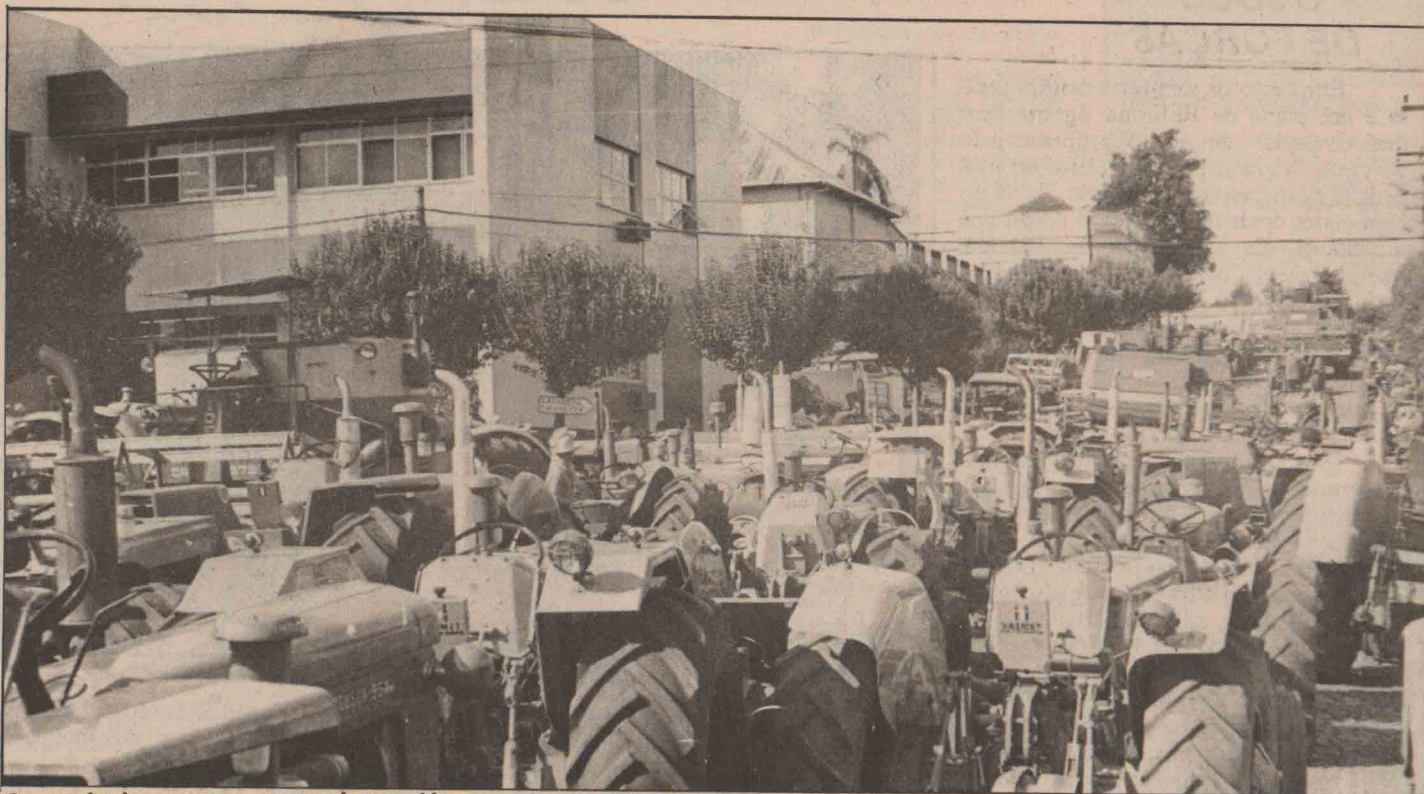
O RACHA

Antes disso, no dia 12 de julho, durante uma assembleia em Porto Alegre, a Fecotrigo já havia decidido que não participaria da manifestação em Brasília, organizada pelo Comando Estadual de Mobilização dos Produtores de Soja do Rio

POLÍTICA AGRÍCOLA

É preciso ir mais fundo

A quem interessa apenas promover manifestações de protesto?



Com máquinas nas ruas, os produtores já conseguiram muito. Mas desta vez nem todos aderiram aos protestos no Estado

Grande do Sul, ligado à Farsul. Foi nessa assembleia que a Fecotrigo formou uma comissão de representantes, para continuar lutando por uma ajuda de emergência e aprofundar o debate em torno de necessidade de definições do governo. O apelo foi encaminhado a Brasília, no dia 18 de julho, quando o vice-presidente da Fecotrigo, Málio Krueh Guimarães, se reuniu com o ministro Simon e soube que os pedidos seriam estudados.

A Fecotrigo pedia não só a ajuda de emergência, mas crédito suficiente para a próxima safra de verão, e demonstrava preocupação com a anunciada falta de verbas para custeio. Estava, a partir daí, selado o racha entre a Farsul e a Federação presidida por Jarbas Pires Machado, pois as duas decidiram andar por caminhos diferentes para chegar a Brasília. Também é a partir daí que fica possível a identificação dos pontos divergentes entre as entidades.

MARIMON:

"Farsul quer defender o produtor"

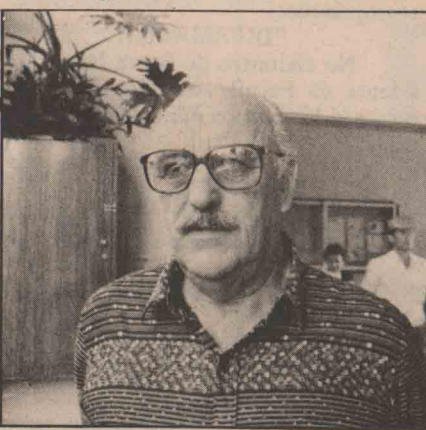
Ary Marimon, presidente da Farsul: "Se a Fecotrigo não quis participar da mobilização dos produtores, o problema é da Fecotrigo. A Farsul foi procurada por um grupo de produtores de soja, e assumiu esta luta, como fez há dois anos, quando do confisco da soja. Nós procuramos a Fecotrigo por três vezes, para que participasse junto, mas a entidade achou que não era oportuno."

O sindicalismo tem uma função no setor, e o cooperativismo tem outra. A Farsul cumpre com sua função, defendendo o produtor nas lutas políticas da classe, mas sem fazer distinção. A Farsul não assume compromissos com categorias, pois o que interessa é o produtor, independente do seu tamanho. Eu não desejo uma divisão na condução do movimento. Sou cooperativista, e não vendo um quilô do que produzo fora da cooperativa.

SÓ NA SUPERFÍCIE

A Farsul manteve, durante todo o tempo, o seu apelo em torno da ajuda de emergência, na forma de crédito aos sojicultores. A entidade não se dispôs a entrar no debate em torno de uma nova política agrícola, mesmo porque seu presidente (veja quadro abaixo), diz entender que isso é tarefa do governo. A Fecotrigo, por sua vez, insistiu na necessidade da ajuda aos produtores, mas sem esquecer que é preciso pensar logo no novo modelo agrícola já esboçado por Simon e Ruben.

Ao não dar tanta importância aos protestos, a Fecotrigo abandonou uma tática que interessa claramente aos que não se dispõem a fortalecer as propostas do Ministério da Agricultura. Esta é uma situação cristalina e que não poderá, de forma alguma, ser tratada às escondidas a



"O sindicalismo tem sua função"

A Farsul foi a primeira entidade a apoiar publicamente o ministro Pedro Simon. Também apoiamos Ruben Ilgenfritz da Silva, porque é um técnico, um produtor e um cooperativista. Mas o setor econômico do governo está preocupado com a inflação e a área social. E está descuidando do aspecto econômico. Sem isso, não há solução.

O Ministério do presidente Sarney é muito heterogêneo, e não está em sintonia com o próprio maestro. Eu entendo que sem política agrícola não haverá solução para nada. E a política agrícola deve vir antes da reforma agrária. Acho também que não se deve questionar política agrícola, pois esta é uma questão de responsabilidade do governo."

partir de agora. Aos segmentos interessados apenas nas questões imediatas, o que importa agora é tocar na superfície da crise da agricultura, sem mexer na sua estrutura. Afinal, esta é a primeira vez, nos últimos 20 anos, e quem sabe na história do país, que se propõe com clareza a defesa do pequeno agricultor e da produção para o mercado interno.

DESVIAR A ATENÇÃO

Batendo na mesma tecla, com reivindicações que talvez Simon não pudesse atender, pois não tem caixa com dinheiro à sua disposição, estes segmentos tentaram comprometer o Ministério da Agricultura, aticando as brigas internas no governo e desviando a atenção dos que pretendem contar logo com um novo modelo para o setor primário. Esta também é a postura adotada, por exemplo, no debate em torno do Plano de Reforma Agrária. Tanto a Reforma como a proposta de uma agricultura diversificada, econômica e socialmente viável, assustam setores que vinham sendo privilegiados com crédito subsidiado e a política dirigida ao mercado externo.

A Fecotrigo, que assumiu como nunca a defesa do pequeno agricultor, entendeu tudo isso (veja o depoimento de Jarbas Pires Machado na página ao lado). É agora que se estabelece o jogo de forças que a agricultura, conduzida a cabresto pelo governo, conseguiu camuflar por tanto tempo. Nisso tudo, não surgem na mesa apenas as questões ditas agrícolas ou específicas do setor, mas inclusive estratégias políticas mais ambiciosas. Setores conservadores do Estado, ligados ou não à agricultura, temem que os planos de Simon realmente alcancem sucesso, como a distribuição de alimentos às populações carentes do país.

Na cabeça dos conservadores, Simon e Ruben são uma ameaça a tudo que os privilégios oficiais asseguraram até agora para que se ampliassem a concentração da renda e da terra e as desigualdades no meio rural. Pior do que isso, para eles, será o êxito de um novo modelo agrícola e o crescimento político de homens até pouco tempo ligados à oposição. Afinal, o próprio Simon já anunciou que, caso decida concorrer ao governo do Rio Grande do Sul no próximo ano, Ruben Ilgenfritz da Silva deverá ser seu sucessor no Ministério.





O JOGO DE FORÇAS

O primeiro passo para definição de uma nova política agrícola para o país foi dado no final de julho, pelo ministro Pedro Simon. Ele fez valer sua posição, e a do secretário geral do Ministério da Agricultura, Ruben Ilgenfritz da Silva, em favor de custeios que dêem prioridade à produção de alimentos para o mercado interno (veja na página 4). Esta é a primeira vez, nas últimas duas décadas, que produtos como o milho e o feijão passam a merecer maior apoio de crédito, na disputa com a soja. É assim que a próxima lavoura de verão poderá estar abrindo o caminho para uma nova agricultura.

Este primeiro passo, mesmo que ainda seja meio tímido, porque não mexe nas taxas de juros, é de qualquer forma uma vitória para um Ministério que vinha se debatendo, dentro do governo, para avançar um pouco mais. Os primeiros momentos da Nova República, para Simon e Ruben, foram de frustração, apesar de algumas conquistas, como a liberação de recursos para comercialização da última safra de verão. Desde a segunda metade de março, quando o novo governo tomou posse, se estabeleceu um jogo de forças — e de interesses — em Brasília.

De um lado, ficou o Ministério da Agricultura, com sua proposta de dirigir a política para o setor em benefício dos pequenos produtores e da produção de alimentos. De outro, os setores mais conservadores do governo, representados pelo ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, lidando com questões imediatas e impedindo maiores avanços nessa área. O problema todo, e mais agudo, segundo esta ala conservadora, é um só: a falta de dinheiro.

URGÊNCIAS

Foi assim que não só o Ministério da Agricultura mas também outros setores mais progressistas do governo se viram enredados em assuntos que exigiam urgência. A pasta da Agricultura, por exemplo, foi obrigada a lidar com a comercialização da safra de verão, as reivindicações dos produtores de soja, os custeios da próxima safra, os estoques reguladores, os preços mínimos. Essa situação, dentro de uma crise geral de falta de recursos, foi adiando definições na linha a ser seguida pelo governo.

As medidas de curtíssimo prazo serviram para adiar um debate mais amplo em torno do futuro do setor primário e da economia em geral. E essas medidas implicaram — e continuam implicando — em desgastes internos no governo. No início de julho, por exemplo, o ministro Francisco Dornelles decidiu por conta própria que caberia a ele administrar a colocação no mercado de 2 milhões de toneladas de grãos dos estoques da CFP (Companhia de Financiamento da Produção).

Essa decisão foi vista com antipatia no Ministério da Agricultura, e fez com que Ruben Ilgenfritz da Silva comprasse sua primeira briga com Dornelles. Ele considerou a decisão "prepotente", por entender que pelo menos os dois ministérios deveriam administrar juntos os estoques. Dornelles não gostou da declaração e, por telefone, pediu explicações do secretário geral. Ruben narrou o ocorrido a Pedro Simon, e este foi ao presidente Sarney. "Não tenho o interesse de criar atritos e discussões, mas as coisas devem ser postas com clareza", disse o ministro após a audiência com o presidente, no dia 9 de julho.

FORTELECIDOS

No fim, Sarney decidiu que ele centralizaria as decisões nesta área. Mas esta

Ministério vence boicotes e resistências e começa a avançar



Produção de alimentos para o mercado interno: a prioridade número um

saída encontrada pelo presidente acabou na verdade fortalecendo politicamente Simon e Ruben. E mais uma vez Dornelles teria que admitir sua falta de habilidade para dividir tarefas dentro do governo. Logo depois, ele levaria um novo puxão de orelhas do presidente, ao decidir que a tabela do desconto do Imposto de Renda na Fonte não seria alterada em julho.

Isso prejudicaria trabalhadores assalariados, que pagariam mais tributos, e a

tabela — que deveria mesmo ser corrigida — foi alterada por ordem do próprio Sarney. O ministro da Fazenda teria então apresentado seu pedido de demissão, rejeitado por Sarney. Segundo a imprensa, em julho Dornelles pediria afastamento do governo por mais duas vezes, depois de desgostar o presidente com decisões geralmente anti-sociais.

JARBAS:

"A Fecotrigo nunca foi aventureira"

Jarbas Pires Machado, presidente da Fecotrigo: "Poucas entidades neste país podem ostentar o orgulho de ter conduzido determinados movimentos reivindicatórios da forma como a Fecotrigo tem conduzido. Mas a Fecotrigo nunca foi aventureira e nunca defendeu o indefensável. Não podemos jogar a entidade ao desuso. Somos uma Federação de Cooperativas, e o que representamos, afinal? Quando se fala em produtores, a palavra é uma só, mas o tipo de interesse não é um só. Então, quando falamos em unidade, é preciso que ela seja construída em cima de interesses claramente definidos.

Mas a unidade não se constrói com o Jarbas, o Marimon e o Pinheiro sentados em roda de uma mesa. Nós representamos um universo de produtores em que no mínimo 95 por cento do quadro social são de pequenos e médios produtores, no caso da Fecotrigo. Isso não significa que não desejamos que os interesses de todos os produtores de soja sejam atendidos. Mas não podemos pretender que a Feco-



"O que interessa é ser coerente"

trigo faça um movimento que represente a maioria do quadro social, com máquinas nas ruas, pela simples e boa razão de que a maioria não tem máquinas para botar na rua.

Esta é a realidade que nós vivemos, este é o universo que representamos. A questão, para estes produtores, não é viabilizar a soja, mas construir uma política agrícola diferente. Não é este o pessoal que tem máquinas ou dívidas em finanças. Os que estão hoje clamando para que as cooperativas venham a aderir a qualquer inconseqüência são, na sua maioria, aqueles que nunca botaram os pés numa cooperativa. Para a Fecotrigo, o que interessa hoje é ser coerente com a maioria de seu quadro social. Não se trata de resolvermos ou não a questão da soja, mas de resolvermos a questão da política agrícola".

ALIMENTOS

Muito antes disso, Dornelles já havia se manifestado contra o lançamento este ano do Programa de Alimentação Popular (PAP), coordenado pelo Ministério da Agricultura e destinado às populações de baixa renda. Para o ministro, o programa era inflacionário, e sua intenção era a de reter vários trilhões de cruzeiros, do Finsocial, que seriam utilizados especificamente para este plano. Na visão de Dornelles, a população faminta do Nordeste e das periferias das cidades poderiam esperar mais um pouco. Simon insistiu que não, e sua posição terminou prevalecendo.

O PAP irá distribuir 627 mil toneladas de alimentos, de julho deste ano a março de 1986, vendendo arroz, feijão, leite, óleo de soja, carne, ovos, açúcar e outros produtos a preços acessíveis. Os alimentos serão vendidos às populações de baixa renda, pela rede da Cobal, e abrem a perspectiva de aproveitamento da produção diversificada de grãos e outros produtos hoje praticamente sem mercado.

DESNUTRIÇÃO

Outros dois programas, que fazem parte do mesmo projeto, prevêm a distribuição de alimentos às mulheres grávidas ou que estejam amamentando, e também às crianças de até três anos de idade, igualmente de populações pobres. A intenção de pelo menos amenizar a desnutrição de milhões de pessoas irá beneficiar muita gente que nunca foi atingida no Brasil por iniciativas como esta. Mas é claro que a ajuda não poderá ser mantida por todo tempo. O que interessa ao governo, de imediato, é reduzir as consequências da fome.

Para o ministro Pedro Simon, o importante é que, a partir de programas como estes, que terão o apoio da Cobal, postos de saúde e outros órgãos, para distribuição dos alimentos, poderão ser criadas condições para que se debata com seriedade a situação de miséria de 30 milhões de brasileiros famintos. A solução para este problema depende mesmo é do fim da recessão, da criação de novos empregos, do aumento do poder aquisitivo da população, da propriedade efetiva ao Nordeste e, certamente, de um apoio decisivo à produção de alimentos para consumo interno.

PARTICIPAÇÃO

Com a nova política de custeio da lavoura de verão, o governo dá início à execução desta idéia, mesmo que não tenha ainda mexido nos custos dos financiamentos. Para que a proposta de uma nova política agrícola possa avançar — sem a ameaça de recuos —, será decisiva a participação dos que desejam de fato essas mudanças. O presidente da Fecotrigo, Jarbas Pires Machado, sintetiza bem esta questão, quando diz: "Nós não vamos mudar absolutamente nada em termos de política agrícola, se não nos dispusermos a lutar pela mudança da política econômica".

E para que isso aconteça, será preciso que o governo reconsidere, com prioridade, as renegociações da dívida externa, segundo Jarbas. Isso poderá parecer absurdo para o produtor, mas não é tão fora de hora. Afinal, toda a falta de dinheiro de que fala o governo tem estreita relação com os recursos que o governo é obrigado a mandar aos cofres dos bancos estrangeiros, por ordem do FMI. Com isso, perde a agricultura, perde a indústria, o comércio, o trabalhador. E o país é cada vez mais pobre e dependente.

Iniciando em casa

As mulheres querem romper barreiras e participar mais

Maridos, filhos, pais e irmãos já estão avisados: as mulheres rurais irão romper as barreiras que existem dentro de casa, para melhor poder acompanhar o que se passa dentro e fora dela. E não é só para acompanhar. É para entender e tentar mudar, com mais debate e troca de idéias. As mulheres querem chegar ao dia em que possam trabalhar menos e decidir mais, sem brigas com os homens, mas fazendo valer seus direitos. Querem, antes de mais nada, que seu trabalho seja reconhecido pela sociedade, e estão avançando para que isso aconteça.

É claro que esse entusiasmo ainda não contagia todas as trabalhadoras rurais, mas está crescendo aos poucos. O 1º Encontro Regional de Mulheres, realizado dia 30 de julho em Três de Maio, pela regional 6 da Fecotrijo, deu uma amostra dessa disposição. Mais de 100 mulheres da Região debateram seus problemas, e apresentaram propostas para que sua participação nas comunidades e na sociedade em geral cresça ainda mais. Isso vai ocorrer através da presença ativa nas entidades de seus próprios núcleos, nos partidos, na Igreja, nos sindicatos.

DISCRIMINAÇÃO

Agora, por exemplo, as mulheres estão querendo entender melhor a questão da Constituinte, e deverão debater o assunto, para que possam cobrar posições dos políticos que irão elaborar a nova Constituição do país. A Constituinte foi comentada pelas duas palestrantes do encontro, a deputada estadual Ecléa Fernandes, do PMDB, e a professora Dolair Calai, da Fiden-Unijuí, e o assunto voltou depois a ser discutido nos trabalhos dos grupos. "As mulheres precisam dizer — afirmou a deputada — quais são os direitos que desejam ver assegurados nessa nova Constituição, e devem estar organizadas para isso". Afinal, será também com o seu voto que, em 1986, estarão sendo eleitos deputados e senadores que irão elaborar a nova Constituição.

Ecléa lembrou que muita gente ainda não sabe, "mas foi a mulher quem primeiro lidou com a agricultura, e na verdade descobriu a agricultura". A discriminação, no entanto, atinge não só as mulheres rurais, mas também as urbanas. As mulheres representam dois terços da força de trabalho do mundo, e constituem a metade da população. Isso quer dizer que a mulher, mesmo em igualdade numérica com os homens, trabalham muito mais, mas recebem salários menores, quando recebem, e não são atingidas pelos mesmos benefícios sociais.

TRIBUNAS

No Brasil, essa discriminação é antiga, "pois a mulher foi educada para ficar dentro de casa". Somente a partir de 1932 ela conquistou o direito de votar, mas veio o Estado Novo, com sua ditadura, e a mulher somente participou mesmo de uma eleição em 1945. Uma das maiores discriminações está no Código Civil, que deverá finalmente ser alterado, onde o homem aparece como cabeça do casal. É por isso, por exemplo, que a mulher não pode, entre outras coisas, votar quando das eleições nas cooperativas.

A participação política da mulher ainda é reduzida e se reflete na falta de representantes de suas idéias nos partidos e nas tribunas. No Rio Grande do Sul, entre os 56 integrantes da Assembleia Legislativa, há somente duas deputadas. Na Câmara Federal, com 458 deputados, apenas sete são mulheres, e no Senado há apenas uma mulher entre 68 homens. O Rio

Grande do Sul tem apenas uma prefeita, e poucas mulheres integram as Câmaras de Vereadores.

DIREITOS

"A verdade é que as mulheres desconhecem até mesmo seus direitos, e por isso precisam estar organizadas", disse Ecléa Fernandes. Ela é a única representante gaúcha no Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, criado pelo governo, que talvez contribua para melhorar essa situação. "Temos que ajudar

a construir este país — afirmou a deputada —, mas não conseguiremos isso enquanto estivermos com os braços cruzados".

Dolair Calai destacou, em sua palestra, a necessidade da mulher ocupar espaços nos sindicatos, nas escolas, nos partidos, nas cooperativas, nas entidades da sua comunidade, na Igreja. "Nós temos que intervir para ajudar a fazer mudanças, sempre pensando de maneira coletiva. Temos que deixar de ser obedientes e deixar de ser formiguinhas, sempre traba-



A participação feminina deve ser ampliada dentro dos partidos, nas cooperativas, nos sindicatos, na Igreja, segundo as mulheres. Mas para que isso aconteça, o apoio deve iniciar em casa, onde nem sempre há incentivo

Os problemas e as saídas

As mulheres terão que superar muitos obstáculos, para chegar a uma organização capaz de ajudar nas transformações que exigem na sociedade. Elas próprias admitem que a principal barreira está na acomodação, na falta de vontade de discutir. É claro que essa acomodação tem muitos motivos, e não acontece por preguiça. Na verdade, a mulher nunca foi incentivada a participar, em função de toda uma história de dominação, não do homem, mas do capital sobre o trabalho, do dinheiro sobre a produção.

No encontro de Três de Maio, elas identificaram problemas que enfrentam hoje, e propuseram saídas. Abaixo, um resumo das principais conclusões dos trabalhos em grupos, que devem resultar num novo seminário, desta vez bem mais amplo, com data a ser definida. Enquanto isso, serão mantidas as reuniões de núcleos, nas comunidades, nos sindicatos, nas cooperativas, enfim, em todos os lugares onde a mulher possa estar presente.

DIFICULDADES

● Em muitos casos, falta apoio do marido e dos filhos, para uma participação mais ativa na comunidade. Falta ainda uma maior integração entre cooperativas e sindicatos, que possibilite também um maior intercâmbio entre as mulheres. A mulher trabalha muito e não conta com

benefícios da Previdência. A aposentadoria é um dos principais problemas que exigem solução imediata. A mulher precisa, enfim, ser reconhecida como trabalhadora, e não como doméstica ou "do lar".

PROPOSTAS

● É preciso iniciar a conscientização dentro de casa. A mulher deve participar de atividades político-partidárias, pois isso não é apenas "coisa de homem". As cooperativas devem apostar mais na participação da mulher, e fazer ver aos homens que elas não participam de reuniões apenas como pretexto para saírem de casa. É preciso cobrar posições dos políticos, e deixar de lado os que não atendem compromissos assumidos com o agricultor. O debate sobre a Constituinte e a Reforma Agrária deve ser ampliado.

ENCAMINHAMENTO

● Devem ser criados conselhos regionais, ligados ao Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher. Organizar grupos de famílias, nas comunidades, com a participação das cooperativas, sindicatos e CPT — Comissão Pastoral da Terra. Programar seminários, reuniões e outros encontros para debate da situação da mulher. Elaboração de um documento, com as posições das mulheres aos integrantes da Assembleia Nacional Constituinte.



Ecléa: vamos descruzar os braços



Dolair: só caridade não resolve

lhando", disse Dolair. Mas para isso a mulher precisa tirar tempo e participar.

"BOBAGENS"

O problema todo — como lembrou ela — é que a mulher encontra cada vez mais o que fazer, e se torna escrava do serviço. Isso não acontece por acaso: "A mulher foi criada para obedecer e envelhecer trabalhando, pois só assim ela não pensará bobagens". As bobagens, nesse caso, são os seus problemas, o seu dia-a-dia. Se parar para pensar, ela irá refletir sobre tudo isso e tentará buscar soluções, e essa tomada de consciência pode não interessar aos esquemas de dominação montados historicamente para oprimir as mulheres.

Dolair fez questão de dizer que a participação na Igreja, por exemplo, não pode fazer com que a mulher se limite a rezar e a acender velas. "Isso é muito bom mas não é tudo", lembrou a professora, observando que a Igreja deve ser também um local para a reflexão, para que se entenda o que acontece ao redor. Dentro da mesma idéia, é preciso — segundo ela — que as atividades de benemerência, de caridade, não fiquem apenas nisso. Devemos tentar entender porque há pessoas necessitando dessa caridade, e o que levou muita gente a depender da ajuda dos outros.

Assim também deve ser na escola, nos partidos, nas cooperativas, onde a mulher não pode ter uma participação passiva. O debate sobre a Constituinte — disse Dolair — pode ser um bom momento para que se aprofunde a discussão em torno dos problemas não só da mulher, mas do homem, dos jovens, das crianças. "Precisamos exigir que os políticos venham até nossas comunidades e ouçam o que nós queremos na Constituição". Só assim os candidatos deixarão de ser simples pedintes de votos e promesseiros de época de eleição.

AOS POUCOS

A organização, que poderá levar às mudanças, somente existirá quando a mulher se der conta de que participar de reuniões, seminários e outros encontros para debates não é perda de tempo. "Mas não podemos — disse a professora — ter a ilusão de que conseguiremos conquistas imediatas e grandiosas. Estamos lidando contra o poder econômico, e precisamos tomar consciência de que é preciso avançar aos poucos".

Dolair disse mais: "Precisamos ter o compromisso de ser cidadãos e de formar cidadãos, sem querer que as mulheres venham a superar os homens, pois assim tudo daria no mesmo". Depois das palestras pela manhã, as participantes do encontro em Três de Maio se reuniram em grupos, à tarde, e tiraram muitas sugestões (veja no quadro ao lado, debatidas depois em plenário). A coordenação deste 1º Encontro Regional de Mulheres ficou com Noemi Huth, do Departamento de Comunicação e Educação da Cotrijui, que lotou um ônibus com representantes da Regional Pioneira.



O Encontro teve trabalhos em grupo, com a participação de jovens que residem no meio rural e na cidade

Chega de enrolação

Filhos de agricultores vão identificar quem é quem

"Agora nós vamos identificar quem é quem". Esta frase foi repetida várias vezes no 1º Encontro Regional de Jovens, realizado dia 7 de agosto em Ijuí, reunindo mais de 80 moças e rapazes filhos de agricultores, na sede da Afucotri. Com isso, eles quiseram dizer que os debates em torno da Reforma Agrária, da Constituinte, das eleições do próximo ano e de muitos outros assuntos irão indicar quem, afinal, está de fato ao lado de quem lida na lavoura. Todos eles chegaram à conclusão de que têm sido enrolados, e de que a luta da juventude pelo fim desta enrolação é também a da grande maioria da população.

O Encontro, a exemplo da reunião das mulheres em Três de Maio (veja na página ao lado), foi promovido pela regional 6 da Fecotri, em preparação aos debates programados para os dias 14 e 15 de agosto em Santo Ângelo, quando serão discutidos a situação do agricultor e de sua família e sua participação na construção da Nova República. Estiveram em Ijuí jovens do Planalto Médio, Missões e Alto Uruguai, que continuam lidando na lavoura ou estudam na cidade. E é claro que a Constituinte e a Reforma Agrária mereceram maior atenção, por serem os assuntos do momento. Mas a discussão não ficou só nisso.

Pela manhã, os jovens ouviram palestras do professor Argemiro Jacob Brum, da Fidene-Unijuf e do Irmão marista Cláudio Rockenbach, que reside em Rolante e atua na Frente Agrária Gaúcha (FAG). Argemiro falou da participação do jovem na vida brasileira, lembrando que nas últimas duas décadas a juventude foi reprimida mas não ficou totalmente calada. "O golpe de 64 atingiu o início do despertar da consciência brasileira", em que os jovens tinham participação importante, disse ele.

UM RÓTULO

O professor lembrou que a participação da juventude em atividades políticas e sindicais, no país, sempre ficou mais restrita ao pessoal da cidade. Os jovens da zona rural pouco participaram inclusive do surgimento do sindicalismo e do cooperativismo. Hoje, no entanto, a tendência mostra um aumento da organização dos filhos dos agricultores, e isso deverá contribuir — segundo Argemiro Brum — para que se discuta "o cooperativismo e o sindicalismo que nós queremos. Há necessidade de se repensar o coopera-

tivismo brasileiro, para que ele assuma uma nova fisionomia, com consciência participativa".

Mas o mais importante, para o professor, é que a juventude poderá agora tratar de seus problemas e reivindicações específicas e, ao mesmo tempo, ajudar na construção da democracia. "A Nova República que está aí — disse Argemiro — é um rótulo. Agora, precisamos colocar um conteúdo dentro desse rótulo". Para ele, os jovens devem ser sempre inovadores e deve ser deles também "o compromisso de assumir este Brasil esfaclhado de hoje, junto com as outras gerações, olhando para a frente e desenvolvendo um novo projeto para o país".

REFORMA

O Irmão Cláudio Rockenbach falou sobre a Reforma Agrária, destacando sempre os argumentos que se erguem contra o Plano do governo. Ele observou que o programa apresentado se baseia no Estatuto da Terra, que prevê o fim do latifúndio e do minifúndio, para que assim possam surgir propriedades médias, de forma lenta e gradual. Isso fará com que surjam também novos proprietários no Brasil. Mas é de se estranhar — segundo Cláudio — que os atuais proprietários de terra, donos de grandes extensões, se dizem favoráveis à Reforma, mas contrários ao Plano.

"Vejam só como eles esperneiam", disse o Irmão marista, ressaltando que os latifundiários querem, antes da Reforma, uma política agrícola, com crédito farto. "Isso dá a entender que se o governo der financiamento abundante para os atuais proprietários, todo o problema estará resolvido", afirmou Cláudio. Ele fez com que os participantes do encontro rissem muito, ao enumerar as queixas dos latifundiários contra o projeto de Reforma Agrária.

As reclamações são muitas e bastante curiosas, segundo o marista, que leu trechos de um documento com posições de um dirigente da Farsul: "Eles não querem a Reforma, porque se o governo der terra para todos vai faltar gente para trabalhar de empregado. Reclamam que não foram consultados. Dizem que a Reforma vai ser um atraso na agricultura, e que vai faltar alimento para a população. Afirmando ainda que o programa incentiva a propriedade coletiva, e que isso pode levar ao comunismo. E que, se há grileiros de terras (fazendeiros que tomam terras

alheias) há também muitos invasores".

FOGUEIRINHAS

A Reforma Agrária foi debatida depois das palestras, com muitas indagações feitas pelos jovens. Nessa troca de idéias, surgiu a velha questão de que muitos sem-terra foram assentados e abandonaram as áreas. Ali mesmo, entre os jovens, esse argumento foi rebatido, pois foram poucos os que voltaram a ficar sem nada porque não estavam dispostos a trabalhar. A verdade é que muita gente deixou os locais onde havia sido assentada por falta de infra-estrutura para permanecer, como habitação, saúde, estradas, apoio na comercialização.

Também ficou claro que será com a organização dos interessados que a Reforma Agrária irá sair. Argemiro Brum destacou bem: "Esta Reforma tem que dar certo, ou vamos esperar mais 20 anos para voltar a falar nisso". Ele alertou que os contrários à Reforma "estão acendendo fogueirinhas, para desviar a atenção do principal, que é iniciar logo a implantação do Plano". Para apagar essas fogueiras — disse ele — é importante o apoio dos sindicatos, das cooperativas, da Igreja e de todas as entidades que estão ao lado dos sem-terra.

OS "LOBOS"

A Constituinte também mereceu um bom tempo de discussão. Os jovens estão convencidos de que será com o voto que a população iniciará participação na elaboração das novas leis para o país. Afinal, os integrantes da Assembleia Constituinte serão os mesmos deputados federais e senadores que estarão sendo eleitos em novembro do próximo ano. Argemiro Brum alertou: "Muito lobo vai se vestir com pele de ovelha". Os jovens sabem disso, e já anunciaram que irão cuidar bem de perto o comportamento dos pedintes de voto.

Eles sabem também que muitos políticos eleitos anos atrás pelo voto do agricultor são hoje contrários à Reforma Agrária, mesmo porque nunca defenderam os interesses de quem produz. Outra questão que ficou clara nos debates e depois dos trabalhos em grupo (veja matéria ao lado) é que a luta dos jovens rurais deve seguir junto com a luta dos jovens da cidade. E todos concordaram que andar junto quer dizer maior participação em todas as formas de organização, para que a Nova República seja de fato construída. O encontro em Ijuí foi coordenado por Nelson Thesing, do Departamento de Comunicação e Educação da Cotrijui.

Uma luta que é de todos

Os jovens têm seus problemas específicos. Mas o certo é que os seus maiores problemas são os mesmos das mulheres, dos índios, das crianças, dos negros e dos trabalhadores brasileiros, tanto do meio rural como da cidade. Essa conclusão foi tirada dos trabalhos em grupo, à tarde. Depois, quando dos debates em plenário, o pessoal discutiu muito e até discordou em alguns pontos, mas este aspecto não deixou dúvidas. A luta dos jovens é, então, a luta de todos os que se consideram explorados e manipulados.

Essa manipulação, exercida pelos últimos governos e pelos que estiveram a serviço da dominação, fez com que o jovem ficasse alienado e acomodado. Essa é outra conclusão dos grupos, que identificaram problemas e apresentaram propostas. Abaixo, uma síntese dos principais pontos levantados:

DIFICULDADES

● Falta união e conscientização dos jovens, para que eles participem e se organizem mais. É isso acontece por uma série de coisas, como o ensino, que não leva em conta a realidade do meio rural. O ensino tem um modelo que não estimula o senso crítico, a noção da realidade. O jovem rural também se sente inferior ao da cidade, porque é levado a pensar que trabalhar na lavoura é atividade de colono atrasado. Ele sente também que não há futuro no meio rural, pela falta de terra e outras condições para permanecer na lavoura. Os adultos não acreditam nos jovens, e uma prova disso é que nenhum deles foi convidado a participar da mesa que coordenou o encontro na Afucotri.

PROPOSTAS

● É preciso aprofundar o debate em torno da Constituinte e da Reforma Agrária. Está na hora do jovem se engajar aos partidos políticos e exigir maiores espaços nos sindicatos, nas cooperativas, na Igreja. O peleguismo deve ser combatido, nos sindicatos e nas cooperativas. Políticos que são contra os interesses do agricultor devem ser bem identificados. Os jovens rurais podem ir pensando em lançar candidatos à Constituinte, e buscar uma maior união com a juventude da cidade.

ENCAMINHAMENTO

● Realizar seminários, reuniões e outras formas de debate, e levar suas conclusões às comunidades. Ocupar espaços no setor de comunicação das cooperativas. Encaminhar um documento com as reivindicações dos jovens aos integrantes da Assembleia Nacional Constituinte. Tentar convencer a juventude a permanecer no meio rural, lutando por terra e melhores condições de trabalho. Denunciar os esquemas que conduzem à alienação, como as novelas da TV.



Irmão Cláudio



Argemiro Brum

Agora temos o debate

O ministro da Agricultura, Pedro Simon, que participou no dia 05 de junho do lançamento da "Assembléia Gaúcha Constituinte Pró-Cooperativismo", promovido pela Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul, mostrou sua posição em relação ao cooperativismo gaúcho. Disse que acredita muito no futuro do cooperativismo, mas que é hora de se buscar novos rumos, de se pensar no que foi feito de bom e também nos equívocos. Segundo ele, a partir de uma análise do que foi feito até agora, é que se poderá traçar, de forma unida, os novos rumos do Cooperativismo. Também garantiu aos representantes de Cooperativas e líderes rurais presentes ao encontro, que a Senacop — Secretaria Nacional de Cooperativismo — não será formada por burocratas fechados em seus gabinetes. O encontro aconteceu no Parque Harmonia, em Porto Alegre. Mais tarde, em entrevista concedida a imprensa na Delegacia Regional de Agricultura, Pedro Simon deixou claro seu posicionamento divergente em relação ao Ministério da Fazenda no que diz respeito ao tratamento das reivindicações do setor agrícola. Ele ainda falou de reforma agrária, VBCs e da situação do BNCC.

A questão da reforma agrária, que tanta polêmica vem causando, como o Sr. está vendo?

Ao falar em reforma agrária tem-se que esclarecer a maneira como ela foi proposta. Foi uma decisão adotada durante a campanha do presidente Tancredo Neves e agora pelo presidente José Sarney. É uma posição política que visa a tranquilidade do meio rural, bem ao contrário do que alguns andam falando. Nós vivemos hoje uma angústia muito grande no campo e o projeto tem justamente o objetivo de levar o sossego ao meio rural. As terras que estão produzindo não estão hoje no esquema do presidente José Sarney para fazer a reforma agrária. Logo, a agitação que alguns grandes proprietários estão fazendo é mais no sentido de tumultuar o governo.

O Sr. não acha que essa onda que estão fazendo por aí com relação a reforma agrária, é para assustar o produtor? Estão dizendo que o produtor não vai mais plantar, que vai diminuir a produção.

Eu acho exatamente o contrário. Com toda essa onda de reforma agrária, quando o governo diz que a terra que não está produzindo é terra onde pode ter reforma agrária, muita gente vai tratar de cuidar melhor da sua terra. Até acho que vai aumentar a área a ser produzida.

Por que o seu Ministério não foi ouvido com relação ao projeto de reforma agrária?

Essa questão não é bem assim. O problema da reforma agrária se divide em duas etapas. A primeira é escolher em quais áreas será feita a reforma agrária e o assentamento dos agricultores. Para esses dois assuntos, existe um Ministério, que é o da Reforma Agrária. A reforma agrária não se restringe apenas a distribuir terras e colocar o agricultor em cima. Essa é apenas uma parte. Depois disso, vem um longo trabalho, que é o de garantir condições de plantar, produzir, comercializar e viver em cima da terra. É aí que começa o trabalho do Ministério da Agricultura, e isso tem ficado bastante claro nas conversas que tenho tido com o presidente Sarney e com o ministro da Reforma Agrária. Essa etapa será da responsabilidade do Ministério da Agricultura.

Os cortes feitos nas despesas vão atingir o Ministério da Agricultura?

É claro que não. O caos que existe hoje no Brasil é qualquer coisa dolorosa. Nesses 21 anos, o país ficou numa situação realmente muito difícil. E o governo tem que enfrentar essa realidade. O governo da Nova República não vai fazer nenhuma nomeação. Os únicos cargos que estamos colocando são os de confiança, que são de competência do Governo Fe-

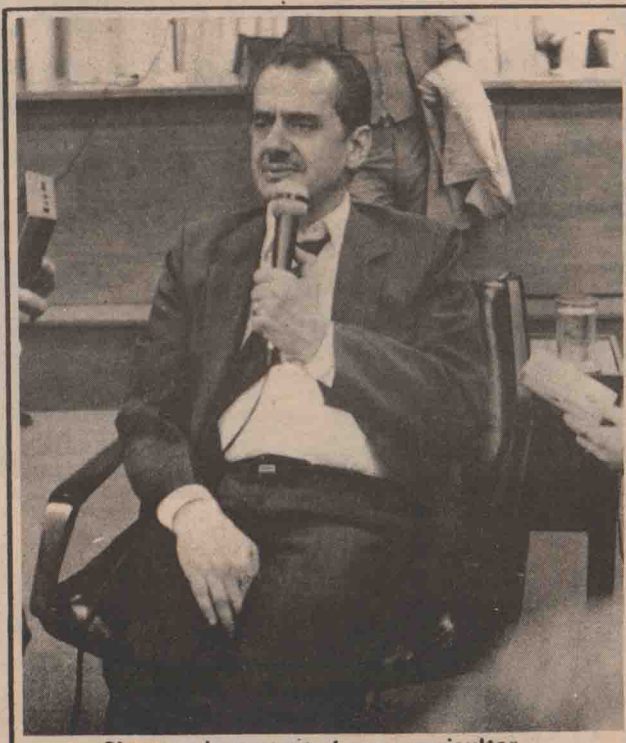
deral. Todos os cargos criados no Ministério da Agricultura, a partir de primeiro de janeiro, terão que ser desativados, pois nessa época já se sabia que Tancredo Neves seria eleito. Então não havia lógica para se criar novos cargos. Com a saída dessas pessoas, o governo da Nova República não vai fazer sequer uma substituição. O corte é total, menos no Ministério da Agricultura. O governo está dando muito menos dinheiro do que gostaríamos que desse, mas está dando o que pode dar para a agricultura.

Como o Sr. está vendo o movimento dos agricultores, colocando as máquinas nas estradas, como forma de protesto contra os preços pagos pela soja?

O problema da soja é grave, e precisa ser analisado sob diversos ângulos. Um é o do custo de produção da soja. O preço financeiro da produção foi muito elevado. Os implementos, o adubo e o calcário, tudo tem um preço muito elevado. Enquanto isso, o governo não deu um centavo sequer de verbas para a compra de tratores ou de calcário e o resultado foi que os produtores foram obrigados a se atirarem nas financeiras para arrumar dinheiro para a compra de implementos e tratores. Para agravar ainda mais a situação, veio a queda no preço internacional. A cotação da exportação da soja baixou 100 dólares a tonelada do ano passado para este ano. O Brasil vai perder um bilhão de dólar só na exportação de soja.

A última vez que as máquinas foram para a rua, foi quando o Delfim Netto queria comprar a soja, mas os produtores queriam exportar. Foi o confisco da soja. No Brasil sempre se produziu soja pensando em exportar, porque lá fora ela é vendida em dólares. Nesse ano, quando o preço mínimo chegou a Cr\$ 46.000 o saco e o de exportação apenas Cr\$ 40.000, o governo que nunca tinha comprado soja, adquiriu dois milhões de toneladas.

Foi do Rio Grande do Sul que partiu o pedido de que os EGFs — Empréstimos do Governo Federal — que eram de 40 por cento passassem para 100 por cento. Também foram os produtores gaúchos que pediram a prorrogação de 60 dias para o pagamento do custeio. Estes dois pedidos foram atendidos. Só não conseguimos atender o pedido dos 10 sacos por hectare em adiantamento para ser pago em três anos de produção, mas ainda estamos lutando. Apenas essa reivindicação implica em Cr\$ 4 trilhões só para a soja. Confesso que não tenho tido muita sorte, mas também não tenho encontrado má vontade. O problema é que a situação realmente está difícil e o Ministro da Fazenda não está dando dinheiro para nin-



Simon: o importante é que o agricultor tenha alguém que defenda seus interesses

guém. Os cofres estão vazios.

O problema da soja é um problema de gente organizada. É a produção agrícola que mais se organiza a nível nacional, que está mais esclarecida, ao contrário do que ocorre com outros produtores que ainda estão em situação inferior aos produtores de soja. Tem muita gente dizendo que o Rio Grande do Sul não é mais o mesmo. Não se pode responsabilizar o povo gaúcho pelo retrocesso em que vive a nossa economia, fruto de mil interrogações.

Como está a negociação para o reajuste do VBC da próxima safra de verão?

Estamos em fase de namoro. Levamos a nossa proposta, mas não podemos garantir que vamos ganhar. Queremos que a partir da definição dos próximos VBCs, já fiquem estabelecidos alguns princípios, que chamamos de política agrícola para o país. Aliás, até agora o Brasil nunca teve uma política agrícola, mas apenas uma prática agrícola que orientava a safra ou a comercialização de cada ano, mas que também mudava todos os anos, conforme as interrogações ou as incertezas do governo.

Nesse custeio da próxima safra que-remos estabelecer algumas normas que protejam, ofereçam garantias e estímulos ao pequeno produtor. Bem exatamente ao contrário do que vinha acontecendo. Até ontem o grande proprietário rural sempre tinha crédito à vontade no Banco do Brasil, mas o pequeno produtor nem sabia como entrar no Banco do Brasil. Hoje queremos que aconteça o contrário, que o pequeno produtor tenha faixas mais garantidas e condições mais vantajosas.

Entendemos que o país tem 30 milhões de brasileiros que passam fome e alimentar esses 30 milhões deve ser a condição número um. É claro que é importante produzir para exportar, mas também é importante produzir o arroz, o feijão, a mandioca, o milho e o leite para alimentar o povo. Para a próxima safra temos que oferecer condições que estimulem esse tipo de produção. Oferecer estímulos para o produtor produzir produtos básicos é uma das normas que está no programa de custeio do Ministério da Agricultura.

Mas o percentual maior de reajuste do VBC para a próxima safra, na proposta da CFP (Companhia de Financiamento à Produção) continua sendo para a soja?

É porque absorveu mais em termos de reajuste de preços.

O problema arroz. Os industriais estão dizendo que os custos de EGFs tornaram impraticáveis a compra do arroz. Estão sem estoques, e além disso, alegam que o estoque do governo, subsidiado, está alijando do mercado. Como será resolvida essa questão?

A questão do arroz, como a dos estoques, tem dupla interpretação. O Ministério da Agricultura, através da CFP, apresentou aos órgãos da Fazenda e Planejamento a sua proposta, orientando caso por caso. A proposta da CFP é de meio termo. É uma linha intermediária, no sentido de que não se coloque esses produtos ao preço de abril, porque então a concorrência iria alijar os produtores que ainda não comercializaram a sua produção. Também não se pode colocar ao preço de hoje, porque aí, o preço subiria lá em cima. A proposta é um preço intermediário que protegesse o produtor e o consumidor ao mesmo tempo.

Isso não desestimula o produtor?

Não, porque fica um preço intermediário. O Ministério da Agricultura não é apenas do produtor. Nós também temos que nos preocupar com o consumidor. Então, a proposta que nós apresentamos tem esse aspecto de defender um e outro. Como o Ministério da Fazenda está em guerra com a inflação, ele quer colocar o produto no mercado ao preço de abril. Eu também quero vender comida barata, só que pergunto como vai ser no ano que vem. Eu não posso desorganizar a produção. O ideal é que eu pudesse vender o arroz a Cr\$ 1.800 o quilo e não a Cr\$ 2.800. Agora, não é possível desorganizar a produção de arroz e no próximo ano ter de importar arroz. Este é o debate que estamos tendo entre o Ministério da Agricultura e o da Fazenda. Infelizmente acho que está mais para Ministério da Fazenda do que para mim.

Se o Sr. fizer um preço médio, como é que eles vão pagar os EGFs?

Para qualquer produtor que queira vender seu arroz, nós estamos garantindo EGF.

Desde novembro de 1984 existe um relatório apontando todas as irregularidades praticadas pela diretoria anterior do BNCC — Banco Nacional de Crédito Cooperativo —. Qual será a atitude do Ministério da Agricultura com relação a esse fato?

O governo passado já tinha remetido esse relatório para a Procuradoria. Esta devolveu, porque os votos da comissão de inquérito não foram unânimes e terminaram apresentando duas conclusões. Nós agora temos que fazer uma recomposição da própria comissão para reestudar a questão. Foi nomeada uma comissão do atual governo para fazer um levantamento da situação do BNCC. Queremos ver as dificuldades que ele está enfrentando para que possa realmente se transformar num banco que todos nós desejamos.

A situação do BNCC é grave, mas não é irreversível. Pelo contrário, é uma situação que pode ter recuperação, desde que o Banco Central e as autoridades fazendárias nos ajudem a recuperá-lo. O BNCC construiu na Avenida Paulista, em São Paulo, um prédio de 11 andares, com um luxo que é qualquer coisa de fantástico. E o BNCC ocupa apenas dois andares.

Nove deles estão lá, sem sabermos o que fazer com eles. O BNCC também comprou 1.700 títulos do Brasil Clube, gastando muito dinheiro e agora nós não temos como resolver esse problema, porque o Tribunal de Contas não reconhece a legitimação dessa operação. Uma coisa é comprar um clube, um edifício ou um prédio. Outra coisa é comprar títulos de sócio de clube. A verdade é que os erros, os equívocos e os absurdos que foram feitos são de tal monta, que temos realmente que recolocar a casa em dia. Nós pretendemos, através do BNCC e Senacop — Secretaria Nacional de Cooperativismo — dar uma balanceada no cooperativismo. Queremos dar um alicerce novo ao sistema.

Qual é o tamanho da dívida do BNCC?

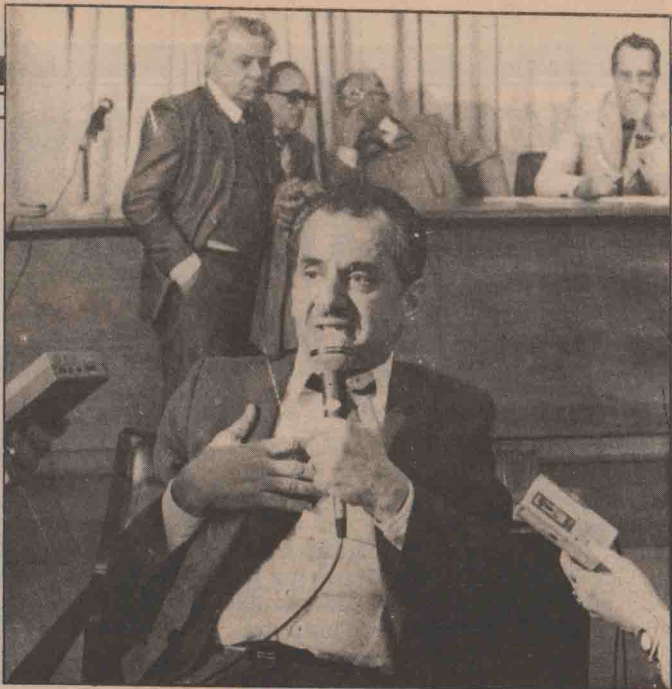
Nós ainda não temos uma quantia definida, mas garanto que é alto. A dívida realmente é muito grande.

Se fala que está havendo uma pressão forte ao presidente José Sarney para que acabe com o BNCC. Qual é a posição do Ministro da Agricultura?

Eu diria que há uma onda no sentido de que muitos órgãos, pelos seus desvirtuamentos, devam, ou serem privatizados ou extintos. Eu acho que nem oito ou oitenta. Reconheço que a sociedade estatal, num regime autoritário, perde o controle. Nós vivemos uma época realmente muito difícil, onde os desvirtuamentos de muitas estatais foram realmente consideráveis. Mas me parece, que isso não significa, como muitos querem, a morte das estatais. A Cobal, por exemplo, é um órgão que estava com credibilidade zero, mas que na minha opinião, tem finalidade 100.

Olhando para o BNCC, para os absurdos que foram cometidos, parece que a solução é fechar mesmo. Mas acho que o primeiro aspecto a ser analisado é que o

Hoje está havendo discussão e debate. Na Velha República o Ministério da Agricultura não falava.



governo vai perder mais dinheiro do que mantê-lo. Por outro lado se o BNCC for mantido no seu legítimo significado, teremos um órgão de proteção ao cooperativismo, de ligação direta ao cooperativismo, até podendo exercer influência de primeira grandeza no país.

A mesma coisa acontece com a Cibrasem, que é um órgão que se resume nos armazéns e nos silos do governo, ou com a Cobal, a CFP. São órgãos cheios de interrogações. Mas acho que não é o caso de se buscar suas extinções, mas sim de procurar adequá-los a realidade.

A Centralsul é a maior devedora do BNCC. Como é que fica o relacionamento BNCC/Centralsul a partir de agora? O BNCC vai continuar liberando novos empréstimos?

É uma fase que deverá ser estudada pelo BNCC. Evidentemente que não posso dar uma resposta, porque o BNCC está na fase de levantamento da sua situação e

da sua realidade.

Tem se notado que a força do Ministério da Fazenda da Nova República é a mesma da Velha República. O que vai mudar?

Há uma diferença. Hoje está havendo debate e discussão. Na Velha República o Ministério da Agricultura não falava. A CFP era um órgão diretamente ligado ao Ministério do Planejamento. O Ministério do Planejamento ditava as normas e elas eram obrigatoriamente cumpridas. Eu, por exemplo, como Ministro da Agricultura, tenho ligado diretamente a mim, a CFP. E tenho levado ao governo, por escrito, as normas do Ministério da Agricultura, tanto a nível de soja, como de comercialização. Agora estamos tendo o debate. Provavelmente eu perca e ganhe o Ministério da Fazenda.

Com relação a desova dos estoques, por exemplo, demos por escrito como achamos que ela deva ser feita, como de-

vem ser colocados no mercado. Se perdemos e ganhar o Ministério da Fazenda, a diferença é que continuamos lutando. Acredito que os produtores que foram a meu gabinete discutir a questão devem ter saído até magoados, mas muito tranquilos com relação a ação do Ministério da Agricultura, porque o debate está sendo feito. O importante é que o agricultor tenha alguém que o defenda, que defenda os seus reclamos, que não significa que esse alguém tenha a força de ver vencidas as suas teses.

A diferença que existe hoje, na Nova República, em relação a Velha, é que o Ministério da Agricultura defende os interesses do agricultor. Até ontem o Ministério do Planejamento dizia tudo o que devia ser feito. Hoje o Ministério da Agricultura debate e briga pelos interesses do produtor. Sempre era o Delfim Netto que dava a última palavra. O que não é o problema do Ministro Francisco Dornelles. Ele realmente não tem o dinheiro para dar. O argumento dele é o argumento de alguém que cortou Cr\$ 40 bilhões do orçamento.

E o caso Cobal, Ministro?

Vocês reparem que eu — não digo que tive muita sorte —, peguei a CFP, a Cibrasem, a Cobal e o BNCC. Quatro órgãos sobre os quais realmente recaem muitas dúvidas em termos de seu passado.

A Cobal está tendo hoje uma modificação de 180 graus. A Cobal, que era um órgão sobre o qual haviam mil inquéritos, estamos querendo dar uma nova estrutura. De um órgão que vendia 900 produtos, queremos transformá-lo num órgão que venda 12 produtos nas vilas e nas favelas em volta das grandes cidades. Ela vai vender produtos essenciais, como arroz, feijão, milho e leite. É claro que precisamos fazer muitas mudanças para dar a Cobal um cunho de austeridade e de seriedade.

A máquina do tempo

A tecnologia sueca coloca em suas mãos a mais avançada moto-serra do mundo: Husqvarna. Compare a qualidade e as vantagens exclusivas e comprove: somente no futuro as outras serão iguais à moto-serra Husqvarna de hoje.

Moto-serra Husqvarna: o futuro, já!

Moto-serra Husqvarna: o futuro, já!

1. ignição eletrônica / 2. mais rápida no corte / 3. potência ideal em relação ao peso / 4. a mais leve / 5. menor ruído / 6. maior durabilidade e resistência / 7. maior rotação, com menor consumo / 8. menor número de peças e menor desgaste / 9. menor vibração / 10. é a única com trava automática de segurança.

Husqvarna
A lenda das moto-serras

A HUSQVARNA OFERECE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, REPOSIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS EM TODO O BRASIL.

COTRIJUI/28 ANOS

As feiras de Ijuí e Santo Augusto

A Cotrijuí comemorou, dia 20 de julho, seus 28 anos de fundação, e também desta vez — como acontece anualmente — não houve grandes festas. Mas os associados da Cooperativa e as comunidades de Ijuí e Santo Augusto puderam participar de dois eventos de integração, que já vão se tornando tradição naquela data: a Feira de Produtos Coloniais e a Feira da Árvore e do Artesanato. A primeira foi promovida pela quarta vez, em Ijuí, e a outra aconteceu em sua terceira edição, em Santo Augusto.

IJUÍ

A Feira de Produtos Coloniais, realizada dia 20, na sede da Cooperativa, atraiu centenas de pessoas, durante todo o dia. A mostra foi aberta pela manhã pelo vice-presidente da Cotrijuí na regional Pioneira, Celso Sperotto, pelo gerente da unidade, Zeno Foletto, e pelo associado Pedro Dalla Rosa, de Colônia Santo Antônio, representando os expositores. A cerimônia, com hasteamento das bandeiras e canto do Hino Nacional, foi prestigiada pelo secretário de Educação do Município, Leonardo Azambuja, que representou o prefeito Wanderley Burmann.

Este ano, a Feira reuniu famílias de 17 núcleos, e teve um movimento de cerca de 15 milhões de cruzeiros. Foram comercializados os mais variados produtos coloniais (queijo, copa, hortigranjeiros, melado, schmier e outros) e peças de artesanato. No meio da tarde, as prateleiras dos estandes já estavam praticamente vazias.

SANTO AUGUSTO

Em Santo Augusto, a Feira da Árvore e do Artesanato, realizada nos dias 20 e 21, atraiu também muita gente à Praça Pompílio Silva e ao salão paroquial. A Festa foi promovida pela Cotrijuí e Prefeitura, em colaboração com outras entidades, e teve na sua abertura oficial as presenças do vice-prefeito em exercício, Antônio Vanderlei Pereira; deputado Alcides Santana de Moraes, representando o governador do Estado; gerente da unidade da Cotrijuí, Antônio Vieira dos Santos, que foi o presidente da mostra; e outras autoridades e representantes de entidades.

A Festa teve como patrono Nerci Liberato, como reconhecimento pelo trabalho de reflorestamento na Estância dos

Rodeios, do C.T.G. Pompílio Silva. A população de Santo Augusto e de cidades vizinhas pôde visitar vários estandes armados na Praça, assistir apresentações de grupos nativistas e da Banda Municipal Carlos Gomes, de Ijuí, além de muitos outros espetáculos. No dia 21, foi plantada na Praça uma muda da árvore símbolo de Santo Augusto, a Grábia, escolhida através de consulta à comunidade, numa promoção do jornal "Atualidades". O plantio foi feito pelo vice-presidente da regional da Cotrijuí, Celso Sperotto, e pela estudante Silvana Helena Henn.

OS COMMANDEUR

Promoções como estas já contam com presenças asseguradas todos os anos, como é o caso da família do seu Guilherme Commanneur, da Linha 5 Norte (Chorão), Ijuí. Seu Guilherme, sua esposa, dona Gertrudes, e três dos cinco filhos que ainda moram com eles participaram das quatro feiras em Ijuí. Eles trouxeram carne defumada, pipoca, queijo, manteiga, nata, amendoim, melado e hortigranjeiros. Essa família não deixou nunca de produzir o que consome. E até mesmo os alimentos para os animais (vacas de leite e suínos) saem da propriedade, de 100 hectares.

"Essa feira é uma oportunidade para que se divulgue a idéia de que devemos ter sempre os nossos alimentos caseiros", diz seu Guilherme. Ele não dá apenas esse exemplo aos produtores. Seu Guilherme também vem dando outra amostra de como é possível enfrentar a crise: ele não recorre a crédito para formar a lavoura há três anos. Para fazer as contas e chegar à conclusão de que assim sai mais barato, o produtor diz usar "apenas a cabeça e os punhos", sem máquina de calcular.

"Não podemos continuar pedindo migalhas", diz ele, que plantou 60 hectares de soja e 15 de milho na safra passada, e agora formou 15 hectares de trigo, 5 de aveia e outros tantos com azevém e aveia para pastagem, tudo por conta. A propriedade tem 15 vacas de leite, e vende de 100 a 120 suínos por ano. Este ano, com os problemas na comercialização da soja, seu Guilherme admite que não foi bem com este produto, mas garante: "Deixei de ganhar dinheiro, mas não entrei em crise".



Em Ijuí, a Feira reuniu produtores de 17 núcleos este ano



Na Praça Pompílio Silva, uma festa em favor da ecologia

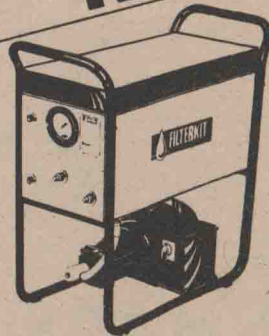


Guilherme: "Não devemos pedir migalhas"

Vende-se

Uma casa de alvenaria medindo 140m², mais duas garagens, sita à Av. David Canabarro, 127, esquina com rua Siqueira Couto, próximo ao HCI, centro, Ijuí-RS. Tratar com sr. Marquesin, no endereço acima ou pelo telefone 332-2459.

DIESEL SUJO NÃO!



Elimine a sujeira e a água do seu Diesel, e resolva os seus problemas de bombas e bicos injetores definitivamente. Instale na sua granja o filtro do tamanho da sua necessidade. Filterkit é compacto, eficiente, de baixo custo e garante seu lucro certo.

Conheça nos nossos revendedores.

PALMEIRA DAS MISSÕES - Palmitrac - Palmeira das Missões Tratores Ltda.
CARAZINHO - Bucholz & Cia. Ltda.
ERECHIM - Citra Com. de Trat. Máq. e Implementos Agrícolas Ltda.
SANTA ROSA - Bombas Injetoras Sul
CRUZ ALTA - Com. e Repres. Selecta Ltda.
SANTO ÂNGELO - Uggeri S/A (Entre Ijuís)
SÃO LUIZ GONZAGA - Bombas Injetoras Sul
TRÊS PASSOS - Bombas Injetoras Sul
PASSO FUNDO - Tratorisa Tratores e Implementos Agrícolas Ltda.

Estamos selecionando representantes e revendedores em todo o Brasil.

CONTATO - Porto Alegre (RS)
Tel. (0512) 22-8855 - Tlx. (051) 2242

Direção da RBS visita a Cotrijuí

A Cotrijuí recebeu, no início de julho, a visita do vice-presidente executivo do grupo RBS, Jayme Sirotsky. Acompanhado do diretor comercial da Zero Hora, Madrugada Duarte; do diretor de marketing, Walmor Bergech; do diretor da divisão interior da RBS, Rogério Caldana; do gerente executivo operacional e comercial de rádios, Gilberto Beneti, e do gerente executivo da TV Cruz Alta, Álvaro Iahnig, Jayme Sirotsky passou uma semana visitando várias cidades desta região a Estado.

Em Ijuí, ele realizou visitas a várias empresas. Na Cotrijuí, onde foi recebido pelo vice-presidente da Cooperativa na Região Pioneira, Celso Sperotto, pelo superintendente Antoninho Lopes e pelos diretores Ari Zimpel, Clóvis de Jesus, Romeu Etgeton e Renato Borges de Medeiros, Jayme Sirotsky recebeu informações a respeito da estrutura organizacional da Cooperativa e dos trabalhos na área de diversificação de culturas.

Renato Borges de Medeiros, diretor do Departamento Agrotécnico da Cotrijuí



Sirotsky (o segundo à esquerda, na primeira fila) conversa com os diretores

na Região Pioneira, agradeceu a colaboração da RBS na divulgação dos trabalhos realizados pela Cooperativa na área de diversificação e conservação de solos. "A Cotrijuí está buscando uma agricultura conservacionista no sentido de alcançar até uma maior produtividade. Somos contra a domesticação, a busca de receitas de fora", enfatizou.

Jayme Sirotsky salientou a importância de se manter informado a respeito do sistema cooperativista, "pois temos a tendência de pre-julgar as coisas em cima de poucas informações". Lamentou a situação atual do cooperativismo, "envolto em penumbra, em função de alguns fracassos que apenas serviram para deteriorar a imagem do sistema".



Tecnologia simples

Cerca de 400 produtores de todas as Unidades da Cotrijui na Região Pioneira passaram pelo Centro de Treinamento entre os dias 16 e 23 de julho, onde ouviram falar desde implantação de pomar, poda, tratamento de doenças até comercialização de frutas e perspectivas de mercado para a região. A IV Semana da Fruticultura na Cotrijui vem sendo realizada há vários anos e segundo o Hélio Ito Pohlmann, tem a intenção de fazer uma retomada no processo de produção de alimentos caseiros, além, é claro, de levar aos produtores um maior conhecimento das perspectivas da fruticultura dentro do projeto de diversificação que vem sendo levado na região pela Cotrijui.

As informações, tanto a nível teórico como prático, foram transmitidas pelos agrônomos Hélio Ito Pohlmann, Roberto Carbonera e Ilário Gasparim; pelos técnicos agrícolas Pedro Pittol, Cláudio Gonchorowski e Pedro Maboni e ainda pelas comunicadoras Rosani Maria Ottonelli e Marlene Gonchorowski. O aspecto de perspectivas de comercialização da fruticultura na região foi da responsabilidade do Nelci Pedro Baroni.

Mas as informações levadas aos participantes — produtores, esposas e filhos — pela equipe responsável pelo curso não ficaram restritas apenas a teoria. Os participantes aprenderam a fazer podas em várias espécies de frutíferas utilizando para a prática o próprio pomar do Centro de Treinamento.

ELEVAR A PRODUÇÃO

O projeto de fruticultura do Centro de Treinamento é apenas uma parte do trabalho de diversificação de culturas que vem sendo encampado pela Cotrijui na região. Segundo o agrônomo Hélio Ito Pohlmann o projeto tem servido para levar ao produtor tecnologias mais simples, buscando desta forma, elevar a produção de frutas na região. Ele frisa que mesmo os pequenos pomares podem trazer um rendimento a mais para a propriedade, desde que o produtor dispense maior cuidado e maior atenção às plantas, no sentido de aumentar a produção de frutas. Geralmente os pomares da região recebem pouca atenção e produzem muito menos que o seu potencial. "Com a introdução de práticas simples e de baixo custo, o produtor pode transformar seu pomar doméstico em mais um complemento importante na propriedade". Aliás, os pequenos pomares, foram o alvo direto de quase todas as palestras. Como eles representam uma atividade complementar muito importante para a família rural, devem ser formados com um maior número possível de espécies para que haja a produção de frutas bem diversificadas e em quase todas as épocas do ano.

O Hélio Pohlmann também não aconselha uma expansão muito grande na área de fruticultura, em especial no que diz respeito aos cítricos — embora venham encontrando boas condições de colocação no mercado internacional —, já que a região não possui infra-estrutura para absorver uma produção muito

grande. Mas ele lembra que demais frutas, como pêssegos, figos, ameixas, maçãs, entre outras, se não forem consumidas ao natural, podem muito bem serem transformadas em doces, compotas, geléias e serem armazenadas para as épocas de entressafra. "O prolongamento da vida útil das frutas através de conservação caseira traz economia. Ele está guardando para a entressafra um alimento que está excedente".

Além das palestras e das

práticas, os participantes puderam ainda visitar todos os demais projetos desenvolvidos pela Cotrijui no Centro de Treinamento. Assim eles ficaram sabendo que a fruticultura não é um projeto isolado. Ele está inserido num todo, que envolve outros projetos como conservação de solos, avicultura, piscicultura, suinocultura, produção de sementes, entre outros, que buscam, de forma muito especial, firmeza para a diversificação da produção na região.



A poda foi um dos assuntos da IV Semana da Fruticultura

Aumente sua produtividade.



Aplique TILT.

Este é o momento certo para você garantir o aumento da produtividade de sua lavoura de trigo.

O uso do novo fungicida Tilt oferece esta certeza, porque ele elimina as maiores responsáveis pela baixa produtividade da cultura: as doenças fúngicas.

Para ir tão longe em termos de controle, Tilt se apóia em seu amplo espectro, qualidade que é consequência de suas características e modo de ação.

Tilt é um produto sistêmico que age e protege o trigo no interior da planta; e não superficialmente como os fungicidas comuns.

Ele previne o desenvolvimento das doenças, mas se elas já estiverem presentes nas plantas, Tilt passa a funcionar como um produto curativo.

Não existe nada igual na Triticultura.

Tilt — o fungicida completo para o trigo.

Vá buscá-lo na revenda ou cooperativa mais próximas.

Tilt

TILT NO TRIGO É LUCRO NO BOLSO

Siga as instruções do rótulo.
Consulte um Agrônomo.

CIBA-GEIGY
DIV. AGROQUÍMICA

Produto registrado no DIPROF - Min. da Agricultura.

® Marca Registrada

As cooperativas e a Nova República

Setor faz sugestões e defende que seus espaços sejam bem definidos na Constituição

A Secretaria Nacional do Cooperativismo — Senacoop, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, convocou as principais cooperativas do Brasil para uma reunião executiva de trabalho, realizada em Brasília dia 14 de junho, tendo como tema principal o Cooperativismo e o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República. Estavam representadas, além da Cotrijui, as seguintes cooperativas: Cotrisa, Central sul, Cocap (Paraná), Copercacau, OCB e Central de Cooperativas de Leite.

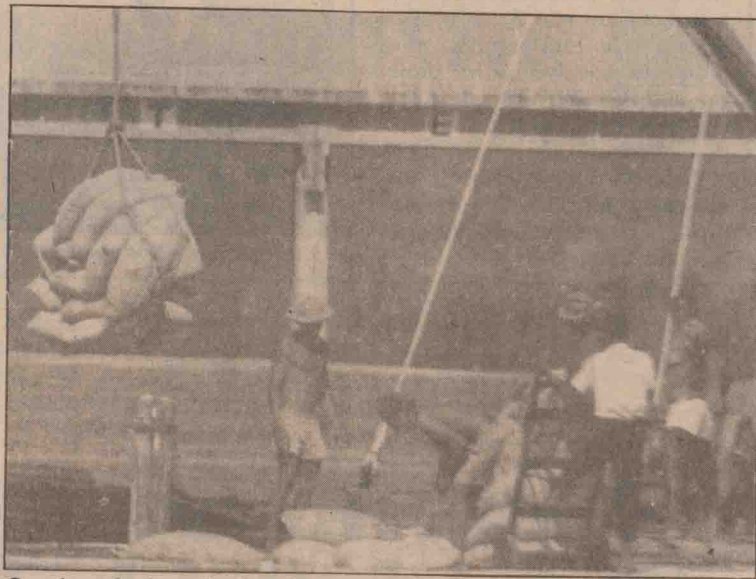
Por parte do Ministério da Agricultura participaram: Senacoop, Eugênio Givonardi; Secretário Adjunto do Ministério da Agricultura, João Érico Goss; INCRA, Tereza Mendes; e Suplan, E. Arantes. E no encerramento, a participação do Secretário Geral do Ministério da Agricultura, Ruben Ilgenfritz da Silva.

Na abertura da reunião o secretário executivo da Senacoop enfatizou a atual situação do sistema como um todo, já que a sociedade vem, sucessivamente, formando uma imagem desfavorável, devido às conotações de administração quando ineficientes e corruptas. Acentuou que se torna imprescindível e fundamental criar mecanismos que possibilitem a mudança desta imagem, e fazer com que a sociedade passe a entender a real filosofia cooperativista, não só do ponto de vista econômico, mas sobretudo sob o enfoque social.

CAUSAS

Foram registradas várias intervenções dos diversos participantes e, por sugestão nossa, partiu-se para o seguinte esquema de reunião. Num primeiro momento, identificar as causas que levaram o cooperativismo à situação atual. Numa segunda etapa, propor medidas que ataquem e solucionem, fundamentalmente, as causas identificadas. E a curtíssimo prazo, as consequências, de forma especial o endividamento do sistema, configurado por um galopante capital de giro negativo. E na parte final, a indagação: qual a real contribuição do cooperativismo para a formulação do I Plano Nacional de Desenvolvimento?

Discutida e aceita a proposta, foram relacionados os entraves ao setor como sendo: falta de uma consciência nacional cooperativista; ausência do cooperativismo na participação do processo decisório político, econômico e social; ausência de um plano detalhado e integrado de desenvolvimento agropecuário; legislação e normas restritivas ao desenvolvimento do sistema cooperativista; taxas de juros incompatíveis com as atividades de exploração agropecuária; restrições



O país poderá produzir mais, se houver apoio ao cooperativismo

de ordem legal ao desenvolvimento de um sistema financeiro próprio; inexistência de instrumentos alternativos de capitalização própria do sistema. E, como problema central, o endividamento excessivo das cooperativas.

SUGESTÕES

Foi sugerida a inserção do cooperativismo na nova Constituição, e que esta o defina como alternativa prioritária para promover o desenvolvimento econômico-social; introdução do cooperativismo nos currículos escolares; criação de mecanismos de apoio financeiro a programas e projetos de difusão cooperativista; formulação de um plano detalhado e integrado com a efetiva participação do sistema cooperativista para o desenvolvimento agropecuário com prioridades a curto, médio e longo prazos; participação ativa do sistema cooperativista na execução de políticas e programas nas fases de produção, industrialização e distribuição de produtos agropecuários; revisão e adequação da legislação e normas pertinentes ao cooperativismo, tais como: lei 5.764/71, resoluções CNC; estabelecimento de faixas de crédito com taxas de juros compatíveis com as atividades agropecuárias; eliminação das restrições existentes ao desenvolvimento adequado do sistema cooperativista de crédito e participação das cooperativas na formulação de políticas financeiras e creditícias; criação de linhas de créditos especiais, destinadas a suprir o capital de giro e alocação imediata de recursos suficientes a médio e longo prazo, para saneamento financeiro.

A PIOR CRISE

O sistema cooperativista gaúcho e brasileiro, a exemplo de outros segmentos da economia, atravessam a pior crise dos últimos anos, aliada a uma excessiva imobilização de capital em capacidade de armazenagem e esmagamento, equivalente quase ao dobro da capacidade produtiva. E seguem ainda outros fato-

res, tais como: alteração de mercados, com a conseqüente queda

de preços dos produtos agrícolas a nível nacional e internacional; frustrações de safras; retirada dos subsídios ao crédito rural; taxas de juros incompatíveis com os rendimentos das atividades agropecuárias, etc.

As soluções para estes entraves deverão ser buscadas de forma integrada com o sistema. Para tanto, tornam-se imprescindíveis a organização e a integração das cooperativas para que, quando convocadas para reuniões deste nível, possam levar instrumentos que fundamentem as suas reivindicações a curto, médio e longo prazos. E possam, efetivamente, combater não somente as conseqüências, mas principalmente as causas dos problemas enfrentados. Entendemos que somente através de um

Paulo Roberto da Silva

trabalho profícuo, integrado e organizado em prol dos reais interesses do cooperativismo, na sua essência econômica e social, haveremos de encontrar os verdadeiros caminhos para a solução dos grandes problemas vivenciados atualmente.

Aguardamos outros eventos desta natureza a nível de Senacoop e Ministério da Agricultura, e também de outros ministérios, a fim de que todos os segmentos envolvidos possam efetivamente participar nos processos decisórios, que seguramente irão contribuir para a definição dos planos estratégicos de desenvolvimento do país.

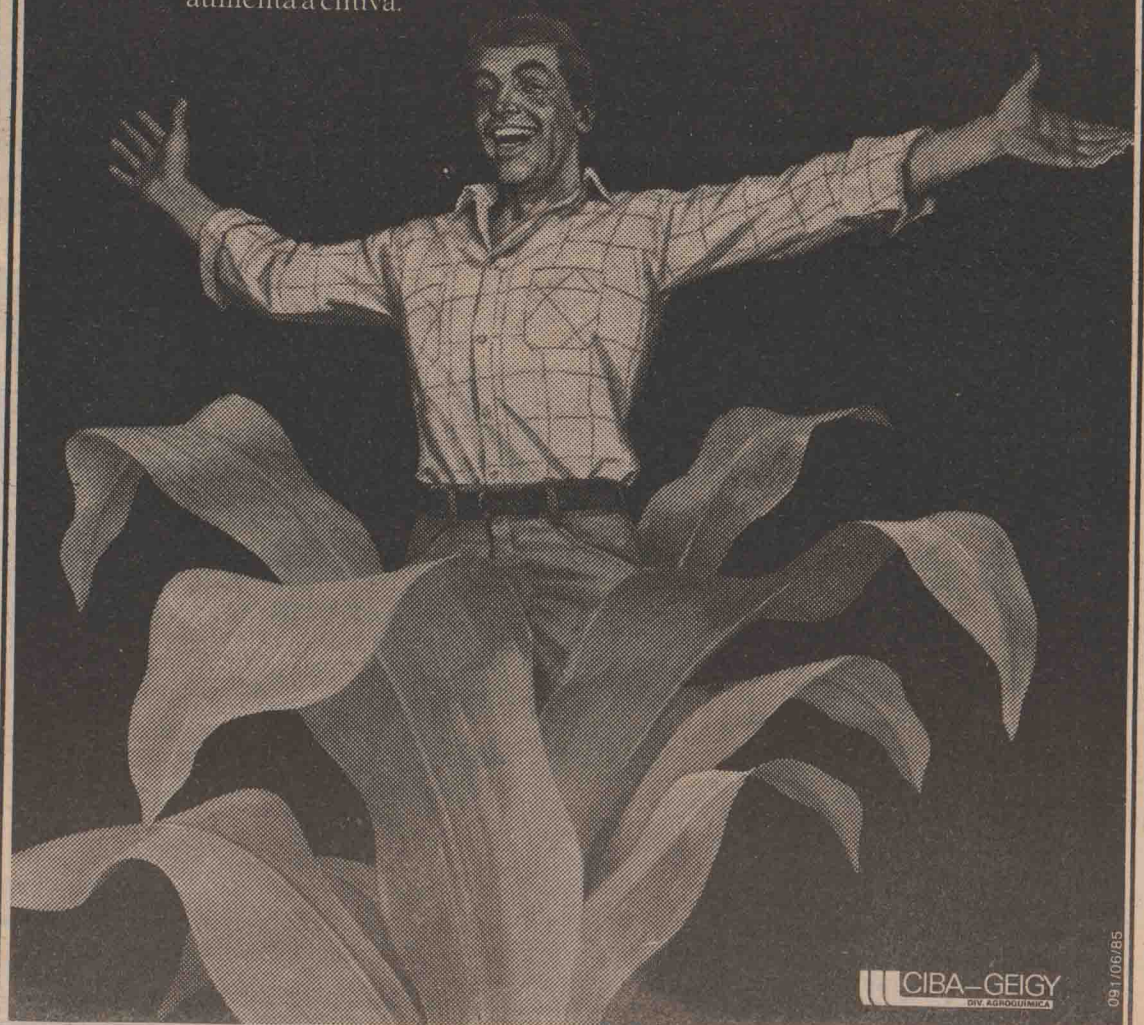
Paulo Roberto da Silva é assessor da Presidência da Cotrijui.

Evite o sufoco. Use Primextra.

Você planta o milho e, algumas semanas depois, as ervas daninhas já estão comendo seu dinheiro investido em adubos, o alimento das plantas, seu esforço. Justamente no momento de dedicar-se a outros cultivos, outros plantios e quando aumenta a chuva.

Um sufoco! Que pode ser evitado com uma simples aplicação de PRIMEXTRA — o herbicida do milho.

Evite o sufoco. Use PRIMEXTRA e respire aliviado.



CIBA-GEIGY

09/06/85

Uma Feira para estimular a venda da carne

Incrementar a produção, industrialização e a comercialização dos produtos da carne e derivados e ainda marcar o ingresso do produtor rural na política de comercialização é a intenção dos organizadores da 1ª Fenacarne — Feira Nacional da Carne e Derivados —, que pretende reunir, de uma só vez, os vários segmentos interessados em estimular o setor agropecuário do Estado. Ao lado da Fenacarne, a comissão organizadora, composta pela Farsul, Sindicato das Indústrias da Carne, Federação das Cooperativas de Carne do Estado e secretarias estaduais da Agricultura, Indústria e Comércio, pretendem realizar o 1º Congresso Internacional de Marketing da Carne. A Fenacarne acontece de 23 de novembro a 1º de dezembro deste ano no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio.

Com a realização da Fenacarne os representantes do setor agropecuário do Estado esperam abrir novas opções de mercado a nível nacional e internacional, já que a Feira da Carne, deverá atrair especialistas de vários países, possi-

bilitando desta forma a troca de informações. O Secretário da Agricultura, João Jardim, também um dos organizadores, acredita que técnicos de outros países serão portadores de muitas novidades tecnológicas em diversos setores da produção, além de mostrar novos métodos de criação de aves, bem como o aproveitamento de partes menos nobres dos animais para o consumo.

A Fenacarne também vai possibilitar que sejam discutidas fórmulas capazes de aumentar o consumo de carne pelos brasileiros através da busca e alternativas que diminuam a ação do intermediário. Os próprios organizadores levantam dados mostrando que entre os meses de setembro e junho, o produtor recebeu 60 por cento a menos pelo quilo de boi para abate, enquanto que para o consumidor, o acréscimo, no mesmo período, foi de 6,9 por cento.

Outro problema que vem sendo enfrentado pelos pecuaristas está relacionado com a forma de comercialização do produto, considerado pelo dirigente do



A Cotrijuí vai participar da Fenacarne com a Tenrês

Instituto Sul-Riograndense de Carnes — o Instucarnes — como ultrapassada. Ele lembra que ainda hoje, cerca de 60 a 70 por cento da carne comercializada no Estado segue métodos de venda de 40 anos atrás.

Com um custo orçado em sete mil ORTNs, os organizadores da Fenacarne esperam cobrir essa despesa com a venda de espaços para os estandes. A expectativa é de que a participação mínima seja de 120 empresas ligadas ao setor.

ALTERNATIVAS

Valter José Potter, superintendente da Cotrijuí em Dom Pedrito, vê a realização da 1ª Fenacarne como uma oportunidade de se buscar alternativas de comer-

cialização para os produtos da carne. "A Fenacarne vem acontecer num momento bastante difícil, de mercado restrito, e vai representar a oportunidade de se buscar saídas para a venda da carne e seus derivados".

Segundo o Valter Pötter, a Cotrijuí vai participar da Fenacarne ocupando um estande onde pretende mostrar aos visitantes e empresas o que vem fazendo no setor de carnes e também as alternativas encontradas para a comercialização da carne e seus derivados. "Nós estaremos na Fenacarne mostrando uma carne de primeira qualidade, que é a Tenrês e a opção de mercado que encontramos para colocar esse tipo de carne".

AJUDANDO A ENGORDAR A PECUÁRIA NACIONAL



A produção animal tem agora mais motivos para se desenvolver com segurança. A Cotrijuí e seus associados, que sempre se empenharam na criação de uma pecuária forte, vão trabalhar ainda mais. O novo Brasil está precisando de mais carne, leite, lã e couro. Junte-se a nós, produza e comercialize com mais segurança.



COTRIJUI

Nada substitui a força da união



A participação na organização cooperativa

Walter Frantz

No Cotrijornal de junho se falou no sentido da prática cooperativa para o produtor rural. A intenção foi chamar a atenção para a importância da racionalidade econômica da atividade de cada categoria de produtor na organização cooperativa, razão pela qual cada um está envolvido na produção agropecuária. Desta vez o assunto trata da participação na organização cooperativa. O primeiro ponto a ser levantado é a respeito do que é afinal uma cooperativa para os produtores rurais? Qual a diferença de outras empresas que também atuam na comercialização de produtos agropecuários?

Na definição do que vem a ser uma cooperativa, ao nosso ver, entram dois aspectos básicos que compõem o ponto de partida para a conceituação do que é uma cooperativa, e sua diferenciação de outras empresas privadas ou estatais. Uma organização cooperativa é, antes de mais nada, uma associação de pessoas (não de capitais) que se propõe atuar na perspectiva da economia dos componentes dessa associação, isto é, na perspectiva de sua racionalidade econômica enquanto economias individuais. Porém, para fazê-lo, essa associação cria, organiza e estrutura um instrumento adequado que vem a ser a empresa cooperativa — uma empresa comum com o objetivo de apoiar e complementar a administração das economias individuais, dando-lhes suporte no jogo competitivo do mercado. Portanto, a empresa cooperativa se constitui em uma extensão da economia dos associados, os quais encontram nesse instrumento cooperativo, uma opção mais vantajosa do que a ação individual para se lançar ao mercado. Decorre daí que a ação empresarial cooperativa deve ser determinada e moldada, antes de mais nada, pelas atividades e objetivos das economias de seus associados.

Essa característica diferenciada da cooperativa — como associação e como empresa — remete a duas questões fundamentais para o sucesso do empreendimento cooperativo. Primeiro, da natureza associativa decorre a necessidade da participação política de seus associados na condução do empreendimento e, segundo, da natureza empresarial decorre a necessidade da participação econômica dos associa-

dos na cooperativa. A cooperativa só consegue ser eficiente, a longo prazo, mediante o cumprimento desses dois aspectos. A viabilização da participação política e da participação econômica é uma questão central na administração do empreendimento cooperativo, condicionada pela racionalidade da natureza do próprio ato associativo, isto é, ninguém contribui com recursos na organização cooperativa pelo simples prazer de contribuir. Existem objetivos e interesses que levam a isso.

No que diz respeito à administração do empreendimento cooperativo, a nível da prática cooperativa, principalmente das cooperativas do setor primário do Estado do Rio Grande do Sul, existem diferentes experiências em andamento para encontrar as melhores formas de administração de cooperativas, com vistas à participação política e econômica dos associados.

No que diz respeito a Cotrijuí, podemos destacar a política da participação, através da eleição direta de um Conselho de Representantes e, mais recentemente, a discussão sobre reestruturação do "empreendimento cooperativo Cotrijuí", através do debate sobre desmembramento que conduziu a uma nova estrutura administrativa.

Esse debate produziu uma outra pergunta para a qual é preciso buscar uma resposta na perspectiva da consecução dos objetivos que estão por trás da associação e das características específicas da empresa cooperativa. A pergunta é a respeito do tamanho ideal de uma empresa cooperativa. Ao nosso ver, não existe um tamanho ideal. O tamanho de uma empresa coope-



Debate define novos rumos

rativa vem condicionado por um conjunto de fatores que podem ser tão diversos, dependendo do ambiente sócio-econômico no qual os associados se acham inseridos, que não permite traçar um modelo de tamanho ideal. No entanto, na base da estruturação de uma empresa cooperativa deve-se encontrar como elemento indispensável "o princípio da transparência", isto é, a estruturação da empresa cooperativa deve se submeter ao princípio da participação do associado no controle dos negócios da empresa. O tamanho de uma cooperativa nunca deve exceder a capacidade de controle da mesma por parte do associado. Esse é um aspecto que decorre do "princípio de identidade" que caracteriza uma cooperativa. Ou seja, na cooperativa os associados são, ao mesmo tempo, usuários e donos. Na condição de donos precisam poder controlar os rumos da empresa comum que usam como extensão de suas economias que se realizam pela concorrência no mercado.

O tamanho de uma cooperativa, portanto, deve ser tal que permita aos associados a compreensão do que nela se realiza sem, no entanto, limitá-la na capacidade de competição com as demais empresas no mercado.

Teoricamente, podemos projetar uma estrutura para a organização cooperativa dos produtores rurais que permita a compreensão do que nela se passa, sem perder a indispensável força competitiva para atuar no mercado. Essa estrutura passa pela verticalização do complexo empresarial cooperativo, onde a organização de unidades empresariais cooperativas obedece ao "princípio da transparência" da ação empresarial e onde a integração vertical dessas unidades empresariais cooperativas garantem a necessária capacidade competitiva ao empreendimento cooperativo. Dessa "projeção teórica" decorrem conceitos fundamentais para a reestruturação da nossa prática empresarial cooperativa, desenvolvida nas últimas décadas, principalmente, através da organização das assim chamadas cooperativas de trigo e soja: o conceito de unidade empresarial cooperativa e o conceito de sistema empresarial cooperativo. Ao conceito de unidade empresarial cooperativa corresponde a cooperativa singular e ao conceito de sistema empresarial cooperativo a integração vertical dessas unidades

em cooperativas centrais, a nível de região ou de Estado. Esses conceitos nos levam a distinguir entre o que é uma empresa cooperativa singular e o que é o empreendimento empresarial cooperativo. A partir da associação das economias individuais se estrutura a empresa cooperativa singular e a partir de sua integração vertical se estrutura o sistema empresarial cooperativo.

A nível da empresa cooperativa singular se busca garantir a participação política e econômica do associado no empreendimento empresarial cooperativo e, a nível do sistema empresarial cooperativo, se busca garantir as vantagens econômicas da prática cooperativa, sem as quais todo o empreendimento empresarial cooperativo se tornaria nulo em uma economia de mercado, principalmente.

Pelo que se viu até aqui, em nosso meio, a prática cooperativa ou o movimento é uma questão, fundamentalmente, econômica. Porém, ela se torna uma questão política, social ou cultural, exatamente na medida em que assume importância econômica, seja para os associados ou seja para a economia em geral. Compreender o seu sentido não econômico e ter clareza sobre as reais dimensões políticas, sociais e culturais do cooperativismo não é tarefa fácil. Porém, é uma tarefa necessária e para a qual todos os cooperados são convocados, principalmente os seus dirigentes e lideranças.

Para finalizar o presente texto, gostaríamos de levantar uma última questão: quando o produtor rural deve ou pode participar de uma cooperativa?

Todo o produtor deve e pode participar de uma cooperativa quando ela se constitui em um instrumento de defesa de sua economia individual, demasiadamente fraca para competir sozinha no mercado ou quando a cooperativa se constitui em um instrumento estratégico de competição que lhe permite reduzir os custos operacionais de sua economia individual ou ampliar as vantagens na competição. Desta forma, ela terá chance de obter uma margem de lucro maior do que se fosse atuar, individualmente, no mercado.

No entanto, a ação cooperativa tem a característica de gerar um bem público, permitindo que alguém se beneficie com os resultados dessa cooperação, sem contribuir com os custos dessa operação. Trata-se de benefício público que pode ser aproveitado de forma privada com vantagem adicional por quem não o produz, porém, somente enquanto outros se encarregarem de seus custos. Portanto, a existência da cooperativa é fundamental também, em certos casos, mesmo para quem dela não participa.

Walter Frantz é assessor de Comunicação e Educação e de Desenvolvimento em Recursos Humanos na Região Pioneira da Cotrijuí.

Frutas: alimentos indispensáveis à saúde

Segundo a Organização Mundial da Saúde — OMS — a "saúde é o completo bem-estar físico, mental, social, decorrente do funcionamento harmonioso do corpo". Todas as pessoas têm direito a uma alimentação abundante e sadia, mas ao mesmo tempo, todas têm a obrigação de contribuir para que outras pessoas também a tenham.

O brasileiro, de um modo geral, tem hábitos alimentares que deixam muito a desejar, sejam em quantidade de alimentos ingeridos sejam em qualidade. As camadas menos favorecidas não dispõem de recursos para comprar certos alimentos necessários. Por outro lado, pessoas de mais alto poder aquisitivo e com possibilidades de se alimentarem melhor, carecem de informações a respeito do que deve constar numa alimentação equilibrada.

Em nosso meio rural a monocultu-

ra da soja devastou até com hortas e pomares. Esquecemos da importância que tem como alimento, uma laranja, por exemplo. Mas felizmente este quadro já está se alterando em regiões onde a proposta de diversificação tem sido amplamente discutida e praticada.

O hábito de utilizar frutas na alimentação humana nos foi deixada pelos povos primitivos. É um hábito que precisa ser conservado pela importância que representa sob o ponto de vista da preservação da saúde. Todas as frutas possuem elevado valor nutritivo e devem ser consideradas como parte integrante do nosso cardápio diário. Elas devem ser comidas cruas, de preferência com casca, e encaradas como alimento e não como algo que possa ser ingerido de vez em quando. Nesta época do ano temos uma grande produção de laranjas, alimento de grande va-

lor nutritivo, de preços baixos e fácil manejo. A laranja possui vitamina C, cálcio, fósforo, ferro, hidratos de carbono (açúcar).

SUGESTÕES PARA CONSUMO

- A laranja deve ser consumida no ponto exato de maturação;
- Não deixar a laranja descascada ou o suco exposto ao ar. Use imediatamente;
- Não aqueça a laranja ou o suco;
- Use apenas faca inoxidável para cortar e descascar a laranja.

A partir destes cuidados estará se mantendo todo o teor de Vitamina C da fruta, pois esta se perde pela exposição do ar, pelo aquecimento, pela presença de metais, ou até mesmo pelo excesso de maturação — passada do ponto de maturação — passada do ponto de maturação. A laranja só pode ser considerada como vitamina C se consumida ao natural.

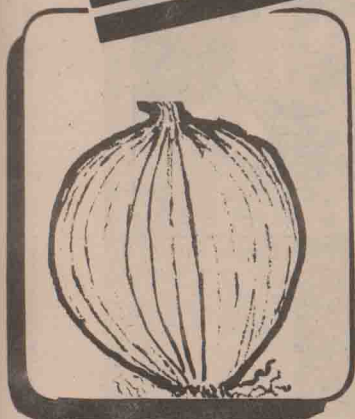
A industrialização — conservação caseira — é recomendada, pois conservam os teores de sais minerais — cálcio, ferro e fósforo —. É preferível utilizar a fruta transformada em conserva caseira, do que deixá-la de usar e substituí-la por produtos químicos que vêm em prejuízo da saúde.

A laranja pode ser empregada numa série de pratos — sucos, pudins, schmier, geléias. Da folha da laranja as nossas avós nos ensinaram a fazer chás, que servem como calmantes. A casca seca ao sol ou ao forno perfuma suflês e omeletes. A casca fresca pode ser usada em pratos doces, como no arroz de leite, em cremes e crepes. Da flor se extrai essência para perfumes e licores.

Traudi Stein e Noemi Huth
Departamento de Comunicação
e Educação

LAVOURA DO MÊS

A poda de frutíferas deve ser corretamente executada para beneficiar a planta e aumentar a produção



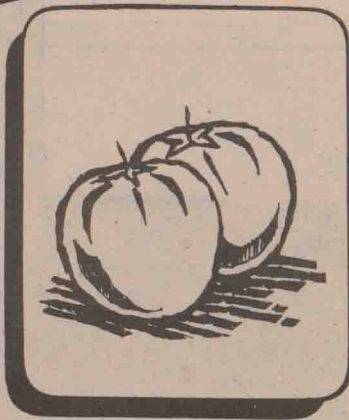
CEBOLA

As áreas com cebola estão com bom desenvolvimento vegetativo, apesar de terem surgido alguns focos de trips, o que é um fato normal nos períodos de pouca chuva, como foi durante o mês de julho.

No período inicial de desenvolvimento da cebola é importante que se faça um bom controle dos inços que são muito prejudiciais nesta fase, sendo que na mesma oportunidade se faz um revolvimento do solo com benefícios adicionais à planta.

A uréia em cobertura é ainda recomendada, pois auxilia no crescimento e, consequentemente, com uma planta forte se terá maior produção de bulbos.

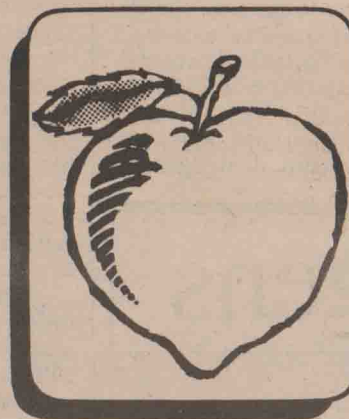
A ponta seca que se tem observado em algumas plantas pode ser consequência do período de pouca chuva ou da ocorrência de trips ou ainda por ação das doenças, sendo que se houver dúvidas por parte do associado, este deve procurar o Depto. Técnico.



TOMATE

O tomateiro é uma importante hortaliça de verão e cuja semeadura é iniciada a partir desta época. Uma prática recomendada é a semeadura em copos de papel, que permite a melhor proteção das plantas ao frio e não há perdas de mudas no transplante.

O solo a ser usado em copos de papel preferentemente deverá ser esterilizado com o uso de água quente para eliminação de moléstias fúngicas que atacam as raízes.



FRUTIFERAS

O período de inverno é indicado para efetuar algu-

mas importantes práticas no pomar, e que irão se refletir durante todo o período de produção.

A capina do pomar no inverno não é recomendada, pois expõe o solo à ação das chuvas e não traria benefícios às plantas, por estarem em sua maioria no repouso vegetativo.

Aos associados que ainda não fizeram adubação, lembra-se que o mês de agosto ainda é época de aplicação de fósforo e potássio, sendo que estes elementos são decisivos para melhor fixação dos frutos e melhoria da produtividade. A poda das plantas frutíferas é também realizada nesta época, mas lembra-se que esta prática deve ser tecnicamente conduzida para não prejudicar a sobrevivência das frutíferas e afetar a produtividade.



LENTILHA

As condições do tempo no mês de julho não auxiliaram muito o crescimento da lentilha, pelo que as plantas ainda estão com tamanho pequeno. Com as

chuvas mais recentes, as plantas voltarão a crescer e rapidamente irão recuperar-se.

A cobertura com uréia ou outra fonte de nitrogênio não é recomendada, pois a planta cresce muito e floresce pouco, e normalmente não segura a carga, resultando no insucesso da lavoura.



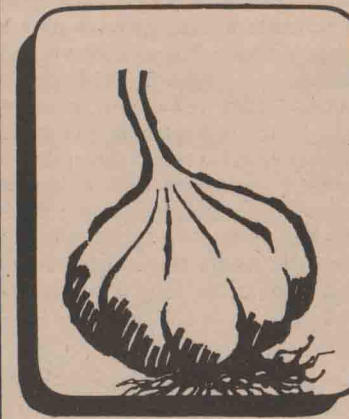
HORTALIÇAS DIVERSAS

O mês de julho foi relativamente seco, pelo que as semeaduras em sua maioria foram atrasadas. Quem semeou e não irrigou suficientemente perdeu o serviço, devendo repetir a operação.

As plantas folhosas (alface, rúcula, etc) tiveram bom desenvolvimento. A partir desta época já se deve ir programando as hortaliças de verão, como tomate, melancia, feijão vagem, cenoura de verão, beterraba de verão e outras.

As sementeiras em caixotes são as mais adequadas para esta época, lembrando-se que muitas sementes não

germinam bem na terra fria, o que pode ser corrigido em parte com o uso de esterco não curtido no fundo da caixa e recoberto pela camada de terra da sementeira. Esta técnica simples se baseia no fato de que o esterco não curtido irá fermentando por alguns dias, provocando um leve aquecimento da terra e assim facilitando a germinação das sementes.



ALHO

As lavouras de alho, principalmente as de cultivar Portela, por ser mais tardia estão com desenvolvimento menor, ainda que esta seja uma época em que o produtor se preocupa com o baixo porte da planta, mas esta situação é natural. É a partir da fase média do ciclo que o alho Portela tem seu maior desenvolvimento.

O mês de julho, tendo sido relativamente seco, não foi oportuno para a aplicação de Zinco, Boro e Magnésio, pelo que poderá ser feito no mês de agosto, sendo que esta prática é benéfica à qualidade e conservação do alho. Em algumas lavouras ocorreram focos de trips, os quais deverão desaparecer naturalmente caso o tempo se mantenha chuvoso nos próximos dias.

QUADRO DE ÉPOCAS DE SEMEADURA/VARIEDADES/ÁREA

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Repolho			12 m2 Coração de Boi e Matzukase				12 m2 Matzukase Chumbinho				12 m2 Matzukase Chumbinho	
Couve			12 m2 Manteiga				12 m2 Manteiga					
Rabanete	4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho	
Rúcula	6 m2 Cultivada			6 m2 Cultivada			6 m2 Cultivada			6 m2 Cultivada		
Cenoura			18 m2 Nantes						18 m2 Kuroda			
Alface	12 m2 Kagraner e Maravilha verão		12 m2 Boston Branca e Rainha Mai		12 m2 Boston Branca e Rainha Mai		12 m2 Boston Branca e Rainha Mai		12 m2 Kagraner e Maravilha verão		12 m2 Kagraner e Maravilha verão	
Beterraba			18 m2 Tall Top						18 m2 Tall Top			
Tomate	50 plantas Yokota							50 plantas Kada, P. Gig.				
Pepino	50 plantas Wisconsin							50 plantas Wisconsin			50 plantas Ginca	
Cebola			2.000 plantas Baia Periforme	2.000 plantas Baia Periforme								

COLHEITA DO MÊS: (para quem segue as sugestões do plantio do quadro acima): Rúcula, Cenoura, Repolho, Couve, Alface e Rabanete



**COTRIEXPORT -
CORRETORA DE
SEGUROS LTDA.**

**A SERVIÇO DA COTRIJUI
E DE SUAS SUBSIDIÁRIAS**

Senhores Associados e Funcionários. Estamos aptos a prestar-lhe os seguintes serviços: - Seguro de Veículos; - Seguros de Maquinários Agrícolas; - Seguros Residenciais; - Seguros de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais; - Bilhete Obrigatório.

**Maiores informações: Em
Ijuí: Rua das Chácaras, 1513 -
Fone: 332-3765 ou 332-2400,
ramal 364.**

**Em Porto Alegre: Av. Júlio de Castilhos, 342, 5º andar -
Fone: 21.08.09.**

A solução para os solos de cerrado

Por suas características, a mucuna preta certamente será uma das culturas a ter plantio garantido na região de cerrado. A utilização da mucuna como adubação verde é o assunto levantado pelo engenheiro agrônomo e também responsável pelo Setor de Pesquisa da Cotrijui no Mato Grosso, o Carlos Pittol, que fez questão de complementar as informações introduzindo a opinião de um associado, o seu Willien Bowuman.

Dentro da proposta idéia de uma agricultura diversificada, de uma agricultura equilibrada ou biológica, a adubação verde é uma técnica essencial para o sucesso do agricultor na atividade agrícola.

Entende-se como adubação verde, o cultivo e incorporação de espécies vegetais, gramíneas ou leguminosas, com a finalidade de elevar a produtividade do solo, conseqüente dos benefícios da técnica utilizada. Sabe-se que as leguminosas foram muito recomendadas e utilizadas como plantas melhoradoras do solo desde milênios atrás. Com o surgimento dos adubos químicos — de fácil utilização, boa resposta inicial, prontos para uso em qualquer época, baixo custo e muita publicidade — a adubação verde passou a ter utilização cada vez menor, como resultado da pouca importância que passou a receber. Hoje resta-nos o dever de voltar ao passado e recuperar toda essa tecnologia marginalizada e colocá-la ao alcance do produtor, para que a agricultura seja auto-sustentada numa tecnologia econômica e viável com bases sólidas e respeitando a natureza.

Em razão das características dos solos de cerrado, a adubação verde vem sendo vista como uma técnica indispensável para elevar a produtividade destes solos em condições econômicas. Os solos de cerrados apresentam baixa fertilidade, baixo teor de matéria orgânica, toxidez de alumínio, baixa capacidade de retenção da água disponível e ocorrência de estiagem frequentemente.

A partir da estruturação do setor de Pesquisa da Cotrijui, no Mato Grosso do Sul, uma das linhas a seguir é justamente procurar desenvolver trabalhos nesta área, procurando introduzir e criar alternativas de adubação verde, para que possam também serem utilizadas pelos produtores. Dentro deste objetivo, está se procurando conhecer o que foi feito e o que está sendo feito por órgãos de pesquisa para as condições do cerrado. É intenção introduzir e selecionar espécies para a adubação verde, conhecer melhor o comportamento das espécies, o manejo e os tratamentos culturais das culturas envolvidas. Áreas demonstrativas deverão ser instaladas, visando a difusão das espécies e tecnologias de cultivo, orientando técnicos e produtores sobre o comportamento das culturas. Esse trabalho vai possibilitar, a difusão das espécies e práticas de adubação verde.

A AVEIA COMO COBERTURA

A falta de cobertura vegetal nos meses de inverno tem levado os produtores a utilizar a aveia preta para essa finalidade. Isto é um exemplo que deverá ser seguido também com as leguminosas. Hoje já se sente a necessidade de aumentar o cultivo de leguminosas no ciclo de verão, em consorciação ou sucessão, principalmente ao milho e arroz, dado a incorporação de grande quantidade de nitrogênio ao solo, nutrientes estes que são bastante aproveitados pelas gramíneas.

Com base em conhecimentos obtidos por centros de pesquisa em condições de cerrado, a respeito de espécies utilizadas como adubação verde, assim como também a experiência de produtores, podemos citar como de interesse para a região, as seguintes leguminosas: a mucuna preta, a Mucuna anã, o Feijão de porco, o Lab Lab, Guandu, Crotalaria, Tetropolia, Calopogônio, Feijão bravo do Ceará, Leucena.

Nesta região do Mato Grosso, os

trabalhos de pesquisa são ainda bastante reduzidos, assim como a experiência dos produtores. Visualiza-se um campo muito promissor nesta área, e para isto, a própria classe técnica-agrônoma deverá se reciclar, para dirigir esta mudança que se faz necessária para a agricultura. A adubação verde está relacionada ao consumo de adubos químicos, uso de agrotóxicos (herbicidas, inseticidas e fungicidas), conservação do solo, controle de erosão, armazenamento de água no solo, assim como outros problemas da agricultura.

Se o efeito benéfico da adubação verde é um fato já conhecido e atestado em todo o mundo, não menos importante é a idéia de que o sucesso na sua aplicação prática, depende do estudo e escolha certa das espécies utilizadas para tal fim em cada região. É preciso ser observado a característica da cultura a ser beneficiada e, também, as condições ambientais, técnicas e econômicas em que o trabalho é realizado.

A MUCUNA PRETA

Só em 1984 foram cultivados em Maracaju aproximadamente 200 hectares de mucuna preta. O plantio foi feito após a cultura da soja com o objetivo de adubação verde. Devido a pouca estiagem ocorrida no inverno, houve pouco desenvolvimento vegetativo da cultura, o que frustrou os produtores. Já neste verão, a

mucuna preta foi semeada em consórcio com o milho, visando a produção de sementes. A cultura apresentou excelente desenvolvimento, comprovando que este tipo de consorciação é perfeitamente recomendável. Este fato despertou o interesse de vários produtores associados, que também estão querendo iniciar o cultivo da mucuna, no início visando a produção de sementes e só mais tarde, para adubação verde.

A mucuna preta é uma leguminosa anual, de característica herbácea, muito vigorosa, de crescimento rasteiro, com ramos extremamente trepadores e sistema radicular com raízes bastante desenvolvidas. O seu ciclo vegetativo é de 250 dias, florescendo a partir de 140 a 150 dias. Quando plantada no outono, apresenta um bom desenvolvimento, desde que não

ocorra forte estiagem no início do ciclo.

Para a produção de sementes recomenda-se a consorciação com o milho, procurando sempre semear a mucuna em outubro, quando o milho já atinge uns 30 centímetros de altura. A semeadura pode ser feita através de semeadeira ou matracão. O plantio deve ser feito sempre semeando uma linha de mucuna por linha de milho, com uma densidade de oito a 10 sementes por metro, o que significa em torno de 50 quilos de semente por hectare. A produção média de sementes vai de 1.200 a 1.500 quilos por hectare.

A produção de massa verde da mucuna preta pode ultrapassar a 30 toneladas por hectare e a fixação do nitrogênio por simbiose, pode ser superior a 150 quilos por hectare, que somados ao nitrogênio incorporado pela massa verde, ultrapassa a 300 quilos por hectare. Como resultados e vantagens comprovadas a nível de campo, citamos:

- Grande economia de adubos químicos após a adubação verde, com suprimento total em Nitrogênio na primeira cultura posterior;
- Controle de nematóides e patógenos do solo;
- Controle de carunchos no milho a nível de lavoura, quando plantado em consórcio;
- Diminuição da infestação de ervas daninhas devido a competição e inibição de germinação por alelopatia, com conseqüente redução de herbicidas;
- Diminuição do efeito da seca.
- Melhora as condições químicas, físicas e biológicas do solo;
- Melhora a qualidade dos produtos colhidos;
- Aumenta a produção de grãos;
- Formação de boa camada de cobertura para o plantio direto.

Além do uso generalizado como adubação verde, a mucuna preta é excelente para controle de invasoras em locais desocupados e pomares. Como forrageira, é excelente na substituição de proteínas,

A mucuna preta apresenta a característica de possuir uma percentagem de sementes duras e isso poderia trazer problemas para a cultura da soja. Tecnicamente esse problema não vem sendo considerado muito grave, em razão de que sempre após o cultivo da mucuna o produtor deve plantar gramínea. Assim ela se torna de fácil controle através de capina ou aplicação de herbicidas, além de que, por possuir um ciclo vegetativo longo, sua propagação se torna muito difícil. Nas áreas destinadas a produção de sementes, o primeiro cultivo posterior deve ser com gramíneas.



Carlos Pittol



Uma lavoura de mucuna plantada em consórcio com o milho

Muitas vantagens

O seu Willien Bowuman é proprietário da Fazenda Agricolândia, no município de Maracaju, onde vem cultivando, numa área de 400 hectares, a soja, o milho e o arroz no verão e mais o trigo, a aveia preta e a aveia branca no inverno. Na última safra, depois de tanto ouvir falar na tal de mucuna preta, seu Bowuman resolveu fazer uma experiência, plantando 30 hectares da cultura.

O plantio da mucuna preta foi feito no mês de maio. Logo após o plantio correram 100 dias de seca, a cultura não se desenvolveu, causando uma certa frustração no seu Bowuman. Mas a surpresa aconteceu mesmo foi na colheita da soja, como conta o seu Bowuman:

— Colhi 10 sacos de soja a mais por hectare na área onde tinha plantado a mucuna preta.

AS MUITAS VANTAGENS

Nessa safra o seu Bowuman quis fazer uma outra experiência, só que desta vez numa área de várzea drenada. Essa área vinha sendo destinada ao arroz, mas sem muitos resultados satisfatórios. Ele plantou um hectare de milho em setembro e no mês seguinte plantou a mucuna preta nas entrelinhas. De início o milho sufocou a mucuna. Mas tão logo ele secou, a mucuna começou a despontar por cima do milho. O milho foi colhido a mão e produziu mais de 100 sacos por hectare.

Willien Bowumann: satisfeito



Apesar da servizama da colheita, o seu Bowuman saiu satisfeito.

— Dá gosto olhar toda aquela massa verde. O mato nem chegou a aparecer e não foi por falta de semente. Acredito que com o nitrogênio fixado nas raízes e incorporado pela palha, na próxima lavoura de verão, não vou precisar gastar dinheiro com adubação nitrogenada.

O seu Bowuman espera colher mais de 1.000 quilos de semente, o que representa uma boa economia para o próximo ano, considerando que o preço da semente anda em torno de Cr\$ 4.000 o quilo, sem falar na pouca disponibilidade no mercado.

Satisfeito com os resultados obtidos com a cultura, seu Bowuman pretende plantar toda a semente que produzir, usando uma parte para adubação verde e outra para a produção de sementes.



SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI

O menino e a galinha

Texto de Fernando Sabino

A casa tinha três quartos, duas salas, banheiro, copa, cozinha, quarto de empregada, porão, varanda e quintal.

O que significava o quintal para Eduardo?

Significava chão remexido com pauzinho, caco de vidro desenterrado. De onde teriam vindo? Minhoca partida em duas ainda se mexendo, a existência de um tesouro, poças de água barrenta na época das chuvas, barquinho de papel, uma formiga dentro, a fila de formiga que ele seguia para ver onde elas iam. Iam ao formigueiro. Um pé de manga, coração-de-boi. Fruta-de-conde, goiaba, gabioba. Galinheiro. A galinha branca era sua, atendia pelo nome.

— Eduarda!

Ela se abaixava, deixava-se pegar.

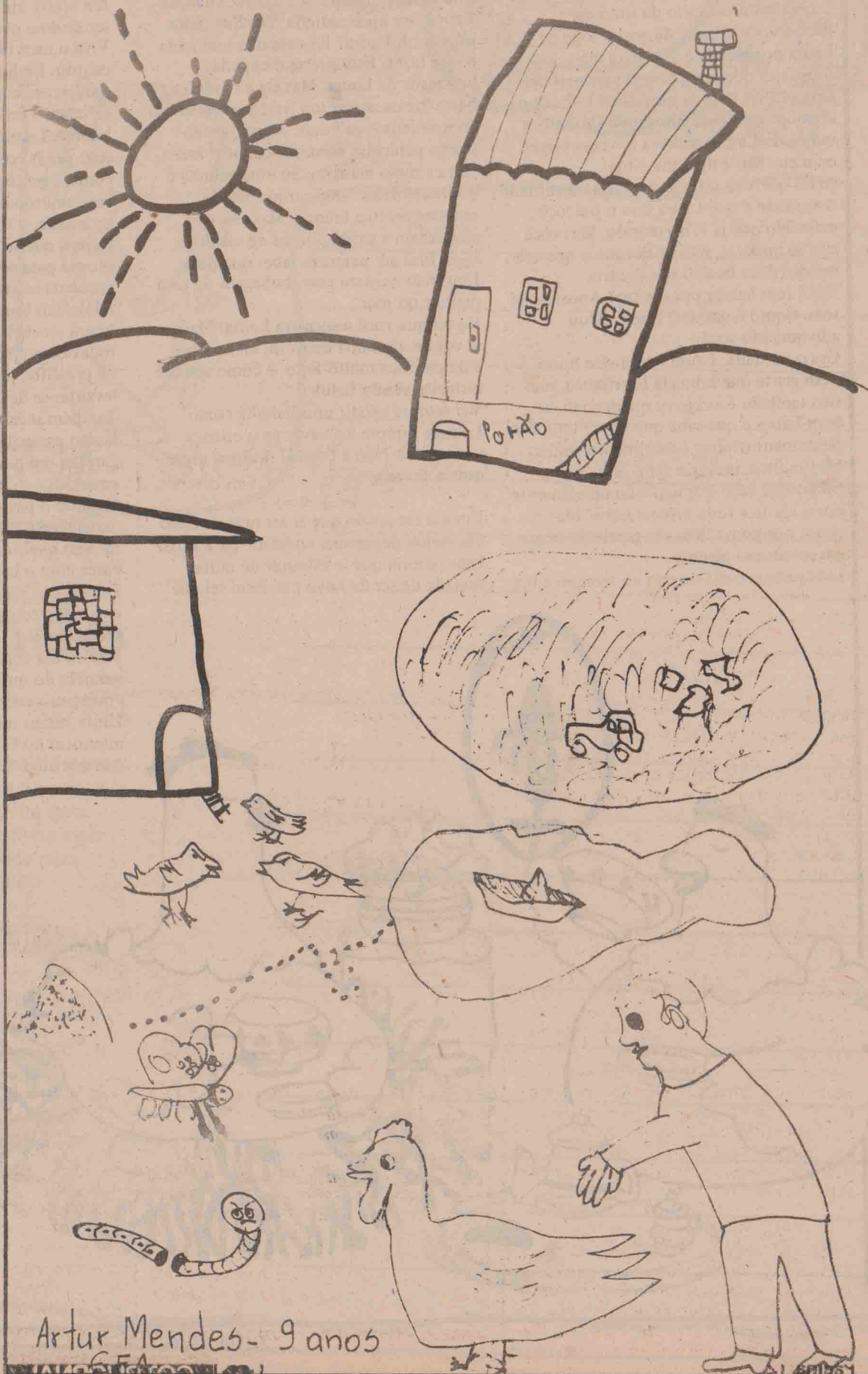
As vezes punha um ovo.

Quando Eduardo ia para o Grupo, deixava-a debaixo da bacia.

Um dia o pai lhe disse que aquilo era maldade. Gostaria que fizesse o mesmo com você.

As galinhas também sofrem.

Coordenação: Maria Aparecida Pereira Mendes



Artur Mendes - 9 anos

A NOVA ARTISTICA

Suplemento Infantil/Julho/85

A vida íntima de Laura

Texto: Clarice Lispector
Ilustrações: Ivan & Marcello

Vou logo explicando o que quer dizer "vida íntima". É assim: vida íntima quer dizer que a gente não deve contar a todo mundo o que se passa na casa da gente. São coisas que não se dizem a qualquer pessoa.

Pois vou contar a vida íntima de Laura.

Agora adivinhe quem é Laura.

Dou-lhe um beijo na testa se você adivinhar. E duvido que você acerte!

Dê três palpites.

Viu como é difícil?

Pois Laura é uma galinha.

E uma galinha muito da simples.

Peço a você o favor de gostar logo de Laura porque ela é a galinha mais simpática que já vi. Vive no quintal de Dona Luísa com as outras aves. É casada com um galo chamado Luís. Luís gosta muito de Laura, embora às vezes brigue com ela. Mas briguinha à toa.

Acho que vou ter que contar uma verdade.

A verdade é que Laura tem o pescoço

mais feio que já vi no mundo. Mas você

não se importa, não é? Porque o que vale

mesmo é ser bonito por dentro.

Você tem beleza por dentro? Aposto que

tem. Como é que sei? É que estou

adivinhandando você.

Outra verdade: Laura é bastante burra.

Tem gente que acha ela burríssima, mas

isto também é exagero: quem conhece

bem Laura é que sabe que Laura tem seus

pensamentozinhos e sentimentozinhos.

Não muitos, mas que tem, tem.

Só porque sabe que não é completamente

burra ela fica toda prosa e boba. Ela

pensa que pensa. Mas em geral não pensa

em coisa alguma.

Luís passeia o dia inteiro no terreiro entre

as galinhas, de peito inchado de vaidade. É porque ele pensa que, sabendo cantar de madrugada, manda na Lua e no Sol. Laura quase não deixa gente nenhuma fazer carinho nela. Porque tem um meio danado de pessoas. Se alguém chega perto dela, sem ser para dar milho, ela foge com grande barulheira, cacarejando feito uma doida. Ela cacareja assim: não me matem! não me matem! mas ninguém tem intenção de matá-la porque ela é a galinha que bota mais ovos em todo o galinheiro e mesmo nos das vizinhanças. Laura vive apressadinha. Por que tanta pressa. oh Laura? Pois ela não tem nada o que fazer. Esta pressa é uma das bobagens de Laura. Mas ela é modesta: basta-lhe cacarejar um bate-papo sem-fim com as outras galinhas. As outras são muito parecidas com ela: também meio ruiva e meio marrom. Só uma galinha é diferente delas: uma carijó toda de enfeites preto e branco. Mas elas não desprezam a carijó por ser de outra raça. Elas até parecem saber que para Deus não existem essas bobagens de raça melhor ou pior.

Eu sei que você nunca viu Laura. Mas se já viu uma galinha marrom, meio ruiva, e de pescoço muito feito, é como se você estivesse vendo Laura.

Vai sempre existir uma galinha como Laura e sempre vai haver uma criança como você. Não é ótimo? Assim a gente nunca se sente só.

Um dia ela sentiu que ia ser mãe de novo. Cacarejou depressa a novidade para Luís. Luís parecia que ia estourar de tanta vaidade de ser de novo pai. Bem sei que

todo ovo nasce. Mas aquele ia ser uma beleza. Era um ovo todo especial. Até que uma noite Laura sentiu que o ovo estava pronto para nascer. Como é que ela sentiu? Desculpe, não sei, porque nunca fui galinha na minha vida. Ela estava até dormindo e acordou sentindo o ovo nascendo dela. Viva o meu filho! Foi assim que Luís cantou. Embora fosse meia-noite, a notícia era como se o Sol brilhasse. No galinheiro brilhava aquele lindo ovo branco. Laura, toda satisfeita, esfregou suas penas com o bico para alisar-se, igual como a gente penteia os cabelos. Porque ela é muito vaidosa e gosta de estar bem-arrumada.

Depois que se penteou viu que estava pronta para se sentar em cima do ovo e esquentá-lo até nascer o pinto. Tudo estava tão bom que nem sei dizer.

Laura recebeu a visita das amiguinhas dela todas cacarejando e trazendo minhocas de presente, já que ela não podia levantar-se de cima do ovo.

Também recebeu visita de Dona Luísa. Como presente de Dona Luísa, Laura ganhou um pires de milho novo e amarelo.

Quando o pinto estava pronto, grande demais para caber dentro da casca, ela mesmo quebrou de dentro para fora a casca com o bico.

Depois que saiu inteiro da casca do ovo, apareceu aquela coisa feinha e magrinha.

Mas no dia seguinte virou o pinto mais amarelo do mundo e o mais fofinho, e começou a correr lindo atrás da mãe.

Laura catava minhocas e botava as minhocas no bico aberto do pinto. Até que ele foi crescendo e virou frango e

então ele mesmo procurava comida para comer. Já tinha pegado a mania de Laura comia sem parar. Laura estava satisfeita como uma rainha.

Este frango se chama Hermany.

—o—o—o—o—

Vou contar uma coisa meio enjoada de se contar. É o seguinte: sabe que a galinha tem cheiro um pouco chato? Parece cheiro de cesto de roupa suja ou de quando a gente não toma banho todos os dias. Não é cheiro limpo não. Então embaixo das asas é aquela morrinha. Mas não faz mal. Todas as coisas têm mesmo um cheiro, não é? Você cheira bem? Cachorro é que gosta de viver cheirando tudo.

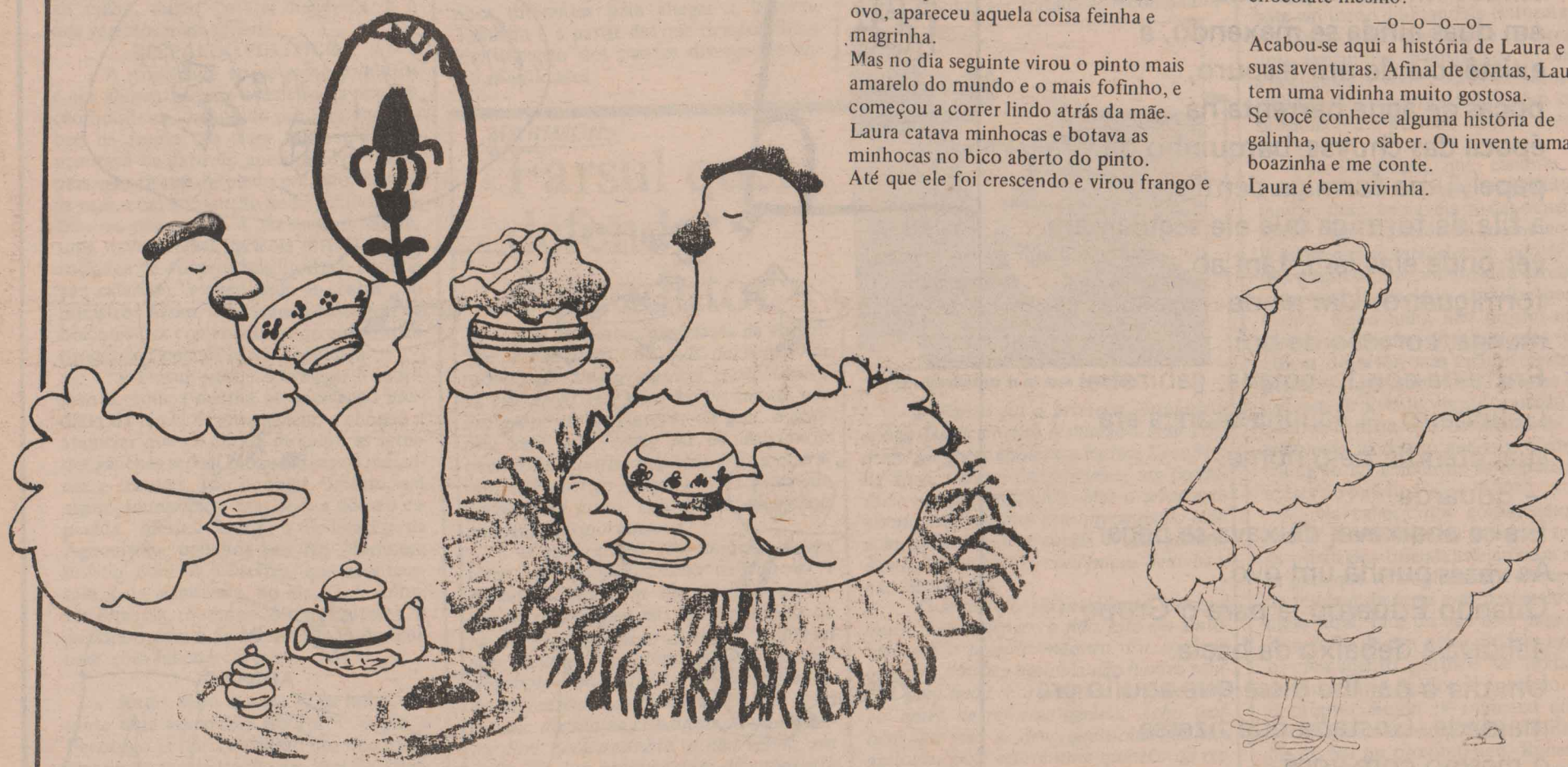
O que eu queria saber é quem ensinou o galo a cantar de madrugada. Tem gente que se aproveita do canto como despertador para se acordar.

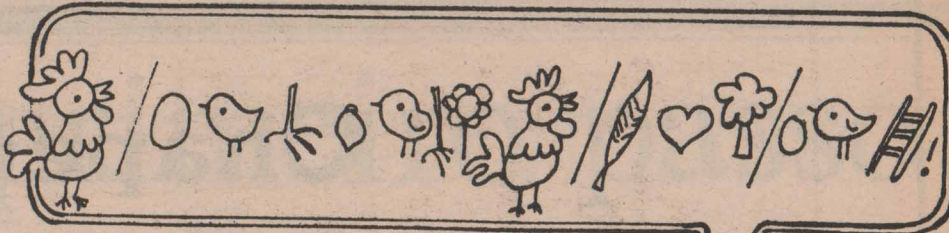
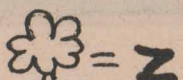
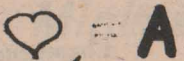
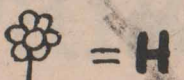
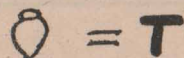
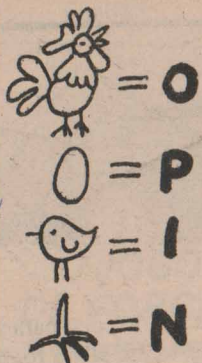
Eu queria tanto que Laura soubesse falar. Ela ia dizer tanta burrice engraçada que só vendo. Ela ia dizer assim, por exemplo: "você sabe que uma coisa vermelha é vermelha?" é você respondia: claro que é, pois se você já está dizendo.

Talvez ela pudesse explicar que gosto tem minhoca. Mas não é fácil explicar o gosto que se tem na boca. Por exemplo: experimente explicar o gosto do chocolate. Viu como é difícil? É gosto de chocolate mesmo.

—o—o—o—o—

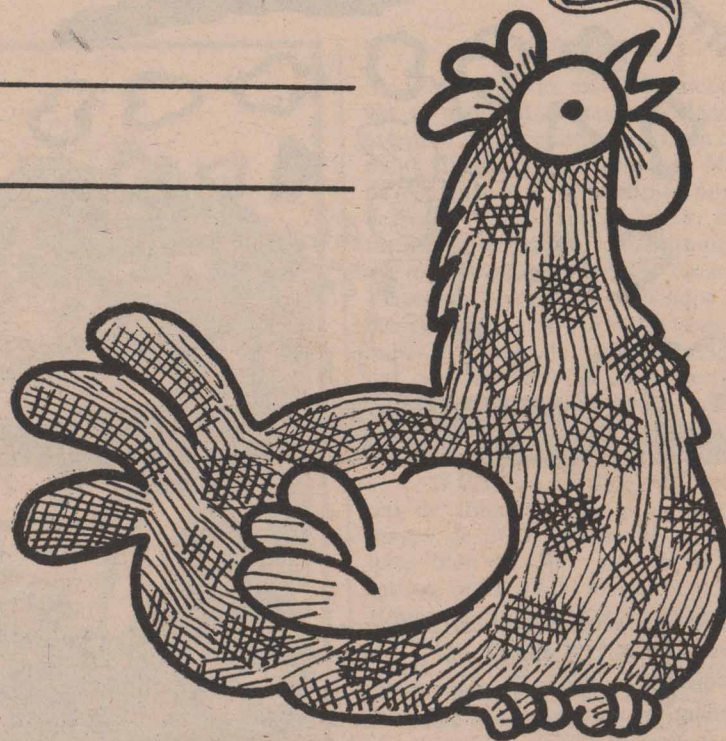
Acabou-se aqui a história de Laura e de suas aventuras. Afinal de contas, Laura tem uma vidinha muito gostosa. Se você conhece alguma história de galinha, quero saber. Ou invente uma bem boazinha e me conte. Laura é bem vivinha.



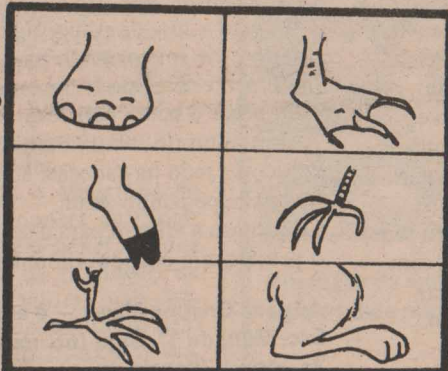


Para você descobrir o que a galinha está cantando, você deve decifrar o código. Descubra e escreva nas linhas ao lado.

Brincadeiras

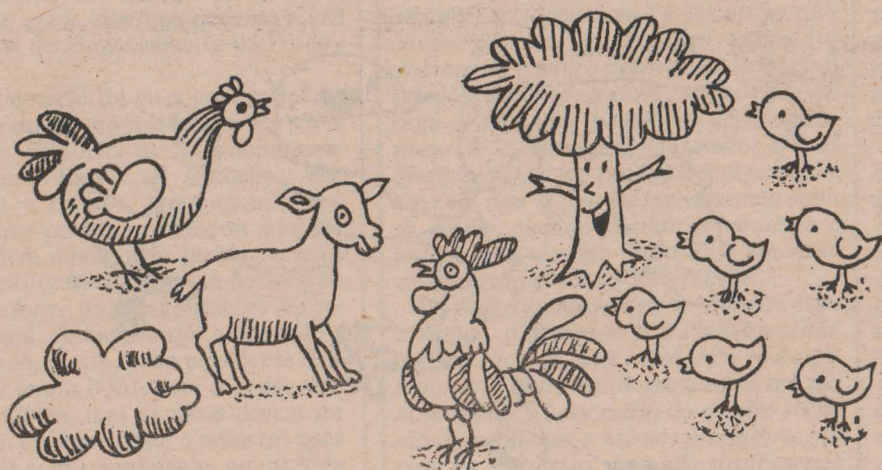


Ligue, com uma linha, cada animal a sua respectiva pata.

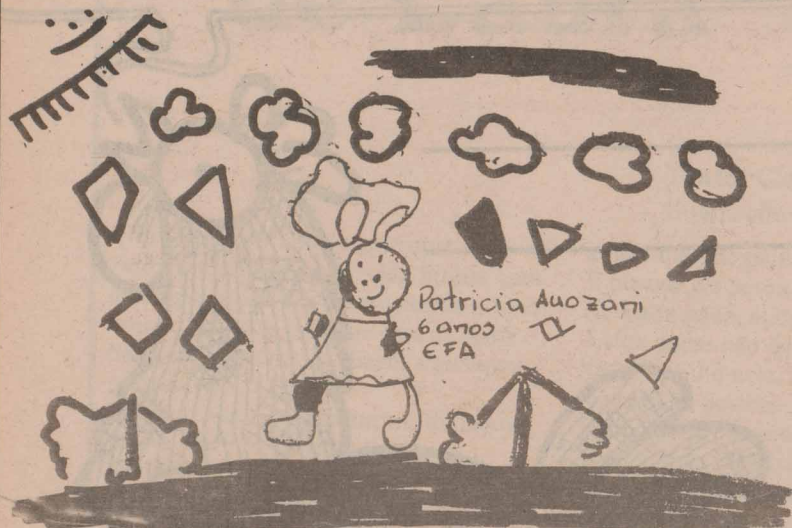


Inventando história

Aqui você tem uma galinha, uma árvore falante, seis pintinhos, um galo, uma cabra e uma nuvem. Ponha sua cabeça a funcionar e invente uma história. Se você achar necessário, ponha mais alguém na sua história. Depois, mande para nós, que vamos publicar. Bom trabalho!



Chapeuzinhos...



E continuam chegando histórias de outros Chapeuzinhos. . . Estamos muito contentes com a participação de vocês. Se vocês gostam de escrever, de desenhar, mandem para nós que vamos publicar todos os trabalhos. Gostaríamos que nos enviassem, também, sugestões de brincadeiras e atividades para o Cotrisol.

Queremos registrar com muito prazer a participação do Marcos Swâmi de Souza Pereira, lá de Natal, no Rio Grande do Norte. Além do Marcos, outros amiguinhos nos enviaram suas histórias e estamos publicando todas elas. Continuem participando!

Chapeuzinho Azul

Era uma vez uma menina muito bonita, ela tinha um Chapeuzinho Azul. Um dia ela foi brincar no jardim e viu um beija-flor. Logo se encantou e saiu atrás dele. E ela, de tanto que gostou do beija-flor queria virar um beija-flor, mas logo pensou que ficaria voando pelo ar e ficaria longe de sua mãe. Achou melhor ficar uma menina, pois viveria feliz, sempre perto de sua querida mãe. Esta é a história do Chapeuzinho Azul.

Magda Elena Adoryan — 9 anos — Ajuricaba
E.M. Almirante Tamandaré — 4a. série



Chapeuzinho Azul

Um dia a avó, como ela gostava de dar presentes para a sua netinha, deu um chapeuzinho azul. E quando a avó teve uma gripe, a mãe do Chapeuzinho mandou levar um chá de limão e mel para sua avó e o Chapeuzinho levou. Entrou na floresta, o lobo mau se aproximou dela e... — Onde vai tão cedo? Vou levar um chá para minha avó. O lobo pensou num plano para comer as duas. Ele atalhou para chegar antes na casa da avó e devorou-a, vestiu o seu vestido e a touca. O Chapeuzinho entrou no quarto e perguntou: — Por que sua boca é tão grande? — É para te comer. E deu um bote. Um guerreiro perdido viu, foi e abriu a barriga do lobo e as duas estavam dentro.

Clécio A. Rocha e Fábio A. Figur — 10 e 12 anos — Ajuricaba — Esc. Emilio de Menezes — 4a. e 6a. séries

Chapeuzinho Simples

Uma vez, numa loja, havia um chapéu de trança muito simples. Talvez pela sua simplicidade ou por não ter fitas, nem flor nem enfeites, ninguém notava aquele chapeuzinho esquecido na vitrine da loja. Um dia passou por aquela vitrine uma menina linda, de cabelos cacheados, olhos meigos e de muitas virtudes. Parecia ter tudo o que de bonito existia, mas ela não tinha chapéu na cabeça. Ao olhar a vitrine viu o chapéu e pensou: — “Que chapeuzinho bonito, feito de trança!” Entrou na loja e pediu à vendedora: — “Quero aquele chapéu simples de cor de palha de trigo que está na sua vitrine”. A moça olhou e disse: — “Esse chapéu sem graça?” — “Sim, eu o acho lindo, assim de trança, sem mais nada”. A menina colocou o chapéu na cabeça, nela ficava bonito. A vendedora entendeu que algo simples fica bonito na cabeça de uma criança boa e linda.

Cezar Lucas Dallabrida — 9 anos — Ajuricaba,
Linha 26. Esc. Barão do Rio Branco — 4a. série

Chapeuzinho Azul

Nasceu forte e saudável. A vida pra ela corria às mil maravilhas. Mas aos 4 anos foi vítima da paralisia infantil. Aí começou todo o seu sofrimento. Ficava a maior parte do tempo sentada na sua cadeira de rodas olhando as outras Chapeuzinhos brincarem. Muitas vezes perguntava para si mesma: — Por que, meu Deus, isso foi acontecer comigo? Logo eu, que adoro os animais, amo as plantas. Não! Isso não poderia acontecer comigo. Será que Deus não teria uma resposta para mim?

Marcos Swâmi de Souza Pereira — 8 anos — Natal RN
Esc. Vovó Libânia — 3a. série matutina.

Chapeuzinho Azul

Uma vez tinha uma menina que se chamava Chapeuzinho Azul. Ela ia na aula e gostava de brincar. Era ela quem achava as brincadeiras para brincarem. Ela dizia: — Vamos brincar de amarelinha! Todos concordavam. Todos gostavam dela porque ela ajudava os colegas a divertirem-se e ela também gostava de fazer desenhos e escrever.

Mara Teresinha Carbonera — 9 anos — Sananduva
Esc. Bento Gonçalves — 4a. série

Chapeuzinho Verde

A avó de Maria, que se chamava Emília, deu para sua neta um Chapeuzinho Verde. Certo dia Maria foi passear no bosque e encontrou-se com o Lobo Mau. E ele disse para ela: — Se tu me trocar esse Chapeuzinho Verde eu te dou uma cesta cheia de morangos madurinhos. E como Maria adorava morangos, aceitou a proposta. O lobo Mau pegou o Chapeuzinho Verde e saiu correndo e até hoje não deu os morangos para Maria.

Marli Lucia Megier — 12 anos — Pinhal Ajuricaba
Esc. Mun. D. Pedro I — 7a. série

Chapeuzinho Azul

Era uma vez um menino muito bonito. Todos os anos ele ganhava um presente de seus pais. Um ano eles lhe deram um Chapeuzinho Azul que ele gostou tanto que nunca mais tirou da cabeça. Daquele dia em diante passou a chamar-se de Chapeuzinho Azul. Ele tinha uma amiga chamada Alice, de quem gostava muito, ela também gostava dele, mas morava muito longe. Um dia ele pediu: — Mamãe, dá para mim ir na casa de Alice? Sua mãe lhe disse que podia ir. Ele saiu e foi para a casa de Alice. Na metade do caminho tinha um rio e ele foi correndo para ver as águas e viu um lindo peixe. Ele não lembrou do Chapeuzinho Azul e foi pegar o peixe para levar para sua amiga Alice. Atirou-se no rio: tchumbum! Quando foi sair da água colocou a mão na cabeça e adeus, lá tinha se ido seu lindo Chapeuzinho Azul.

Continuou a viagem para a casa da sua amiga Alice sem o peixe e sem chapéu, caminhando muito triste.

Adriana Cristine Máger — 8 anos — Ajuricaba
Esc. Mun. de 1º Grau Incompleto Felipe Camarão
2a. série — Planchada.

Chapeuzinho Mágico

A mãe do Chapeuzinho chamou ele pra levar os docinhos pra vovó. Ela disse pra mamãe que ia levar junto uma varinha mágica. Ela foi passear na floresta pra levar os doces e a varinha mágica. O lobo viu ela e fingiu ser amigo dela. Ela viu que a mãe dela tinha esquecido de colocar flores junto com os doces e ela arrancou uma florzinha da floresta.

Ângela Tatiana Mai — 7 anos
1a. série — Esc. Francisco de Assis

Chapeuzinho Atrapalhado

O Chapeuzinho Atrapalhado disse: — Vou comprar leite, mas como ele era atrapalhado comprou um copo com flores dentro.

Bianca Terra — 8 anos
3a. série — Esc. Francisco de Assis

Chapeuzinho Mágico

O Chapeuzinho que eu inventei era mágico. Um lobo queria comer o Chapeuzinho, mas como o Chapeuzinho era mágico ele desapareceu.

Marlon Weber — 8 anos
3a. série — Esc. Francisco de Assis.

